

DANIEL DA SILVA FONTOURA

**INCLUSÃO SOCIAL COMO PROCESSO DE DOMINAÇÃO:
TRANSFORMANDO RENDEIRAS EM EMPREENDEDORAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Área de concentração: Organizações e Sociedade.

Orientador: Renê Birochi, Dr.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fontoura, Daniel da Silva
Inclusão social como processo de dominação :
transformando rendeiras em empreendedoras / Daniel da
Silva Fontoura ; orientador, Renê Birochi - Florianópolis,
SC, 2016.
126 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Estudos foucaultianos. 3. Relações
de poder. 4. Inclusão social. 5. Empreendedorismo. I.
Birochi, Renê. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Daniel da Silva Fontoura

**INCLUSÃO SOCIAL COMO PROCESSO DE DOMINAÇÃO:
TRANSFORMANDO RENDEIRAS EM EMPREENDEDORAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação em Administração.

Florianópolis, 30 de setembro de 2016

Prof. Marcos Vinícius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do PPGA/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Renê Birochi, Dr.
Orientador

Prof. Alfredo José da Veiga-Neto, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Nei Antônio Nunes, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof^{ra} Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Renê, grande professor e orientador, pelas longas e agradáveis conversas, paciência, generosidade, exemplo, sabedoria e, principalmente, amizade. Surgiu em minha vida em um momento crucial.

Agradeço também:

À CAPES, que financiou esta pesquisa. Sem esse apoio, certamente, esta pesquisa não existiria.

Ao Marcos Vinícius, coordenador do nosso programa, pela confiança, por ter acreditado em mim, ter percebido minha inquietação, ouvido meu pedido de mudança no projeto e por ter me encaminhado à orientação do Renê.

À professora Eloise, que foi uma inspiração desde o primeiro dia no mestrado, servindo de exemplo e referência. Por ter contribuído muito para meu desenvolvimento como pesquisador e pelas importantes contribuições como membro da banca.

Ao professor Alfredo e ao professor Nei, por terem aceitado o convite e pelas generosas contribuições como membros da banca.

Ao Alexandre (Lelé), pela ajuda nos encaminhamentos finais, como reserva da sala, impressão, entrega do texto aos professores da banca.

À minha esposa Eveline, por fazer parte de minha vida e me inspirar, por ter apoiado todas as etapas desta pesquisa, por ter ouvido as reflexões, questionamentos, inseguranças, ajudado a revisar os textos e contribuído de diversas formas ao longo desse percurso.

Aos meus sogros: Helio e Elza, por me proporcionarem as melhores condições para a conclusão deste trabalho. Sem eles, teria sido muito difícil concluir essa pesquisa. Sou eternamente grato.

Aos meus pais: Rosangela e Sidney, por terem me dado a vida, educação e amor. Aos meus irmãos: Dayana, Dani, Bruna e Filipe e meus sobrinhos: Raul, Pedro e Anna, simplesmente por existirem e serem quem são.

A todos os colegas, amigos e familiares por terem, de uma forma ou outra, contribuído para a vida e para a realização deste trabalho.

Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais.
Michel Foucault

RESUMO

Nesta dissertação, procurei analisar e problematizar criticamente processos de dominação no interior de uma ação de inclusão social – o “projeto” - baseada em princípios de educação empreendedora. Para tanto, pesquisei relações de poder e de tutela que se estabeleceram entre a iniciativa estudada e as rendeiras de bilro do município de Florianópolis, que foram alvo de ações de capacitação em empreendedorismo. Durante aproximadamente seis meses atuei simultaneamente nos papéis de tutor e pesquisador dessa iniciativa, de modo a realizar observações participantes. O referencial teórico utilizado para apoiar as análises foi baseado em alguns conceitos propostos por Michel Foucault, dentre os quais, governo, governamentalidade, subjetivação e inclusão. Bem como, os os conceitos de dominação, rebatimento de planos, tutela e inclusão, propostos pelos aportes teóricos de Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes. As análises possibilitaram evidenciar pequenas ações de poder e resistência manifestadas nas relações entre o projeto e as rendeiras. Assim como, colocar em destaque as características que permitiram o estabelecimento de uma relação de tutela, a partir da qual o projeto procurou direcionar o comportamento das rendeiras. Foi possível evidenciar que tais ações tiveram como objetivo a captura das subjetividades das rendeiras em benefício da governamentalidade neoliberal em ações de dominação. Isso ocorreu por meio de processos de subjetivação, nos quais se procurou transmitir características, valores e verdades por meio das quais a governamentalidade pudesse operar sobre as rendeiras. Dentre essas verdades destaco, principalmente, o reforço da percepção de si mesmas como empresas. Ou seja, a criação de sujeitos-microempresas.

Palavras-chave: Governamentalidade, Inclusão Social, Empreendedorismo, Dominação, Foucault.

ABSTRACT

In this dissertation, I sought to analyze and critically problematize processes of domination within a social inclusion initiative - the "project" - based on principles of entrepreneurial education. For that, I researched power relations and guardianship that were established between the studied initiative and the lacemakers of the city of Florianópolis, which were the target of entrepreneurship training actions. For approximately six months I worked simultaneously in the roles of tutor and researcher of this initiative, in order to make participant observations. The theoretical reference used to support the analyzes was based on some concepts proposed by Michel Foucault, among them, government, governmentality, subjectivation and inclusion. As well as, the concepts of domination, plane rotation, guardianship and inclusion, proposed by the theoretical contributions of Alfredo Veiga-Neto and Maura Corcini Lopes. The analyzes made it possible to highlight small actions of power and resistance manifested in the relations between the project and the lacemakers. As well as highlighting the characteristics that allowed the establishment of a guardianship relationship, from which the project sought to direct the behavior of the lacemakers. It was possible to show that these actions had the objective to capture the subjectivities of the lacemakers in benefit of the neoliberal governmentality in domination actions. This happened through subjectivation processes, in which it tried to transmit characteristics, values and truths through which governmentality could operate on the lacemakers. Among these truths, I emphasize, mainly, the reinforcement of the perception of themselves as companies. That is, the creation of microenterprises-subjects.

Keywords: Governmentality, Social Inclusion, Entrepreneurship, Domination, Foucault.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	21
1. INTRODUÇÃO	27
2. REFERENCIAL TEÓRICO	39
2.1. Poder e governo.....	40
2.2. Governamentalidade	45
2.3. Governamentalidade contemporânea e a administração.....	52
2.4. Dominação.....	59
2.5. Tutela: terceira forma de dominação	60
2.6. Dominação como rebatimento.....	61
2.7. Inclusão e Exclusão	62
3. ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	67
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	73
4.1. Minha entrada no projeto.....	76
4.2. O Projeto.....	77
4.3. As Rendeiras.....	80
4.4. Pequenos poderes em ação	82
4.5. Tutela: superioridade e neutralidade.....	89
4.6. Dominação.....	95
4.7. Inclusão.....	108
4.8. Governamentalidade	109
4.9. Nascimento de uma nova estratégia	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125

LISTA DE FIGURAS

Fotografia 1: Rendeiras e seus instrumentos	81
Fotografia 2: Rendeiras de Pântano do Sul não param de render para assistir às aulas	85
Fotografia 3: Mesa vazia e sala esvaziada em Pântano do Sul.....	87
Fotografia 4: Encontro em Sambaqui.....	91
Fotografia 5: Catálogo para Exportação em Sambaqui.....	99
Fotografia 6: Ponta das Canas em aula com cálculo dos custos.....	101
Fotografia 7: Rendeiras de Ponta das Canas	105
Fotografia 8: Ponta das Canas em aula sobre qualidade do atendimento	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração e áreas afins
ASSORI	- Associação das Rendeiras da Ilha de Santa Catarina
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MBA	- <i>Master in Business Administration</i>
MCDM	- <i>Multiple-Criteria Decision Analysis</i>
PPGA/UFSC	- Programa de Pós-Graduação em Administração UFSC
PROMOART	- Programa de Promoção ao Artesanato de Tradição Cultural
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina

*Ando devagar porque já tive pressa
 E levo esse sorriso porque já chorei demais
 Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe
 Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
 Ou nada sei*

*Conhecer as manhas e as manhãs,
 O sabor das massas e das maçãs,
 É preciso amor pra poder pulsar,
 É preciso paz pra poder sorrir,
 É preciso a chuva para florir*

*Penso que cumprir a vida seja simplesmente
 Compreender a marcha e ir tocando em frente
 Como um velho boiadeiro levando a boiada
 Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou
 Estrada eu sou.*

(...)

*Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
 Um dia a gente chega, no outro vai embora
 Cada um de nós compõe a sua história
 Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
 E ser feliz*

(...)

(Tocando em Frente - Almir Sater / Renato Teixeira)

PREFÁCIO

Muitas pesquisas têm significados especiais para seus autores, mas esta é daquele tipo “especialmente especial”, uma vez que é resultado de uma etapa acadêmica de desenvolvimento do pesquisador. As monografias, dissertações e teses coroam o fim de um curso, de um importante passo na formação de um cientista. Esta é uma dessas pesquisas, resultando em uma dissertação de mestrado, requisito para a obtenção do título de mestre. Pessoalmente, a importância desta pesquisa está no fato de representar o fim (ou início) de uma etapa de vida. Etapa essa que exigiu muito envolvimento e dedicação.

Há aproximadamente quatro anos atrás, estava concluindo o curso de graduação. Havia acabado de terminar o TCC e estava fazendo a defesa para a banca. Estava ansioso e satisfeito com o fim de uma etapa. Me achei um pouco estranho quando percebi, durante a minha apresentação para a banca, que estava gostando daquilo que imaginei que seria uma atividade bastante desagradável. Ao contrário, estava adorando apresentar minha pesquisa para aquelas pessoas! Tudo correu bem durante a apresentação e estava na hora de receber as indagações e críticas da banca. Estava nervoso. Mas quando as perguntas e sugestões começaram e eu fui respondendo, me senti em casa de vez! Simplesmente adorei fazer aquilo e percebi que, ao contrário do que sempre imaginara até então, eu tinha uma “quedinha” pela vida acadêmica e adoraria me tornar um pesquisador. Um ano depois, comecei o mestrado.

Por mais que tivesse sido alertado a respeito dos desafios envolvidos em se fazer um mestrado, esse processo conseguiu me surpreender. Primeiramente, porque se mostrou um desafio muito maior do que pude supor. Por outro lado, esse processo se revelou também mais prazeroso do que pude imaginar. As várias noites não dormidas escrevendo acabavam sendo recompensadas pela satisfação do aprendizado e por ver o resultado do que fui capaz de fazer. A atividade de construir conhecimentos e fazer uma pesquisa se mostram extremamente satisfatórios. Afinal, o pesquisador que mantém a mente aberta é um privilegiado, sua matéria-prima é ele mesmo. O objeto da pesquisa pode ser externo, mas a primeira e principal transformação é interna.

Após ter obtido uma boa nota no Teste ANPAD, confesso que iniciei o mestrado me considerando bem desenvolvido intelectualmente e com boa base de leitura. Mas aquela velha máxima se mostrou acertada: quanto mais aprendo, mais percebo que nada sei. Hoje, após

estudar como nunca, com uma carga de leitura frenética, compreendo o grande potencial de desenvolvimento intelectual que possuímos e o quanto podemos nos desenvolver, se assim desejarmos. Isso foi sendo revelado através do contato com alguns colegas que já se aprofundaram bastante em suas áreas de estudo. Mas, principalmente, através do contato com alguns professores que se revelaram grandes pensadores, demonstrando que há um longo caminho a percorrer no desenvolvimento como pesquisador. Inspirado pela música de Almir Sater e Renato Teixeira, já posso afirmar que, do mestrado, “levo a certeza de que muito pouco eu sei, ou nada sei”.

Iniciando o mestrado, tinha o intuito de realizar uma pesquisa que trouxesse uma grande contribuição para a ciência. Um divisor de águas, como dizem. Nada mais normal, devido à minha “privilegiada capacidade intelectual”. Quanta ignorância! À medida que avanço no desenvolvimento da pesquisa e tenho acesso a grandes pensadores, vejo que a ciência tem evoluído muito e que há pesquisadores muito qualificados pensando os assuntos de meu interesse. Hoje, percebo que há muito a fazer e estudar até chegar ao nível de debater em pé de igualdade com os principais pensadores da área, para então, poder realizar alguma contribuição realmente relevante.

Atualmente, minha intenção com a pesquisa é bem mais modesta, de modo que se conseguir trazer qualquer contribuição para o debate a que me proponho, já estarei bastante satisfeito. Também, é claro que gostaria que essa dissertação fosse lida e citada por inúmeras pessoas, mas confesso que, a essa altura, estarei extremamente satisfeito se for lida por alguém mais que os membros da banca. Como se trata de uma dissertação de mestrado, acredito que exista algum potencial de ser lida por outros mestrandos também. Por isso, com o intuito de ajudar e ser útil a esses potenciais leitores é que procuro fazer reflexões sobre o processo de construção da própria pesquisa e o processo do mestrado. Procuro expor minhas dúvidas e inquietações para que o leitor possa conhecer os caminhos que percorri e, até mesmo, possa se confortar em sua própria trajetória.

Vivemos em uma sociedade que preza pelo modelo positivista de ciência, em que o formalismo, a impessoalidade, a neutralidade e as afirmações certeiras são valorizadas e a dúvida acaba sendo jogada para “debaixo do tapete”. Com isso, os cientistas se colocam na postura de donos da verdade, de que estão absolutamente seguros do que dizem. Alguns dos artifícios usados são a estrutura padronizada e a escrita formal e em terceira pessoa. Eu opto por abrir mão desse modelo e de sua proteção, por isso, este trabalho não seguirá a estrutura tradicional

de uma dissertação, a começar pela escrita em primeira pessoa e utilizando um tom mais pessoal. Mas a forma da escrita não será muito informal devido ao meu estilo individual de escrita. Acostumado que estou com o estilo formal, tento romper com ele na medida do possível.

Antes de cada capítulo, tomei a liberdade de ilustrar com a letra de uma música. As intenções principais com isso foram enriquecer a experiência vivida pelo leitor e possibilitar uma maior imersão no assunto. Além de procurar suavizar um pouco a leitura e tentar fazer o leitor parar e espairecer um pouco antes de iniciar o capítulo seguinte. Escolhi músicas de acordo com o meu gosto pessoal e de modo a formarem um todo coerente, mantendo uma conexão com os assuntos tratados na pesquisa e, principalmente, com o capítulo que se inicia. As letras das músicas são uma tentativa de expressar poeticamente aquilo que procurei expressar em prosa ao longo de toda a dissertação.

Enfim, tentei tornar a leitura o mais confortável e agradável possível, dentro das limitações impostas pela minha habilidade de escrita e pela profundidade do tema estudado. Também não pretendo escrever este texto expondo certezas ou confianças inabaláveis. Na verdade, mesmo agora, depois de ter feito a defesa, tenho muitas dúvidas e receios e acredito que não vou deixar de tê-los em um possível curso de doutorado. Aliás, arrisco afirmar que nunca deixarei de tê-los.

Enfim, espero que goste. Boa leitura!

*Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber*

(...)

*Lá fora faz um tempo confortável
A vigilância cuida do normal
Os automóveis ouvem a notícia
Os homens a publicam no jornal
E correm através da madrugada
A única velhice que chegou
Demoram-se na beira da estrada
E passam a contar o que sobrou!
Êh, oô, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!*

*O povo foge da ignorância
Apesar de viver tão perto dela
E sonham com melhores tempos idos
Contemplam esta vida numa cela
Esperam nova possibilidade
De verem esse mundo se acabar
A arca de Noé, o dirigível,
Não voam, nem se pode flutuar
Êh, oô, vida de gado
Povo marcado
Êh, povo feliz!*

(Admirável Gado Novo - Zé Ramalho)

1. INTRODUÇÃO

Uma pesquisa científica não surge do nada. Ela nasce a partir da curiosidade e da inquietação humanas. É fruto da vontade de saber, de conhecer, de compreender um fenômeno, realidade ou a si mesmo. Uma vez que uma pesquisa nasce de forma tão pessoal, a partir de uma curiosidade ou inquietação, seria ingênuo supor que fosse imparcial. Uma pesquisa já nasce parcial e posicionada, uma vez que é fruto da vontade humana.

Também, uma pesquisa está relacionada com a própria vida do pesquisador. Surge a partir de uma determinada forma de ver o mundo e de suas inquietações, interesses e necessidades. É influenciada por suas experiências de vida e pensamentos ao qual teve acesso, a sociedade à qual é parte e a época em que vive. A pesquisa é, portanto, localizada na história e na sociedade à qual está inserida. E, por isso, a própria determinação de seu autor é, de certa forma, imprecisa. Portanto, apesar de eu ter escrito esta pesquisa, não é possível determinar um autor, sua autoria é coletiva. Assim como toda e qualquer pesquisa ou produção humana, este trabalho é, também, um empreendimento coletivo de nossa sociedade e nossa época.

Além disso, é impossível determinar com exatidão quando se inicia uma pesquisa, uma vez que ela se mistura com o próprio pesquisador e começa muito antes de escrita a primeira linha do projeto. Porém, muitas vezes é possível determinar alguns momentos, alguns fatos particulares que produzem algumas faíscas de inquietação que, alimentadas pela curiosidade, crescem ao ponto de conduzir o pesquisador a realizar tal empreendimento. Nesta pesquisa, posso identificar alguns desses momentos e gostaria de compartilhar com o leitor porque considero que conhecer o contexto a partir do qual uma obra é realizada é absolutamente pertinente para sua análise e compreensão. Além disso, acredito que tais informações possam ser de grande importância para outros estudantes e pesquisadores.

Há alguns anos atrás, minha esposa e eu optamos por viver com menos preocupações relativas ao dinheiro e ao consumo. Para isso, seria necessário viver com menos recursos. Nesse processo, percebi duas grandes resistências: a primeira, internamente, devido a questões relativas à autoimagem no processo de perda de status social. A segunda, externamente, devido à pressão de amigos e familiares para que continuássemos na busca do crescimento profissional e financeiro. Essas duas resistências me fizeram refletir que parece haver, na sociedade, uma força que nos leva a defender a estabilidade e a

permanência do *status quo*. Não queremos que ninguém saia do jogo. Posteriormente, ficaria sabendo que esta é uma das características da governamentalidade, que é um conceito que veremos posteriormente.

Já no mestrado, pesquisando sobre economia solidária, assisti a um vídeo sobre uma iniciativa que estudantes de administração realizaram junto a artesãos de uma comunidade com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável. As estudantes realizaram capacitações voltados para o empreendedorismo, como vendas, marketing, qualidade, etc. O que mais me chamou a atenção foram os discursos dos artesãos: diziam que antes faziam o artesanato sem pensar tanto na venda, em atender demandas e que, depois da capacitação, aprenderam que devem pensar em atender as necessidades dos clientes, para aumentar as vendas. Ou seja, a atividade acabou se tornando apenas um meio para produzir um produto que venda mais, esvaziando a atividade de significado. Aparentemente, antes os artesãos faziam o artesanato da forma como sentiam vontade e acabavam vendendo, vivendo dessa pequena renda. Depois da capacitação, passaram a fazer da maneira que vendesse mais, aumentando a renda. A capacitação acabou passando a ideia de que o que vale é a renda obtida e não a satisfação pessoal do artífice, que o desejo do cliente é mais importante que a intuição ou a expressão do artesão.

Desconheço como era a realidade econômica daquela comunidade e não questiono a importância do projeto. Não acho que a ação não devesse ser realizada, mas apenas percebo que isso revela que há a necessidade de uma maior reflexão acerca desse tipo de iniciativa. Ações como essa evidenciam que, quando praticamos a inclusão social daqueles que estão excluídos, acabamos nos baseando e transmitindo nossa visão de mundo. Em geral, aquele que realiza a inclusão acaba impondo a sua visão de mundo, sua (governa)mentalidade sobre àquela daquele que é incluído. Afinal, a inclusão não deixa de ser uma relação de poder. Os “incluídos” exercem poder sobre os “excluídos” e vice-versa. Essa também é, viria a saber, outro desdobramento da governamentalidade.

Conversei com o Renê¹ sobre as reflexões mencionadas acima, que me inquietavam cada vez mais e ele sugeriu que eu estudasse o conceito de governamentalidade de Michel Foucault, que poderia trazer

¹ Renê Birochi, meu orientador no curso de mestrado. Ao longo do texto, faço referência a ele como “Renê” ou “orientador”.

alguma luz para uma reflexão mais profunda sobre essas questões. À medida que fui tendo meus primeiros contatos com o pensamento desse filósofo, pude perceber que todas essas reflexões e inquietações realmente poderiam ser analisadas a partir de um mesmo fio condutor: o conceito foucaultiano de governamentalidade. A partir dessa constatação, optei por adotar esse referencial teórico como base sobre a qual apoiar esta pesquisa.

Foucault pensou o poder de forma original em relação aos pensadores que trataram do tema antes dele. Para Foucault, o poder não está presente somente em relações de dominação ou violência. Não é exclusividade das relações hierarquizadas, como as relações chefe-empregado ou rei-súdito. Ao contrário, o poder acontece nas mais diversas interações humanas, por toda a sociedade. Na maioria das vezes, de forma quase imperceptível. O poder do Estado é apenas um dos inúmeros poderes exercidos no interior de uma sociedade. Foucault não se deteve no poder em si, mas nas relações de poder. Principalmente, procurou compreender como se davam as relações de poder.

Um tipo específico de exercício de poder, para Foucault, é o governo, a ação ou ato de governar. Governo não é uma prática restrita ao modo de gestão do Estado. Governar é uma forma específica de exercício de poder que é diferente de outras formas, como “ser soberano, ser suserano, ser senhor, ser juiz, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor” (FOUCAULT, 2008-a).

Segundo Foucault, a governamentalidade é a forma mais eficiente de governo e que caracteriza o Estado moderno. Para ser mais exato, o estado moderno é a forma de organização utilizada pela governamentalidade. Ela funciona a partir do seguinte mecanismo: é desenvolvido um tipo de governo de si através do qual são realizadas práticas de subjetivação. Por subjetivação entende-se a transformação do ser humano em sujeitos com um conjunto específico de características, de modo que, muitas vezes, esse acredite que essas características são parte de sua “essência”. Dessa forma, as regras do jogo são internalizadas por todos, diminuindo a necessidade de controle na forma tradicional.

Foucault não considera o sujeito como algo fixo ou determinado, como possuindo uma substância, uma essência. Ao contrário, para Foucault, o sujeito é determinado historicamente (através do processo de subjetivação). Ou seja, não existe uma essência da pessoa, não há quem ela seja “realmente” em seu interior. A formação do sujeito, de quem a pessoa é, a forma como entende o mundo, a forma como age em sua

relação com o mundo são localizados histórica e socialmente. E a governamentalidade age na formação desse sujeito, que é moldado segundo os interesses dessa arte de governo².

Portanto, a governamentalidade é uma eficiente prática de poder, no qual o governo passa a estar na própria pessoa, naquilo que ela é como sujeito. A governamentalidade acessa o interior do sujeito através do governo de si, subjetivando a população, agindo na constituição do indivíduo de todo e cada um na população. Ou seja, o governo do Estado é exercido no comportamento individual e nas relações de micro poder de cada membro da população. Cada pessoa exerce o poder do Estado sobre seus familiares, amigos, colegas, conhecidos, etc. Assim como todos esses exercem o poder do Estado sobre aquela pessoa.

A arte de governo da atualidade é o que Foucault chamou de governamentalidade neoliberal, na qual as técnicas de governo de si utilizadas no processo de subjetivação são a liberdade individual e o que podemos chamar de empreendedorismo. Desse modo, atua na constituição de sujeitos livres e empreendedores, sujeitos que se veem como livres e que se veem como uma empresa. E essa liberdade é utilizada como mecanismo de controle: o sujeito é livre, mas age e faz aquilo que o Estado deseja, porque o que o Estado deseja já está internalizado no indivíduo-empresa, através do processo de subjetivação.

Portanto, atualmente, a governamentalidade não age mais de forma ditatorial, bruta ou agressiva. Mas atua de forma muito mais sutil, recrutando e controlando as pessoas através de formas específicas de governo de si (por meio da prática de liberdade e do empreendedorismo), atuando na própria formação da identidade da pessoa, de quem ela é, de como ela se vê, na constituição do próprio sujeito. A liberdade é, portanto, um dos principais mecanismos de ação da governamentalidade neoliberal, seu mecanismo de controle, atuando na subjetivação dos indivíduos.

Nessa governamentalidade, o ser-humano deixou de ser pensado como um cidadão social, mas passou a ser considerado como empresário de si ou uma pessoa-microempresa, um cidadão-empendedor ou, segundo López-Ruiz (2004), uma espécie de "Você S.A.". Esse modo de

² Ao longo da dissertação, utilizo os termos 'arte de governo' e 'arte de governar' como sinônimos de 'governamentalidade'.

governo de si empresarial constitui sujeitos que se enxergam como uma pessoa cujas decisões se assemelham a decisões de empresa, procurando obter a máxima eficiência, voltadas para o mercado, e com critérios de competição e concorrência. Com isso, essa arte de governo coloca a economia em uma posição central na sociedade, passando a servir de referência a todos os aspectos da vida humana. Como consequência, há uma supervalorização de um conjunto de atitudes e habilidades genericamente chamadas de ‘espírito empreendedor’. E o empreendedorismo passa a ser cada vez mais valorizado na sociedade.

Procurando obter maiores oportunidades no mercado de trabalho e consequente aumento da renda-receita, o sujeito procura investir tempo e dinheiro naquilo que pode fazer crescer seu capital humano, principalmente por meio da educação continuada (LÓPEZ-RUIZ, 2004). A grande proliferação de cursos de MBA pode ser vista como um sinal dessa mudança. Uma vez que o governo de si da governamentalidade age por meio de sujeitos que veem a si mesmos como cidadãos-empresários de si, nada mais natural que a valorização dos conhecimentos da área de Administração e o consequente investimento desses cidadãos-empresários em seu capital humano através de cursos de MBA. De certa forma, o empreendedor, representado pela figura do *self made man*, passa a ser percebido como um exemplo e referência de vida e de comportamento. O empreendedorismo passa a ser percebido como o caminho para uma vida considerada de sucesso, o ideal de vida dessa sociedade.

Uma vez que o sujeito no interior de uma governamentalidade, quando atua, acaba por agir de acordo com os pressupostos dessa arte de governo, reforçando-a e defendendo-a, a governamentalidade pode estar presente e atuando, inclusive, em ações sociais e políticas que defendam uma causa considerada nobre, como é o caso da inclusão social. A governamentalidade atua, também e principalmente, por meio de aparentes boas intenções, uma vez que seu poder é exercido também no seio da família, entre amigos e entre amantes. Muitas vezes, é o fato de ser visto como tendo uma intenção nobre que possibilita a suposta neutralidade necessária para que a governamentalidade possa agir em algumas situações.

Atualmente, podemos ver surgirem ações de inclusão social que se baseiam no ensino de um conjunto de conhecimentos que é conhecido como empreendedorismo, para que os incluídos possam ter as ferramentas necessárias para ‘competir’ nessa sociedade e obter ‘sucesso’. As iniciativas de inclusão social acabam por se revelar como

uma forma de dominação e um mecanismo de atuação da governamentalidade (VEIGA-NETO; LOPES, 2012). Isso não implica em afirmar que os sujeitos envolvidos nesse tipo de ação sejam hipócritas, mas apenas que foram eles mesmos capturados pela governamentalidade.

Em relação à dominação, citada no parágrafo anterior, Foucault utiliza essa palavra para se referir a algo essencialmente negativo, pejorativo. Considera a dominação como uma situação específica das relações de poder em que uma das partes fica impossibilitada de reagir, impossibilitada de se negar a obedecer. Situação em que as relações de poder ficam paralisadas, estáticas, sem possibilidade de reversão. Porém, em relação a esse conceito, afasto-me de Foucault para tentar obter um maior refinamento na análise de um fenômeno que é complexo. Veiga-Neto (2005) propõe utilizar a palavra dominação para se referir a toda e qualquer ação que visa a trazer o outro para o meu domínio, meu “domicílio”, minha “morada”.

Segundo Veiga-Neto e Lopes (2012), o poder, a violência e a tutela são três formas distintas de dominação: “o poder é uma ação sobre ações (e não sobre coisas), a violência é uma ação sobre um corpo, sobre as coisas e a tutela é uma forma de proteção de uns sobre outros, considerados mais frágeis e ainda incapazes de decidirem sobre suas próprias vidas”. O poder é sutil e atua na conduta do outro, no sentido de fazer com que o outro venha, por si só, pelas suas próprias pernas, para o meu domínio. Faz com que o outro acredite que queira vir para o meu domínio. De certa forma, é algo negociado entre mim e o outro. A violência não negocia, agindo à força, traz o outro para o meu domínio independente de sua vontade. A tutela também não negocia, mas não precisa fazer uso da força, trazendo o outro para o meu domínio sem que o outro sequer precise perceber o que está acontecendo. A pressuposta neutralidade do tutor faz com que o tutelado, considerado de alguma forma incapaz de tomar as decisões ou conduzir a própria vida, seja conduzido segundo a vontade do tutor e, portanto, para seu domínio (idem).

Os conhecimentos/poderes que mantêm o funcionamento da governamentalidade são disseminados por diversos tipos de instituições, como escolas, universidades, famílias, etc. Uma das formas de ação da governamentalidade contemporânea é através do campo do empreendedorismo, que é parte integrante da área de Administração. Em muitas faculdades de Administração no Brasil e no mundo está presente o ensino do empreendedorismo. Além das faculdades, os conhecimentos e valores empresariais, uma vez no interior da governamentalidade, são

difundidos pelas próprias pessoas em seus círculos familiares e de amizade e pelos meios de comunicação.

Esses saberes conseguem atingir uma população ainda maior através de outras iniciativas, que procuram produzir a inclusão e a ‘capacitação’ de determinados segmentos da população. Um dos principais focos dessas iniciativas costumam ser os trabalhadores autônomos informais que, recentemente, receberam a denominação de microempreendedores. Diversas ações de inclusão são realizadas para capacitar esse tipo de trabalhador do qual agora é esperado que crie suas próprias condições e empreenda seu próprio trabalho e meio de subsistência.

Um tipo específico de trabalhador autônomo informal me chamou a atenção: aqueles que fazem artesanato. O artesão é um tipo de trabalhador cujo ofício se aproxima bastante da arte. E, dentre eles, me chamou a atenção o ofício das rendeiras³. O artesanato da renda de bilro é tradicional em Florianópolis, sendo as rendeiras homenageadas no hino do município e em monumento no centro da cidade. A renda de bilro é caracterizada como uma atividade artesanal que demanda bastante dedicação. Algumas peças levam semanas, outras, meses para ficarem prontas. Essas artesãs acabam por não conseguir comercializar as peças confeccionadas por um preço considerado justo em relação à quantidade de hora trabalhada. E, talvez devido às características da atividade, talvez por outros motivos, é evidente que tem havido uma acentuada redução do interesse em aprender esse tipo de atividade. A maioria das rendeiras que conheci são idosas, o que faz com que a continuidade dessa tradição esteja, atualmente, ameaçada.

³ Tradicionalmente, o termo “rendeiras” é grafado no feminino. Neste trabalho, também uso esse termo no feminino. Sem querer reforçar uma diferenciação de atividades entre homens e mulheres, me posicionei dessa forma devido ao fato de a grande maioria dos artesãos da renda que conheci durante essa pesquisa ser mulheres e porque tenho procurado adotar a postura de evitar a utilização do gênero masculino quando esse não for maioria absoluta.

Além disso, a utilização do termo “rendeiras” para me referir genericamente a essas pessoas não pressupõe que exista um conjunto de características que possam defini-las enquanto grupo, como coletivo, mas apenas que têm em comum o exercício do ofício de renda de bilro. Na análise, quando utilizar o termo “rendeira”, estarei me referindo, exclusivamente, às pessoas que são alvo das ações de inclusão social do projeto em estudo.

As primeiras iniciativas direcionadas para o registro, preservação ou incentivo a essa atividade em Florianópolis partiram da figura do historiador Doralécio Soares na década de 1970, por meio do IPHAN, que mapeou as rendeiras da cidade. Posteriormente, surgiu a Associação das Rendeiras da Ilha de Santa Catarina – ASSORI, coordenada por Doralécio e que tinha como principal objetivo evitar intermediários na venda da renda de bilro, para que as rendeiras pudessem receber um valor maior pela comercialização de seus artigos. Em 1975, surgiu o Programa Catarinense de Desenvolvimento do Artesanato, que tinha objetivo semelhantes ao da associação. Em 1985, Doralécio Soares lançou o livro "Rendas e Rendeiras da Ilha de Santa Catarina" em que registra detalhadamente os aspectos da atividade (FIGUEIREDO, 2014).

De lá para cá, diversas iniciativas direcionaram alguma atenção à atividade, como o Programa de Promoção ao Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), a Fundação Cultura de Florianópolis Franklin Cascaes e a Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina. Em 2010, foi criado o Centro de Referência em Renda de Bilro, no Casarão da Lagoa da Conceição. Posteriormente, com apoio do Promoart e associações de bairro, as rendeiras de Sambaqui e Pântano do Sul puderam contar com um local para reunião e realização da atividade de renda de bilro (FIGUEIREDO, 2014).

Em 2014, surgiu na cidade de Florianópolis um projeto cujo principal objetivo era “qualificar rendeiras, suas filhas e netas para o empreendedorismo e promoção do comércio justo de renda de bilro”, como consta no site do projeto. A principal atividade realizada por essa iniciativa era a capacitação das rendeiras, com aulas direcionadas ao empreendedorismo. Como apresentado anteriormente, no interior de uma sociedade governamentalizada, mesmo ações com objetivos filantrópicos e sociais estão submetidas à governamentalidade e, por isso, acabam por agir no sentido de legitimar e fortalecer essa arte de governo, como um processo de dominação. A relação entre esse projeto e as rendeiras foi o meu objeto de estudo neste trabalho.

Meu objetivo principal com esta pesquisa foi realizar uma análise crítica e uma problematização sobre a seguinte pergunta de partida: **como ocorre o processo de dominação no interior de uma ação de inclusão social que atua por meio da educação empreendedora?**

Com esta pesquisa, não pretendo combater as iniciativas de inclusão social, mas também não pretendo me posicionar a favor. A crítica que pretendo realizar é a de questionar aquilo que é aceito como certo, é tentar expor à luz aquilo que costuma permanecer escondido, é

realizar uma análise profunda de um fenômeno complexo, é problematizar ao invés de julgar.

Com esta pesquisa, pretendo ainda contribuir para a área dos estudos organizacionais por meio de uma discussão a partir de um referencial teórico alternativo para a análise crítica em estudos organizacionais, aprofundando e promovendo uma alternativa à teoria crítica ou à *critical management studies* (CMS) para se analisar a dominação e as relações de poder nos estudos organizacionais (FARIA, 2009).

Minha hipótese inicial de trabalho é que a educação empreendedora nas iniciativas de inclusão social funciona como uma tutela, agindo como um mecanismo de ação da governamentalidade, demonstrando ao tutelado o comportamento desejado, normalizando comportamentos. Além disso, mune os tutelados com um poder/conhecimento que pode ser utilizado no controle dos comportamentos de seus próprios pares. Assim, acaba por recrutar mais pessoas para a manutenção da governamentalidade e sua legitimação.

Além disso, acredito que a educação empreendedora conduzida por esse tipo de iniciativa pode acabar por esvaziar a atividade artesanal de significado, reforçando demasiadamente a atenção dada ao mercado na atividade, podendo conduzir a um desinteresse na realização de trabalhos que tragam um menor retorno do ponto de vista econômico, como os trabalhos domésticos e artesanais.

Alguns dias depois que defini o tema e o objeto desta pesquisa, surgiu uma oportunidade para a condução da pesquisa e que possibilitaria iniciar imediatamente a etapa de campo com observação participante. Tinha recebido uma mensagem de e-mail, que informava que um projeto de inclusão social voltado para as rendeiras de bilro estava selecionando novos tutores para a equipe. Naquele momento, percebi que seria conveniente para a pesquisa poder viver uma aproximação com as rendeiras através de um papel social na própria iniciativa de inclusão social, podendo fazer parte da ação. Após conversar com o orientador, encaminhei meu currículo, participei de uma entrevista, fui selecionado e passei a fazer parte da equipe do projeto em março de 2015.

Como tutor, tinha a função de acompanhar e dar suporte às aulas que foram ministradas às rendeiras. As atribuições principais eram: colher assinaturas na lista de chamada, controlar e distribuir materiais, fazer relatórios, receber e arrumar o lanche, elaborar e aplicar questionários, etc. As aulas foram realizadas em cinco polos: Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Sambaqui, Ponta das Canas e Rio Tavares.

As aulas eram conduzidas pelas professoras do projeto e versavam acerca dos seguintes assuntos: marketing, finanças, comportamento empreendedor, informática, qualidade e exportação. Cada polo recebia uma aula a cada sete a quinze dias. Além disso, o projeto organizou outros eventos além das aulas, como uma palestra e um curso de *design* realizados em universidades do município. Atualmente, as atividades do projeto já se encerraram, em março de 2016.

A pesquisa foi dividida em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa campo e análise dos resultados. Uma das contribuições que pretendo aportar para a área de estudos organizacionais é uma contribuição teórica por meio da utilização do referencial da governamentalidade. Prestes Motta e Alcadipani (2004) haviam sugerido a utilização do referencial foucaultiano nos estudos organizacionais e Alcadipani e Tonelli (2004) e Alcadipani (2008), de forma mais específica, sugeriram a aplicação do referencial da governamentalidade na área. De lá para cá, algumas pesquisas surgiram utilizando-se do referencial, mas ainda é muito pouco em relação ao potencial que o conceito possui.

Esta dissertação está dividida em seis partes principais. Após esta introdução (capítulo 1), apresento uma revisão teórica (capítulo 2), com o delineamento da estrutura teórica que embasa a pesquisa. Em seguida, no capítulo 3, detalho a metodologia utilizada na coleta e análise dos dados. No capítulo 4, efetuo a análise e discussão a partir dos dados coletados e à luz do referencial teórico. Na sequência (capítulo 5), apresento as considerações finais e, por último, no capítulo 6, apresento as referências bibliográficas utilizadas.

*Do you see what I see?
 Truth is an offense
 You silence for your confidence*

*Do you hear what I hear?
 Doors are slamming shut
 Limit your imagination
 Keep you where they must*

*Do you feel what I feel?
 Bittering distress
 Who decides what you express?*

(...)

*Doesn't matter what you see
 Or into it what you read
 You can do it your own way
 If it's done just how I say*

(...)

*Independence limited
 Freedom of choice:
 Choice is made for you my friend
 Freedom of speech:
 Speech is words that they will bend
 Freedom no longer frees you*

(...)

(Eye Of The Beholder - Metallica)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Assim que tive os primeiros contatos com o pensamento de Foucault e seu conceito de governamentalidade, percebi que poderia contribuir para as minhas reflexões e inquietações iniciais, possibilitando uma melhor compreensão e problematização. Por desejar conhecer mais sobre o trabalho desse pensador, decidi adotar o referencial teórico foucaultiano, especialmente o conceito de governamentalidade, como base sobre a qual apoiar esta pesquisa.

A produção intelectual de Foucault é considerada por Dreyfus e Rabinow (1995) “o mais importante esforço contemporâneo não só de desenvolver um método para o estudo dos seres humanos, como de diagnosticar a situação atual de nossa sociedade”, oferecendo poderosas ferramentas alternativas de compreensão. A partir das décadas de 1980 e 1990, seus trabalhos desencadearam um grande interesse, influenciando pesquisas de diversas áreas, como psicologia, criminologia, política, sociologia, educação, políticas educacionais, literatura e estudos organizacionais (FIMYAR, 2009; ALCADIPANI, 2008). E o *Efeito Foucault* (FOUCAULT, 1991) continua se intensificando até a década atual: em 2011, Veiga-Neto e Saraiva (2011) percebiam um crescimento na quantidade de pesquisas acadêmicas de inspiração foucaultiana.

Porém, com o crescimento do interesse, cresce também a leitura equivocada e a utilização abusiva desses conceitos (FIMYAR, 2009; VEIGA-NETO, 2000). Veiga-Neto e Rech (2014) alertam que muitas pesquisas são direcionadas para problemas para os quais o referencial foucaultiano não oferece nenhuma contribuição. Ainda segundo eles, como acontece com qualquer autor, por maior que seja a força de sua teorização, não é possível ser aplicada a toda e qualquer situação ou problema, existindo diversos casos aos quais essas ferramentas não oferecem qualquer utilidade. Para um uso apropriado das contribuições de Foucault é necessário se familiarizar com os meandros de seu pensamento, “um tipo de pensamento caracterizado por ser não linear, mas sinuoso, emaranhado, complexo e nômade” (VEIGA-NETO, RECH, 2014).

Em relação à área dos estudos organizacionais, Prestes Motta, em 1981, já fazia uso do referencial Foucaultiano. Ele realizou uma análise do poder nas organizações através do conceito foucaultiano da disciplina. Mais recentemente, Prestes Motta e Alcadipani (2004) sugeriram a utilização do referencial foucaultiano nos estudos organizacionais. Mais especificamente em relação ao conceito de governamentalidade, principal interesse desta pesquisa, Alcadipani e Tonelli (2004) e Alcadipani (2008) sugerem sua aplicação nessa área.

De lá para cá, algumas pesquisas surgiram utilizando-se do conceito no campo dos estudos organizacionais, porém, em quantidade relativamente pequena no Brasil⁴. A seguir, apresento os principais conceitos utilizados nessa pesquisa.

2.1. PODER E GOVERNAMENTO

Foucault pensou o poder de um modo original e particular, rompendo com a teoria do poder clássica. Esta, em geral, “concebe o poder nos termos do direito e levanta a questão de sua legitimidade, seu limite e de sua origem” (FOUCAULT, 2008-a, p. 532). Ainda, o poder é, tradicionalmente, pensado como uma entidade unitária, centralizada e estável, algo que se pode possuir e que é exercido de cima para baixo, independentemente da vontade do subordinado, que é compreendido como passivo no processo.

Foucault não se limitou a pensar o poder dessa forma. Mas também não procurou responder a questões sobre a definição do poder ou de sua legitimidade. Ao invés de procurar desenvolver uma nova teoria do poder - objetiva, generalizável e a-histórica – Foucault, alternativamente, propôs uma analítica do poder (DREYFUS; RABINOW, 1995). Ao invés de perguntar “o que” é poder, Foucault procura compreender “como” o poder é exercido. Em outras palavras, preocupava-se não com o poder em si, mas com o exercício de poder. Dedicou-se a pesquisar a história do exercício de poder: como foi praticado, quais foram os mecanismos, técnicas e estratégias utilizadas em sua prática, seus objetivos e efeitos em determinadas épocas. Sua

⁴ Uma busca, em 05 de março de 2015, pelo termo “governamentalidade” no Banco de Teses da Capes, nas áreas de Administração ou Administração Pública obteve apenas uma dissertação, defendida em 2011. Mesmo assim, nem a pesquisadora em formação, nem o orientador utilizaram o referencial teórico em pesquisas posteriores. Uma busca semelhante, porém, com a palavra-chave “Foucault” retornou apenas dez trabalhos.

Na mesma data, uma busca por assunto no Portal de Periódicos da CAPES retornou apenas duas publicações, tanto com os termos “governamentalidade” e (AND) “administração”, quanto com a busca por “governamentalidade” e (AND) “estudos organizacionais”. Já a busca pelos termos em inglês: “governmentality” e (AND) “management”, retornou 148 resultados. Pesquisa semelhante foi realizada na base de dados EBSCO, obtendo apenas um único artigo em português.

análise “consiste em estudar como o poder domina e se faz obedecer”. (FOUCAULT, 2008-a, p.532). Ele nos oferece uma nova perspectiva.

Para Foucault, o poder não está presente somente em relações hierarquizadas, como as relações chefe-empregado ou rei-súdito. Ao contrário, o poder é multidirecional, complexo, dinâmico e varia na história. Não é um objeto, cargo ou posição hierárquica, não é algo que algumas pessoas possuem e outras não. Também não pressupõe, como requisito para ser exercido, a existência de um estado de violência ou dominação⁵. Para Foucault, esses estados não são o poder, mas são apenas possíveis instrumentos ou consequências de seu exercício.

O poder existe através da interação entre as partes, sendo exercido durante a relação entre duas pessoas. Acontece nas relações humanas, seja entre familiares, entre amigos ou amantes, enfim, por toda a sociedade. Na maioria das vezes, de forma quase imperceptível. É exercido “em uma rede capilar tão estreita que nos perguntamos onde poderá não existir poder” (VEYNE, 2008, p. 101). Está presente nas micro práticas do poder no dia-a-dia, estando inserido no cotidiano e sendo partilhado por todos: “há poder na família, entre dois amantes, no escritório, no atelier e nas ruas [...]. Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade da qual os indivíduos constituem o liço⁶”. (VEYNE, 2008, p. 101). Na maioria das vezes, aquele que exerce o poder sequer se dá conta de que o está exercendo. Assim como aquele que sofre a ação do poder também não percebe, na maioria das vezes. Estamos sujeitos, diariamente a uma trama de micropoderes que, em geral, não percebemos quando exercemos e, tampouco, quando sofremos sua ação. O poder “é uma matriz geral de relações de forças,

⁵ Aqui, utilizei o termo dominação da forma como foi compreendida por Foucault. Apesar de pensar o poder de forma distinta em relação a como era tradicionalmente considerado, Foucault não faz o mesmo em relação à dominação. O filósofo compreendeu a dominação do ponto de vista das teorias de poder clássicas. Para possibilitar um maior refinamento e precisão nas análises, no restante do texto optei por utilizar o conceito de dominação do ponto de vista que Veiga-Neto (2012) nos apresenta e que veremos adiante. Esse posicionamento, apesar de diferente da compreensão de Foucault, não é incompatível, mas traz um importante complemento em relação aos demais conceitos foucaultianos.

⁶ Segundo o dicionário Priberian, liço é “cada um dos fios que sobem e descem seguros nos liçaróis ao longo do tear, e que são atravessados pelos fios da tecelagem”.

num tempo dado, numa sociedade dada”. (DREYFUS; RABINOW, 1995; p. 203). Portanto, o poder exercido pelo Estado é apenas uma das inúmeras práticas de poder presentes na sociedade.

Segundo Foucault, onde há poder, há também resistência, uma vez que são inseparáveis. De modo que, tanto a resistência quanto o poder podem iniciar relações de poder. Uma vez que há relações de poder em todo lugar, então há também focos de resistência em tudo. Para o filósofo, isso evidenciaria a possibilidade de transformação e de luta em toda parte (REVEL, 2005). Portanto, “cada movimento de um serve como ponto de apoio para uma contra-ofensiva do outro” (idem), de modo que ambos podem ser analisados em termos de estratégias e táticas (idem).

Em relação às características do poder, Foucault (1995, p. 244) afirma que “o poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários ou do vínculo de um em relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’”. Em relação à palavra ‘governo’, preciso fazer um comentário: do ponto de vista foucaultiano, em nosso idioma, o termo governo costuma ser utilizado tanto para se referir genericamente às instâncias centrais do Estado (governo da república, governo municipal, órgãos, autoridades, instituições, etc.), quanto para se referir à ação ou ato de governar, que envolve as pessoas, as subjetividades e os micropoderes. Para contornar essa dificuldade, Veiga-Neto (2005) sugere a utilização da palavra “governo”, em desuso em nosso idioma, para se referir ao governo enquanto ação ou efeito. Simultaneamente, propõe o uso da palavra Governo (com G maiúsculo), para se referir às instituições de Estado. Nesta pesquisa, adoto esse posicionamento, por entender que colabora para a melhoria da comunicação e, por isso, para a redução do risco de equívocos, ambiguidades e más interpretações.

Mas, o que seria governo para Foucault? O filósofo compreendeu o termo governo de modo bastante amplo, com o sentido que possuía no século XVI:

Ele [governo] não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas **designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos**: governo [i.e., governo] das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; **mas modos de**

ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.
(FOUCAULT, 1995 – grifo meu)

Portanto, governo - enquanto característica do poder – é a capacidade de conduzir a conduta dos diferentes indivíduos, agindo sobre suas possibilidades de ação. De acordo com Veyne (2008), é a capacidade de fazer o outro caminhar sem que seja necessário usar suas mãos para colocar os pés do outro na direção desejada. De acordo com Castro (2011) apud Veiga-Neto e Lopes (2012), nesse caso, estamos nos referindo à ação de um sujeito sobre outro, “governo como relação entre sujeitos”. Porém, assim como podemos agir sobre a ação alheia, também podemos agir sobre nossas próprias ações, no campo individual, “por exemplo, se trata de dominar os prazeres ou os desejos” (idem). Esse é o eixo do “governo como relação consigo mesmo” (idem).

A partir da compreensão de governar como conduzir a condutas dos indivíduos, compreendemos o conceito tanto no eixo do coletivo, através da ação sobre a conduta das outras pessoas, quanto no eixo individual, através da ação sobre nossa própria conduta. É no cruzamento entre o eixo do coletivo e o eixo do individual que se situam os modos de constituição dos sujeitos, aquilo que Foucault chamou de subjetivação e que está intimamente ligada à inseparabilidade entre saber e poder (VEIGA-NETO, LOPES, 2012).

Para existir, o poder está sempre associado a um saber, a um conhecimento, a um regime de verdade. O poder e o saber são indissociáveis. Um novo conhecimento é atrelado a um novo poder. Por exemplo, o saber da psiquiatria é atrelado a uma forma de poder, manifestado no interior dos hospitais psiquiátricos; o saber da medicina é atrelado ao poder sobre o paciente, manifestado no interior dos hospitais; o saber da pedagogia é atrelado ao poder sobre as crianças, manifestado no interior das escolas.

Obedecemos àquilo que entendemos como verdade. Porém, aquilo que é considerado verdadeiro não é estável, variando com o tempo. Um saber que é considerado verdade em uma época pode ser considerado um absurdo ou uma piada em uma época posterior. Isso não quer dizer que o conhecimento desse período posterior seja mais verdadeiro que aquele, mas apenas que as verdades desse tempo são diferentes das daquele. Por outro lado, o conjunto de saberes-verdades

de uma época são considerados como auto evidentes entre aqueles que são contemporâneos.

Nossas ações pessoais (e institucionais) são constantemente avaliadas em relação ao conjunto de verdades presente no tempo e lugar em que estão inseridas. Assim, é a partir da conformidade ou distanciamento em relação a esse conjunto de verdades que as ações podem ser avaliadas e, aquilo que é considerado verdadeiro, acaba por se fazer obedecer (VEYNE, 2008). “É um facto que, sem que qualquer violência seja exercida sobre elas, as pessoas conformam-se com regras, seguem costumes que lhes parecem evidentes” (VEYNE, 2008, p. 100). Governamos aos outros e a nós mesmos com base naquilo que consideramos como “verdade”, em relação a nós mesmos, a nossa existência, a quem somos ou aquilo que acreditamos como sendo a nossa própria natureza. Simultaneamente, enquanto governamos a nós mesmos e aos outros, acabamos por produzir verdades ativamente, como aquelas em relação ao emprego, os negócios, a economia, a produção, etc. (DEAN, 1999).

Essas práticas, através das quais governamos e somos governados são chamadas de práticas de governo e abrangem a produção de novas verdades e novos conhecimentos (FIMYAR, 2009), através dos quais governamos e somos governados, produzindo verdades e conhecimentos, através dos quais governamos e somos governados, assim sucessivamente. O governo de cada um sobre si mesmo está imbricado à sua constituição como sujeito, ou seja, aos processos de subjetivação aos quais foi submetido.

A análise do poder em Foucault envolve três elementos fundamentais: o próprio poder, o saber (verdade) e a subjetivação. Já comentei sobre os dois primeiros e agora vamos ao terceiro elemento. Por subjetivação, Foucault refere-se ao “processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade” (REVEL, 2005). É o processo de “constituição do sujeito humano como devendo comportar-se eticamente desta ou daquela maneira, como fiel vassalo, como cidadão, etc.” (VEYNE, 2008 - Pág. 109).

Foucault não considera o sujeito, ou melhor, subjetividade, como algo natural, fixo ou determinado, como possuindo uma substância, uma essência. Ao contrário, do ponto de vista foucaultiano, o sujeito é determinado historicamente (por meio de processos de subjetivação). Ou seja, não existe algo como uma essência da pessoa humana, não há quem ela seja “realmente” em seu interior. A formação do sujeito, de como ele vê a si mesmo, quem pensa que é, a maneira como se comporta, como entende o mundo e como age em sua relação com o

mundo são determinados histórica e territorialmente, por sucessivos processos de subjetivação.

Modelado pelos discursos e dispositivo de cada época, "o sujeito não é soberano mas sim filho do seu tempo; não nos podemos tornar num sujeito qualquer num momento qualquer" VEYNE (2008; p. 109). Cada dispositivo produz seu objeto e seu respectivo sujeito. As ciências físicas, a loucura, dentre outros dispositivos, fazem "do eu de cada um, um certo sujeito. A física faz o físico" (idem), assim como a loucura faz o louco e assim por diante. Assim como não existiria para nós, objeto conhecido sem discurso, não haveria sujeito humano sem processo de subjetivação (idem).

A partir do século XVI, foi se constituindo um tipo de exercício de poder que atuava através da subjetivação e tendo como alvo a população. Para se referir a esse tipo de governo, Foucault criou o termo governamentalidade.

2.2. GOVERNAMENTALIDADE

Para compreender o conceito de governamentalidade, é preciso retomar a ideia de governo. Lembrando, Foucault descreve governo como condução das condutas. Porém, a conduta de alguém é, de forma mais direta, dirigida pela própria pessoa. Assim, aquele que é governado (que tem suas condutas governadas) não é passivo, mas coautor, corresponsável pelo governo a que é submetido. Ou seja, ao fim e ao cabo, são as próprias pessoas que governam a si mesmas. Portanto, o governo age sobre a conduta das pessoas, ou seja, sobre o governo de si de cada um. E esse governo de si não é algo natural, mas algo criado como se natural fosse (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011). Ao contrário, é induzido, conduzido.

Em seus trabalhos anteriores, até 1978, Foucault procurara abordar as formas disciplinadoras de poder, presentes de maneira mais contundente em instituições como manicômios, prisões, hospitais, escolas, fábricas, etc. Porém, posteriormente, passou a se interessar por temas relativos ao exercício de poder de modo mais amplo, como as ações do Estado. Assim, no período de 1978 a 1980, em que lecionou os cursos "Segurança, Território, População" e "Nascimento da Biopolítica", procurou estudar a história das relações de poder que formaram os Estados modernos.

Segundo Foucault, o Estado moderno é um Estado governamental, ou seja, uma estrutura que se destina a governar pessoas.

Em outras palavras, o Estado moderno é caracterizado por uma governamentalização do Estado (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011). Mas não foi sempre assim. Foucault (2008-a) desenvolve uma genealogia do estado moderno, a partir da “ruptura que se produziu entre o final do século XVI e o início do século XVII [...] na passagem de uma arte de governar herdada da Idade Média [...] para uma arte de governar cuja racionalidade tem por princípio e campo de aplicação o funcionamento do Estado” (Revel, 2005, p. 54 apud VEIGA-NETO; LOPES, 2012, P. 64), passando por seu desenvolvimento posterior, até o século XX.

Analisando os Estados da Europa Ocidental, Foucault esclarece a mudança na racionalidade governamental no começo da modernidade: “dos problemas do território para os problemas da população, da administração dos recursos para a administração do poder sobre a vida (ou seja, biopoder), das ameaças exteriores ao Estado para os riscos internos que emergem em relação à população” (FIMYAR, 2009, p. 38 – grifo do original).

Foucault estudou os processos independentes que fizeram com que, nos últimos séculos, formas de poder do Estado mais centralizadas e repressivas, exercidas pelo soberano, fossem se transformando em formas mais sutis e descentralizadas de poder, exercidas não mais pelo soberano, mas por um grande conjunto de instituições e pelos próprios sujeitos. A isso, Foucault se refere pelo neologismo ‘governamentalidade’ (FIMYAR, 2009) – p. 38), que se tornaria um conceito fundamental na problematização foucaultiana (Castro, 2011a apud VEIGA-NETO, LOPES, 2012, p. 64) e que também o será nesta pesquisa.

Segundo Foucault, o Estado moderno é uma governamentalidade de Estado. O processo de formação da governamentalidade e do Estado moderno se iniciou no final do século XVI e início do século XVII, a partir da crise do poder soberano, em um contexto no qual o governo passou a ser problematizado e analisado e deixou de ter sua existência como evidente por si mesma (FOUCAULT, 2008-a e SIMONS; MASSCHELEIN, 2011).

Naquele período, por meio dessa análise e reflexão acerca do Governo, levantaram-se questões relativas a ‘como e a quem governar?’. Estas reflexões acerca de quais são as razões do Estado – ou seja, a racionalidade da ‘razão de Estado’ - permitiram a constituição daquilo que Foucault considera como a primeira governamentalidade moderna: a Razão de Estado, cujo foco passou a ser a população, e não mais o território ou os indivíduos separadamente em sua multiplicidade.

Foucault analisa profundamente essa governamentalidade, assim como seu posterior desenvolvimento através do mercantilismo e cameralismo, estado de polícia, liberalismo, a incorporação dos mecanismos disciplinadores e de segurança como tecnologias governamentais, até o nascimento do neoliberalismo. Para Foucault, a governamentalidade neoliberal é o modelo de governamentalidade contemporânea. (FOUCAULT, 2008-a; SIMONS; MASSCHELEIN, 2011). Esse processo de governamentalização do Estado é definido por Rose (1999) apud Fimyar (2009) como “a invenção e reunião de todo um conjunto de tecnologias, que compreendem os cálculos e estratégias dos poderes constitucionais, jurídicos, fiscais e organizacionais do Estado, numa tentativa de gerir a vida econômica, os hábitos sociais e a saúde da população”.

Mas, afinal, o que seria a governamentalidade? Foucault desenvolve esse conceito na aula de 1º de fevereiro de 1978, do curso “Segurança, território, população”, que ele lecionou no Collège de France e onde faz uma genealogia do Estado moderno. Foucault define governamentalidade como:

Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permite exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que se pode chamar de ‘governo’ [i.e. governo] sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo ‘e, por outro lado’, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a

pouco “governamentalizado”” (FOUCAULT, 2008-a, p. 143-144).

A partir da citação acima, fica evidente que Foucault compreende a governamentalidade a partir de três modos distintos: como maquinário, como tendência e como resultado. Porém, posteriormente, após ter direcionado consistentemente suas pesquisas para o domínio da ética, Foucault reformula o conceito, compreendendo governamentalidade como o ponto de encontro entre as técnicas de governo sobre os outros e as técnicas de governo de si (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2011, p. 8). De forma simplificada, o conceito de governamentalidade se refere “ao objeto de estudo das maneiras de governar” (CASTRO, 2011, p. 177 apud VEIGA-NETO; LOPES, 2012, P. 64)

Alguns autores afirmam que existem dois sentidos para o termo governamentalidade em Foucault (DEAN, 1999; FIMYAR, 2009; CASTRO, 2009 apud GALLO, 2012). O primeiro sentido, normalmente denominado “governamentalidade política” ou “arte de governar”, possui uma característica mais geral e identifica uma forma de pensar as questões relativas ao Estado, suas mentalidades, racionalidades e técnicas de governo. O segundo sentido, mais restrito, identifica uma abordagem a partir das técnicas de governo dos outros através da técnica de si, portanto, das relações do sujeito consigo mesmo (CASTRO, 2009 APUD GALLO, 2012, P. 58) ou o aparecimento de novas formas de pensar sobre como é exercido o poder em algumas sociedades (FIMYAR, 2009 - PÁG 35).

Uma vez que o conceito de governamentalidade nunca foi objeto de uma publicação específica por parte de Foucault, acaba por sofrer de uma certa falta de sistematização, o que não diminui a importância do conceito (GALLO, 2012). Realmente, quando apresentou o termo governamentalidade, Foucault ainda não tinha aprofundado o estudo da história das tecnologias de governo de si. Mas, atualmente, podemos fazer uso de seus textos posteriores, nos quais se dedica a temas como governo de si, processos de constituição do sujeito (subjetivação) e do cuidado de si, que permitem obter uma melhor compreensão do funcionamento da governamentalidade (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011).

Segundo Fimyar (2009), ao fundir o termo governar (*gouverner*) com o termo mentalidade (*mentalité*), formando o neologismo governamentalidade, Foucault reforça a interdependência entre as práticas do exercício do governo e as mentalidades que sustentam

essas práticas. Ou seja, “a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle normalização e moldagem das condutas das pessoas” (FIMYAR, 2009, p. 38). De acordo com Veiga-Neto e Traversini (2009, p. 16), o conceito se refere à interseção “entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade)”. Portanto, entre a construção do sujeito e a formação do Estado.

Em outras palavras, a governamentalidade é uma eficiente prática de poder, na qual o governo passa a estar na própria pessoa, naquilo que ela é como sujeito. A governamentalidade acessa o interior do sujeito através do governo de si, subjetivando a população, agindo na constituição do sujeito de todo e cada um na população. Portanto, no comportamento individual e nas relações de micro poder de todo e cada membro da população, o governo do Estado é exercido. Cada pessoa exerce o poder do Estado sobre seus familiares, amigos, colegas, conhecidos, etc. Assim como todos esses exercem o poder do Estado sobre aquela pessoa.

Apesar de as governamentalidades atuarem através da subjetivação, suas estratégias de subjetivação variaram de acordo com cada época. Para compreender as estratégias utilizadas pela governamentalidade contemporânea, que Foucault chamou de neoliberal, é fundamental a compreensão da arte de governo que a antecedeu, a governamentalidade liberal ou, simplesmente, liberalismo. Essa governamentalidade nasceu como uma nova racionalidade a partir da insatisfação com a Razão de Estado. Surge como uma crítica ao governo ou qualquer tipo de autoridade, como um “horror ao Estado”. A partir de um novo regime de verdade, baseia-se na ideia de que “governar demais é irracional, pois é antieconômico e frustrante” (VEIGA-NETO, 2000, p. 4). Ironicamente, o liberalismo, que surge, primeiramente, como uma crítica contra o governo, o Estado e a autoridade acaba por tornar-se a própria racionalidade do Governo, uma governamentalidade. Ainda que, distinta das demais formas de governo. (FIMYAR 2008)

Na perspectiva foucaultiana, o liberalismo não deve ser compreendido como uma ideologia, teoria ou forma de representação social, nem como uma fase histórica, nem como uma doutrina política ou sistema econômico. O liberalismo deve ser compreendido como mais uma etapa no refinamento da arte de governar, como um tipo específico de governamentalidade, como uma das formas de pensar as estratégias de governo. O liberalismo se manifesta como um conjunto de

racionalidades e práticas, como uma forma de vida em que o sujeito se conduz orientado por objetivos e por princípios de mercado (Foucault, 2008-a). É caracterizada por um racionalismo econômico extremo, “que vê o mercado não apenas como um mecanismo superior de alocação para a distribuição de recursos públicos escassos, mas também uma forma superior de economia política” (PETERS, 2002 apud SILVA; FABRIS, 2010, p. 357).

As governamentalidades, de forma geral, ocuparam-se com a segurança da população, por entender que a segurança da população é a base da prosperidade do Estado. No caso da racionalidade liberal, um dos principais elementos constituintes de seu regime de verdade é o econômico. Daí que, segundo Fimyar (2008), o liberalismo se preocupa, fundamentalmente, com a segurança do desenvolvimento socioeconômico da população, como meio de se alcançar a prosperidade do Estado. O liberalismo, que por um lado, é uma crítica à biopolítica presente na Razão de estado, acaba por inaugurar uma nova versão da biopolítica através da criação de novos, e mais eficientes, mecanismos de biopoder. Assim, o liberalismo cria técnicas de governo específicas, que agem em dois níveis: tanto no nível da população, quanto do sujeito: são técnicas tanto individualizadoras quanto totalizadoras. Portanto, o liberalismo é o governo de todo e cada um. Preocupa-se tanto com a população como um todo, bem como, com cada sujeito individualmente (idem).

Assim, os princípios de mercado, ou econômicos, vão sendo entrelaçados com todas as áreas da vida dos sujeitos, fazendo com que o social e o econômico se tornem cada vez mais unidos e naturalizando as relações sociais-econômicas. O econômico passa a fazer parte de todas as áreas da vida do sujeito de uma forma naturalizada e, por isso, inquestionável. Assim, o liberalismo faz parecer que os princípios de mercado fazem parte da “natureza humana”. Como consequência, a governamentalidade liberal acaba por permitir ao Estado apenas a tarefa de ajustar socialmente aquilo que já seria inerente ao ser-humano (Veiga Neto, 2000). Assim, a racionalidade liberal “entende a sociedade como um todo que deve ser harmônico pela combinação complementar de seus indivíduos, cada um funcionando como um átomo indivisível, centrado e estável, que é, em si mesmo e ao mesmo tempo, réu e juiz, ovelha e pastor” (VEIGA NETO 2000, p. 5). Ou seja, uma vez que os princípios de mercado passam a ser compreendidos como parte da natureza humana, o ser humano passa a ser visto como possuindo direitos e deveres ‘naturais’ alinhados aos princípios de mercado. Os indivíduos passam a ser vistos - e verem a si mesmos - como

possuidores desses direitos e deveres, agindo como um sujeito-parceiro do Estado.

Tendo a economia como valor superior, a racionalidade liberal pensa e atua em termos da busca da máxima eficiência, inclusive na prática do governo. Como forma de eficiência, procura obter o máximo, através do uso mínimo de recursos. Ou seja, procura governar o máximo, governando o mínimo. Ou, segundo (VEIGA NETO, 2000, p. 4), atua através do entendimento de que “para governar mais, é preciso governar menos”, de modo que o governo acaba por se tornar cada vez mais sutil. Essa sutileza é possível devido ao fato de o Estado contar com sujeitos-parceiros e agir tanto no nível da população quanto no do indivíduo.

Para que a governamentalidade liberal possa agir no nível do indivíduo, requer a existência de certo tipo de liberdade individual e de um certo tipo de governo de si que são de importância estratégica para seu funcionamento (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011 – p. 123). Essa tecnologia de governo de si utilizada no liberalismo passa a ser a liberdade individual. Segundo Simons e Masschelein (2011, p. 123), a “liberdade individual, portanto, não é um estado natural dos seres humanos, mas implica uma espécie de governo [governo] de si”.

Desse modo, o liberalismo atua na constituição de sujeitos livres, indivíduos que se veem como livres. E essa liberdade passa a ser utilizada como mecanismo de controle: “o Estado liberal governa através da liberdade e em nome da liberdade, embora o exercício dessa liberdade seja submissa àquilo que é considerado normal dentro da sociedade” (FIMYAR 2008, p. 41). Ou, em outras palavras: o sujeito constituído pelo Estado liberal é livre, mas age e faz somente aquilo que o Estado deseja ou permite, porque o que o Estado deseja ou permite já foi internalizado no indivíduo, através do processo de subjetivação, a partir de sua constituição (subjetivação, para ser mais exato) como sujeito livre.

Para governar a população, a governamentalidade liberal produz ativamente a liberdade. Para isso, reformou e ainda reforma as antigas instituições disciplinares (prisões, hospitais, escolas, fábricas), de modo a transformá-las em ambientes que promovam a liberdade. Ou seja, ambientes que criem a liberdade através da qual a governamentalidade possa atuar (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011 p. 123). Dessa forma, o liberalismo, através dessas instituições, não age mais de forma ditatorial, bruta ou agressiva. Ao contrário, atua de forma muito mais sutil: recrutando e controlando as pessoas através de uma forma específica de

governo de si (através da prática de liberdade) e atuando na própria formação da identidade da pessoa, de quem ela é, de como ela se vê, na constituição do próprio sujeito. Ou seja, “não é por intermédio da força bruta que as pessoas são incorporadas ao Estado moderno. Ao contrário, é por intermédio de uma forma bem particular de governo de si e em nível da própria subjetividade (idem). Portanto, a liberdade é o mecanismo de ação da governamentalidade liberal. É produzida como estratégia de controle, sendo tanto o efeito, quanto o instrumento dessa arte de governar (idem).

A partir do século XX, o liberalismo se transformou em duas tendências principais: o ordoliberalismo alemão - ou neoliberalismo alemão - e o neoliberalismo estadunidense - que logo assume a forma do anarcoliberalismo da Escola de Economia de Chicago (VEIGA NETO, 2000; VEIGA-NETO; LOPES, 2012). O ordoliberalismo promove uma desnaturalização das relações econômicas e sociais, uma vez que compreende que uma economia de mercado precisa ser organizada de maneira a oferecer o suporte da lei, mas também evitar que o livre mercado produza distorções sociais (VEIGA-NETO, 2000).

Por outro lado, o neoliberalismo estadunidense possui tamanha confiança nas forças de mercado que procura afastar a economia do campo de ação do Estado, bem como subordinar toda a vida social à lógica de mercado. A partir desses dois desdobramentos do liberalismo é possível compreender seu desenvolvimento posterior, genericamente chamado de liberalismo tardio, avançado ou neoliberalismo. É importante observar que, apesar de o liberalismo se desdobrar em outra forma de governamentalidade, muitas de suas características continuam presentes na atualidade, pois uma arte de governar não é simplesmente substituída por outras, mas vai se transformando, adquirindo novas características ao mesmo tempo que modifica outras.

2.3. GOVERNAMENTALIDADE CONTEMPORÂNEA E A ADMINISTRAÇÃO

A partir do ponto de vista foucaultiano, a governamentalidade⁷ neoliberal é o tipo de arte de governo presente desde a década de 1960. Mas é importante reforçar que, assim como o liberalismo, o

⁷ A partir desse ponto, quando utilizar o termo ‘governamentalidade’ sozinho, estarei me referindo à arte de governo contemporânea, portanto, à ‘governamentalidade neoliberal’.

pensamento foucaultiano não compreende o neoliberalismo da forma tradicionalmente abordada nos meios de comunicação e estudos econômicos em geral. Enquanto, tradicionalmente, neoliberalismo se refere a um conjunto de preceitos de ordem fundamentalmente econômicas que teve sua origem principalmente a partir da Escola de Chicago, um conjunto de medidas e políticas públicas adotados pelos ‘Governos neoliberais’, do ponto de vista foucaultiano o neoliberalismo não é isso. Ou melhor, não é apenas isso, mas é compreendido como um padrão de comportamento, uma forma de ver o mundo e a vida que se desenvolveu a partir daqueles pensamentos da Escola de Chicago, não se limitando ao campo econômico ou de políticas públicas e Governos. Do ponto de vista foucaultiano, o neoliberalismo é uma forma específica de condução de condutas, de governo.

Cabe sempre esclarecer para essa diferenciação entre dois conceitos que se utilizam de uma mesma nomenclatura e que possuem relações: o Governo neoliberal e a governamentalidade neoliberal. O primeiro não será tratado nesta pesquisa, de modo que o termo neoliberalismo será utilizado exclusivamente para se referir à governamentalidade neoliberal, um conjunto de características compartilhadas por grande parte das sociedades contemporâneas e como uma forma de governo que é uma consequência, continuidade, evolução e desenvolvimento que se fez a partir da governamentalidade liberal.

Como mencionado, o liberalismo, a partir das décadas de 1930 e 1940 se desenvolveu em duas vertentes: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense. A segunda vertente acabou se espalhando por praticamente todos os países do mundo, sobrepondo-se como modelo predominante. Segundo Veiga-Neto (2000), “foi a versão norte-americana a que passou a nortear as políticas econômicas dos países do ocidente (numa primeira fase) e, depois, praticamente de todo o mundo”. Ainda segundo o autor, isso talvez tenha sido causado por um conjunto de fatores: como a posição hegemônica ocupada pelos Estados Unidos no pós-guerra, o caráter mais radical da vertente de Chicago ou orientações passadas por instituições de financiamento internacionais. Com o processo de globalização, sua área de abrangência amplia-se cada vez mais. Devido a esse processo e, principalmente, às próprias características dessa governamentalidade, ela se ampliou de um modo como, provavelmente, nenhuma outra arte de governar tenha se expandido até então (idem).

No neoliberalismo, está presente a compreensão de que o Estado deve interferir o mínimo possível na economia, ocupando-se única e

exclusivamente de garantir o bom funcionamento do mercado. À primeira vista, o neoliberalismo parece se aproximar do liberalismo clássico. Tradicionalmente, o ideal neoliberalista do Estado mínimo é visto como uma materialização do horror liberal ao Estado. E, de certa forma, ambos apresentam em seu núcleo uma produção e um elogio à liberdade. Por outro lado, o pensamento foucaultiano compreende que o neoliberalismo se afasta do liberalismo clássico, uma vez que, enquanto esse tinha aspirações às liberdades sociais, de liberdade da sociedade em relação ao Estado, aquele se limita às liberdades de escolhas individuais. Escolhas essas direcionadas para e pelo mercado. E o elogio ao estado mínimo não tem por intenção deixar a economia livre para ser regulada pela “mão invisível”, como pensavam os liberais, mas nada mais é que uma busca da máxima eficiência do Estado⁸. Portanto, a palavra liberdade, no liberalismo e no neoliberalismo, se refere a coisas distintas.

O elogio à liberdade individual é uma das características mais importantes do neoliberalismo. Liberdade essa que se resume, no neoliberalismo, basicamente à liberdade de escolhas individuais direcionadas para e intermediadas pelo mercado. Fundamentalmente, refere-se à “liberdade” de decidir o que consumir (dentre as opções disponíveis) e como atuar no mercado (dentre as opções disponíveis). Podemos perceber que a governamentalidade neoliberal é um refinamento da governamentalidade liberal, sendo ainda mais sutil. Porque, ao invés de se opor a uma dominação pelo Estado e buscar uma ampla liberdade, uma emancipação social, ao contrário, acaba por atuar através de uma compreensão bastante restrita de liberdade, legitimando a dominação.

8 A transição do liberalismo para o neoliberalismo e seu posterior desenvolvimento pode ser analisada a partir da interessante discussão a respeito da transição entre modernidade e pós-modernidade defendida por alguns autores. Foucault não pôde presenciar os desdobramentos mais recentes do neoliberalismo após a década de 1980, mas algumas características daquela transição a partir dos estudos foucaultianos revelam atributos pertinentes a esse debate, como a potencialização do individualismo e da competição. Porém, essa é uma discussão complexa e não faz parte do escopo deste trabalho. Para maiores informações acerca desse debate, na área de Administração, veja Clegg (1998a), Clegg (1998b), Clegg (1998c), Vieira e Caldas (2006) e Tenório (2009).

Ao longo da história, os mecanismos de dominação vêm se tornando cada vez mais sutis, tornando sua identificação cada vez mais difícil. As relações dominados-dominadores têm se tornado menos polarizadas e com contornos cada vez mais desbotados. A dominação foi se tornando cada vez mais camuflada, mais naturalizada e, principalmente, mais legitimada. Isso pode ser visto em relação ao próprio termo liberdade, que tem se tornado cada vez mais conformado. Ao invés da liberdade ampla e irrestrita do liberalismo, agora nos conformamos com alguma liberdade de escolha. Nos conformamos em escolher qual produto comprar, qual profissão exercer e o que fazer no tempo livre. Lembrando que essas escolhas são limitadas pelo mercado, classe social e estratégias da governamentalidade.

A ciência da Administração em sua vertente funcionalista, é um importante mecanismo de difusão dos ideais neoliberais e de atuação e manutenção da governamentalidade. Ela mesma, a Administração, apropria-se de algumas das características dessa governamentalidade. Se para o neoliberalismo, a tomada de decisão é um dos principais exercícios da liberdade individual, na Administração essa é uma das principais funções administrativas. Realmente, essa área detém (ou compartilha com a Economia) a disciplina de “processos decisórios” ou “tomada de decisões” e já estabeleceu diversas técnicas, instrumentos e modelos para otimizar a tomada de decisão, como análise de cenários, análise multicritério (MCDM), diagrama de Ishikawa, técnica nominal de grupo e *Balanced Scorecard*. Esse alinhamento entre a vertente funcionalista da Administração e a governamentalidade pode ser percebida em outras características dessa arte de governo que serão vistas adiante.

Enquanto no liberalismo o indivíduo era compreendido como um cidadão, na governamentalidade contemporânea passa a ser visto como um consumidor. A partir do ideal de liberdade neoliberal, onde cada um, supostamente, tem a liberdade de escolher o que consumir e como se expressar, sendo essas escolhas mediadas pelo mercado, os produtos passam a ser, cada vez mais, vistos como objetos de expressão pessoal e caracterização de um grupo social. E assim a demanda por produtos cada vez mais personalizados é criada.

A estratégia de possibilitar ao consumidor escolher dentre uma variedade de opções de produtos foi implementada e difundida pela Administração, principalmente, a partir do modelo japonês de produção, ou toyotismo, popularizado na década de 1990. Nos cursos de Administração, costuma-se comparar as duas estratégias de gestão fordismo e toyotismo. A primeira não disponibilizava qualquer opção de

escolha para o consumidor, ilustrada na célebre frase de Henry Ford, que dizia que seu cliente poderia escolher qualquer cor de carro, desde que fosse preta. Enquanto a segunda passou a oferecer aos clientes diversas opções de escolha.

Além disso, o toyotismo trouxe também várias mudanças nas relações de trabalho, como a desdiferenciação⁹ dos postos, estrutura horizontalizada, equipes autogeridas, empoderamento, flexibilidade, participação, etc. Mudanças essas que fizeram com que autores como Clegg (2008c) considerassem o padrão japonês como uma superação do modelo burocrático de organização, constituindo organizações pós-fordistas. Porém, um olhar além do nível das aparências nos faz perceber que essas mudanças apenas disfarçam ainda mais as relações de dominação que continuam existindo no interior da organização, portanto não superando o modelo burocrático ou fordista e trazendo uma harmonia apenas aparente.

Segundo Tragtenberg, desde o modelo fordista, passando pela escola das relações humanas, a Administração tem implementado uma estratégia de “harmonia administrativa”, que oculta as relações de dominação e conflito de classes entre capital e empregado. Paes de Paula (2002), atualizando o pensamento daquele autor, afirma que, com as chamadas organizações pós-fordistas, estamos vivendo uma época de “harmonia total”, em que os mecanismos de controle estão mais sofisticados e disfarçados. Alinhando-se aos ideais neoliberais, esse modelo utiliza o controle, dando uma suposta maior autonomia aos trabalhadores, que acabam por ser ainda mais controlados, como destaca Silva (2006) e Faria (2011).

A governamentalidade neoliberal opera através das ações de sujeitos que se veem como livres. Porém, para subjetivar esse indivíduo “livre”, precisa produzir a liberdade individual ativamente. Como forma de produzir a liberdade individual por meio da qual pudesse exercer poder, precisou continuar a reforma, iniciada pelo liberalismo, das antigas instituições disciplinares¹⁰, como as fábricas tradicionais ou

⁹ Conceito utilizado por Clegg (2008c).

¹⁰ Instituições disciplinares são aquelas que exercem poder disciplinar sobre os corpos dos indivíduos através da coerção, tornando-os dóceis e úteis. Essa forma de poder utiliza-se da dualidade saber-poder e pode ser exercido através de estabelecimento de horários, utilização exaustivas dos corpos, sistemas precisos de comando, segmentações dos atos, etc. Exemplo dessas

fordistas, transformando-as em ambientes que promovam a liberdade individual. Ou seja, transformando-as em ambientes que criem a liberdade através da qual essa arte de governo possa atuar, uma vez que a liberdade é o mecanismo de ação da governamentalidade, seu mecanismo de controle.

Esse movimento teve como consequência a adoção de novas práticas nessas instituições. Com isso, tais organizações deixaram de atuar a partir das práticas de poder disciplinar, passando a exercer poder de forma mais sutil, através das práticas de subjetivação. Com esse processo e outras estratégias adotadas pela governamentalidade, a população pode ser subjetivada. Uma vez realizada a subjetivação dos membros das empresas e da sociedade, não há mais a necessidade de exercer o poder da forma tradicional, através da disciplina. Desse modo, não é mais necessária a figura do chefe autoritário, pois o poder pode ser exercido de forma muito mais sutil e ainda mais eficiente: pelos próprios empregados, por si mesmos e sobre si mesmos, e uns sobre os outros.

A partir daí, são os próprios funcionários, que decidem, por si sós, agirem da forma como é esperado pela organização. Isso acontece porque os interesses da organização já estão interiorizados no sujeito-empregado. Através do processo de subjetivação, as organizações formaram sujeitos que possuem hábitos, morais, crenças e interesses pessoais compatíveis ou idênticos aos desejados pelas organizações. Ou seja, os interesses das empresas substituíram os próprios interesses do empregado. Desta forma, o empregado, acreditando ser livre e agindo de acordo com sua vontade, defende os interesses da organização sem necessidade de um controle aparente. Portanto, as organizações flexíveis, orgânicas ou pós-fordistas são responsáveis não apenas por promover a “liberdade”, como por subjetivar seus membros. Em outras palavras, atuam nas duas pontas dessa arte de governo: tanto criando o principal instrumento de poder da governamentalidade, que é a liberdade individual, quanto promovendo o exercício desse poder através da constituição de sujeitos que se enxergam e agem como se fossem livres.

Para a governamentalidade, todas as pessoas são supostamente livres para ser o que e quem quiserem e para decidir livremente. Então, está presente a compreensão de que os resultados obtidos por cada um

instituições são as prisões, manicômios, hospitais, exércitos, escolas e as fábricas.

dependem, basicamente, dessas decisões tomadas e daquilo que se convencionou chamar de capital humano. A teoria do capital humano surgiu na década de 1950, com os pensadores da Escola de Chicago e tem forte influência sobre a governamentalidade. Essa teoria, ao mesmo tempo que dialoga com o conceito de capital e trabalho de Karl Marx, também se afasta ao compreender todo ser-humano como capitalista, por ser dotado de seu próprio capital humano. Assim, essa teoria compreende que, sendo um capitalista, todo ser-humano pode investir seu capital (humano) de modo a obter retorno, tanto para fazer crescer o próprio capital (humano), quanto para obter maior rendimento financeiros (salário).

Segundo essa teoria, que acabou tendo grande impacto na sociedade atual, as pessoas podem investir no crescimento de seu capital humano através da educação, treinamento, desenvolvimento, capacitação, etc. Assim, a educação passou a ser compreendida de outra forma, como um investimento. E, com isso, surgiu o conceito de educação para toda a vida. O sujeito agora não se limita mais ao modelo de educação tradicional somente durante a infância. Há agora a necessidade de investimento constante em seu capital humano através da educação para a vida toda. Porém, ao mesmo tempo em que esse modelo de educação rompe com a tradicional em relação ao período de formação, por outro lado continua a funcionar como um mecanismo de ação da governamentalidade (VEIGA-NETO, 2000; VEIGA-NETO; SARAIVA, 2011). Além disso, as pessoas podem investir o seu capital humano para conseguir ganhos financeiros. Ou seja, podem trabalhar, mas o trabalho passa a ser visto também como um investimento e não apenas como uma atividade social.

Além de ser compreendido como um consumidor, no neoliberalismo o sujeito deixou de ser pensado como um cidadão social e passou a ser compreendido como um cidadão-empresa. Ele passou a ser compreendido como um detentor de capital humano, capitalista de si, um empresário de si. Esse modo de governo de si empresarial constitui sujeitos que se compreendem como alguém cujas decisões se assemelham a decisões de empresa, procurando obter a máxima eficiência, voltadas para o mercado, e a partir de critérios de competição e concorrência. Buscando ampliar seu capital humano (o que possibilita maiores oportunidades no mercado de trabalho e consequente aumento da renda-receita), o sujeito procura ‘investir’ tempo e dinheiro naquilo que pode fazer crescer seu capital humano, principalmente por meio da educação continuada. (LÓPEZ-RUIZ, 2004).

Enquanto cidadãos-empresas, os sujeitos passaram a pautar suas decisões na racionalidade, na razão instrumental: baseada na busca de se obter a maior eficiência, da adequação de meios e fins e do cálculo utilitário de consequências. O crescimento desse tipo de racionalidade já havia sido objeto de preocupação por parte de Max Weber, pelos pensadores da Escola de Frankfurt e, no Brasil, por Guerreiro Ramos. Segundo Ramos (1989), Weber havia percebido a ascensão da racionalidade instrumental e a deterioração dos valores sociais, derivados de uma significação unidimensional do conceito de razão, que considera apenas a racionalidade instrumental. Ainda segundo o autor, a racionalidade instrumental foi elevada a uma categoria universal da razão humana e passou a ser reconhecida como único atributo da capacidade racional dos indivíduos. Portanto, esse é um movimento que tem suas origens nos séculos anterior, que vem se intensificando e que obtém sua máxima potência no neoliberalismo, onde o tipo de razão que era hegemônica nas empresas e organizações produtivas passa também a direcionar as decisões pessoais da população.

2.4. DOMINAÇÃO

Foucault compreendeu a dominação, e também a violência, como possíveis efeitos colaterais do poder. O poder atua, geralmente, com as características de um governo, através da condução das condutas do outro, não sendo necessário qualquer dominação ou violência para que possa ser efetivo. Essa, inclusive, é uma das inovações no pensamento de Foucault em relação à compreensão tradicional de poder e dominação, como a de Karl Marx. Relembrando, na perspectiva de Foucaultiano, o poder age como governo, onde uma pessoa conduz a conduta do outro, mas sem que seja necessária qualquer violência. A violência, para Foucault, seria um efeito colateral indesejado, uma falha desnecessária ocorrida durante o exercício de poder. Afinal, no exercício de poder o indivíduo segue na direção na qual o outro o conduziu, mas age por conta própria, caminhando com seus próprios pés. O poder age na vontade do outro. Quando alguém exerce poder sobre o outro, esse outro sente vontade de, ‘por si só’, agir de acordo com o que aquele alguém o conduziu. Portanto, na compreensão de Foucault, o poder pressupõe uma pessoa livre, uma pessoa que tenha liberdade de conduta, de agir pela própria vontade, mesmo que essa vontade seja, na verdade, a do outro.

Em relação à dominação, do mesmo modo que a violência, o filósofo a compreendeu como algo essencialmente negativo e que se

caracteriza como uma situação na qual as relações de poder estão de tal forma imobilizadas que o outro esteja incapacitado de revertê-las. Situação em que, por algum motivo, o outro está impossibilitado de dizer não, de se negar a obedecer ou de inverter ou desfazer a relação de poder. Na dominação, para Foucault, o poder deixaria de agir como governo, uma vez que o outro deixa ter a liberdade necessária para que o poder, enquanto governo, se efetive.

Portanto, ao contrário de sua compreensão a respeito do poder, que foi inovadora e evitou carregar um juízo de valor a priori, Foucault não trouxe a mesma inovação em relação aos conceitos de violência e dominação. Esses foram considerados pelo filósofo como possuindo uma essência negativa, aceitando uma carga pejorativa do mesmo modo como esses conceitos haviam sido compreendidos por outros pensadores do poder. Foucault não procurou reformular esses conceitos.

Por isso, Veiga-Neto (2006), propõe estender e complementar a compreensão foucaultiana de dominação. O autor propõe um conceito de dominação que não carregue uma essência negativa ou positiva a priori, que não carregue uma carga pejorativa. Assim, propõe pensar a dominação como um tipo de relação social na qual alguém tem uma ação no sentido de trazer o outro para seu domínio, para sua morada. Esse será o conceito de dominação que utilizarei a partir de agora, no desenvolvimento desta pesquisa.

A partir desse conceito, Veiga-Neto (2006) compreende o poder e a violência como formas de dominação. De fato, são modos de trazer o outro para o meu domínio. Porém, o poder de forma mais sutil e a violência pelo uso da força.

2.5. TUTELA: TERCEIRA FORMA DE DOMINAÇÃO

Lopes (2010, 2011) apud Veiga-Neto e Lopes (2012) inclui a tutela como uma terceira forma de dominação, diferente da violência e do poder. Como tutela, se entende a dominação que “não reconhece o desejo e, tampouco, a capacidade de autonomia moral no outro” (VEIGA-NETO, LOPES; 2012). A pressuposta neutralidade do tutor faz com que o tutelado, considerado de alguma forma incapaz de tomar as decisões ou conduzir a própria vida, seja conduzido segundo a vontade do tutor e, portanto, para seu domínio (idem). Realmente, esse tipo de dominação apresenta características bastante particulares, diferentes da violência e do poder.

Portanto, considero três modos de dominação: a violência, o poder e a tutela. Com a violência o outro é arrastado a força para o meu

domínio, independentemente de sua vontade, mesmo que ele não queira. Com o poder o outro é levado a se conduzir, por si só, com seus próprios pés, por sua própria vontade, para o meu domínio. E com a tutela, o outro é levado a crer que não tem condição de decidir sobre seu destino, deixando-me responsável por sua condução. Nesse caso, é como se o outro viesse para o meu domínio trazido pela mão, sem demonstrar qualquer resistência ou vontade própria. Portanto:

- A violência faz uso da força e não negocia;
- O poder não faz uso da força e negocia;
- A tutela não faz uso da força e também não negocia.

Ainda, temos que o poder não apenas reconhece como depende da racionalidade e do desejo do outro. Enquanto que tanto a violência quanto a tutela não reconhecem no outro a racionalidade e o desejo (VEIGA-NETO; LOPES, 2012). Tampouco necessitam dessas características para exercer suas dominações. Mas é importante lembrar que nenhuma dessas formas de dominação se manifestam isoladamente, em sua forma pura. Ao contrário, elas se combinam e atuam conjuntamente nos processos de dominação, que costumam ser dinâmicos e complexos (idem).

2.6. DOMINAÇÃO COMO REBATIMENTO

Veiga-Neto e Lopes (2012) propõem pensar a dominação como um processo de rebatimento de um plano em relação ao outro. Os autores tomam o termo emprestado da geometria, em que se refere ao movimento no qual um plano gira tendo como eixo a linha formada pela interseção entre ele e outro plano. De modo que todos os pontos dos quais o plano rebatido é constituído passem a coincidir com todos os pontos do outro plano, restando, consequentemente, somente um plano, uma vez que ambos os se tornam o mesmo.

Para os estudos foucaultianos, os autores propõem a utilização do conceito de rebatimento nos processos de normação e normalização, nos quais os anormais sofrem uma tentativa de rebatimento sobre os normais. No âmbito das relações interculturais, sugerem pensar que o plano composto pelos marcadores identitários de um grupo sofrem o rebatimento sobre o plano contendo os marcadores identitários do outro grupo. No âmbito da educação, os professores ou educadores procuram rebater os planos dos alunos ou educandos sobre seus próprios (idem).

Esses rebatimentos nunca são perfeitos por diversos motivos, primeiro porque ambos os planos acabam por sofrer a ação de um sobre o outro (e não apenas um deles), as características representadas pelos pontos do plano não são estáveis e, tampouco, absolutas, os grupos não são perfeitamente hegemônicos, etc. E, no mundo da vida, os planos nunca são efetivamente rebatidos e os pontos nunca são encaixados (VEIGA-NETO; LOPES, 2012). Ou seja, nunca ocorrerá um rebatimento perfeito, no qual todos os pontos do plano do dominado são rebatidos e no qual o plano daquele que domina permanece inalterado. Também não é somente o dominado que tem seu plano rebatido. Certamente, os dois planos, irão se encontrar em algum lugar no meio do caminho entre um e outro. Mais próximo de um plano original que de outro, dependendo do desequilíbrio da relação de poder.

Durante o processo de dominação, no qual procuro trazer o outro para o meu domínio, a minha morada, o rebatimento pode ser compreendido da seguinte maneira: o conjunto de elementos que compõem o plano dos saberes, das verdades, das características ou quaisquer outros elementos daquele que é alvo em um processo de dominação é rebatido sobre o meu plano, fazendo com que o outro venha para o meu domínio. Veiga-Neto e Lopes (2012) lembram que o modo como esse plano será rebatido dependerá das características do processo de dominação: nas ações violentas o plano do outro é forçado a rebater sobre o meu plano. Nas ações poderosas, na qual o poder atua, é o outro que traz seu plano para rebater sobre o meu. Enquanto que nas ações tutelares, faço o plano do outro rebater sobre o meu sem que ele nem mesmo precise perceber ou compreender o que aconteceu.

A dominação atua através do controle dos anormais, que, dependendo da estratégia envolvida, podem ser contidos pela violência, conduzidos pelo poder ou tutelados pela tutela. Segundo Veiga-Neto e Lopes (2012), “o poder é uma ação sobre ações (e não sobre coisas), a violência é uma ação sobre um corpo, sobre as coisas e a tutela é uma forma de proteção de uns sobre outros, considerados mais frágeis e ainda incapazes de decidirem sobre suas próprias vidas”. A inclusão social, de acordo com Veiga-Neto e Lopes (2012), pode ser compreendida como uma forma de dominação, em que o outro é trazido para o meu domínio por meio da tutela.

2.7. INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Segundo Lopes (2009), a palavra exclusão tem se popularizado nos últimos anos em diversos meios, como o acadêmico, nas práticas de

assistência, nas campanhas políticas, etc. É utilizada geralmente para se referir aos analfabetos, aos doentes mentais, aos pobres e toda sorte de minorias. De acordo com Saraiva e Lopes (2011), esse uso tem sido feito de modo cada vez mais amplo, o que tem produzido o enfraquecimento e a banalização da palavra exclusão. E a palavra inclusão pega carona nessa banalização, sendo utilizada sem muito critério.

Castel (2007) apud Saraiva e Lopes (2011) afirma que houve um forte crescimento da utilização do termo exclusão na França dos anos 1990 e sugere seu uso com mais parcimônia. O autor explica que a exclusão não está no excluído ou na situação em si, mas em uma sequência de eventos históricos, sociais, políticos e econômicos que resultam naquela situação, que acaba por ganhar visibilidade. E que isolar essas situações do presente de suas condições históricas pode impedir de agir de modo preventivo em relação a essas situações.

O termo exclusão social, segundo Castel (2007) apud Saraiva e Lopes (2011), deveria ser utilizado apenas para se referir àquelas pessoas em situações de abandono por parte do Estado, situações de marginalização extrema. Isso deixaria de fora diversas pessoas geralmente referidas como excluídas, mas que são, de alguma forma, atingidas por ações do Estado. Assim, com a banalização e grande amplitude adotada para o termo exclusão, ele é utilizado para se referir a diversas situações, incluindo, segundo Saraiva e Lopes (2011), àquelas pessoas que são alvos de ações de normalização e as que não possuem acesso aos espaços que são considerados “bons, saudáveis e adequados” para todos, contribuindo para a banalização do termo.

Segundo Foucault (2008-b), para o neoliberalismo a economia é essencialmente um jogo, que deve permear toda a sociedade. E cuja função do Estado é basicamente definir as regras, mesmo que poucas, e fazer com que elas sejam cumpridas. Ainda segundo o autor, nesse jogo as regras devem ser tais que garantam sua continuidade e façam com que seja jogado pelo maior número de pessoas possível. Daí decorre que uma das principais regras é a que procura garantir que ninguém deve ficar fora do jogo. Desse modo, está presente a regra de que ninguém pode perder tudo, todos devem ter condições de jogar e continuar jogando.

Na ideia de um jogo econômico há o seguinte: ninguém originariamente participa do jogo econômico porque quer, por conseguinte cabe à sociedade e à regra do jogo imposta pelo Estado

fazer que ninguém seja excluído desse jogo no qual esta pessoa se viu envolvida sem nunca ter desejado explicitamente participar dele. (FOUCAULT, 2008-B, p. 278)

Segundo Lopes (2009), à regra “todos devem estar incluídos” está ligada a regra “ninguém pode ser excluído”, de modo indissociável. E o termo exclusão, como vimos anteriormente, na contemporaneidade tem sido utilizado de modo bastante amplo e sem uma vinculação ou questionamento acerca dos processos históricos envolvidos. Assim, fica evidente que a inclusão é uma necessidade e uma exigência do neoliberalismo, para que ninguém esteja excluído do jogo econômico. Ainda segundo a autora, a criação de organizações não governamentais voltadas a receber aquelas pessoas contemporaneamente consideradas como “excluídas” de modo a reeduca-las e reconduzi-las ao mercado possibilitam uma compreensão do que é a “inclusão” atualmente.

De acordo com Lopes (2009), além de inclusão ser uma das regras do jogo econômico na governamentalidade neoliberal, as políticas de exclusão procuram reduzir o campo de ação social do Estado. Uma vez que o neoliberalismo procura reduzir o tamanho do Estado, essas políticas permitem a redução dos investimentos do Estado na população, de modo que ele possa se concentrar em outras funções: “aumentar a circulação de pessoas, multiplicar a vigilância uns sobre os outros, **transformar cada indivíduo da população em um parceiro que o Estado pode contar nos processos de inclusão. Todos devem se responsabilizar pela inclusão**” (LOPES, 2009, p. 19-20; grifo meu). Portanto, na governamentalidade neoliberal está presente o imperativo da inclusão de todos e por todos. Todos devem ser incluídos e todos devem estar aptos a atuar em atividades de inclusão. A inclusão é mais uma das características subjetivadas pela governamentalidade contemporânea, formando sujeitos inclusivos, que procuram realizar inclusão de todo e qualquer um no jogo econômico da governamentalidade.

Enfim, esses são os principais conceitos necessários à compreensão deste trabalho e os quais serviram de suporte à análise que foi realizada e que será apresentada mais à frente. Essa é, portanto, a lente teórica que foi utilizada. A seguir, apresento as escolhas metodológicas que adotei para a execução desta pesquisa.

*Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram
Que os ventos às vezes erram a direção
E tudo ficou tão claro
Um intervalo na escuridão
Uma estrela de brilho raro
Um disparo para um coração*

(...)

*Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter*

*Um dia me disseram
Quem eram os donos da situação
Sem querer eles me deram
As chaves que abrem esta prisão
E tudo ficou tão claro
O que era raro ficou comum
Como um dia depois do outro
Como um dia, um dia comum*

(...)

*Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem*

(...)

(Somos quem Podemos Ser – Engenheiros do Hawaii)

3. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Esta é uma pesquisa do tipo qualitativo. Portanto, ao invés de procurar medir variáveis, fazer uso da estatística para analisar dados ou realizar experimentos em laboratório, optei por partir de questões mais amplas e abertas e obter os dados a partir de minha relação com o campo. A pesquisa qualitativa procura compreender as situações a partir do ponto de vista de seus participantes no ambiente natural por meio de contato direto e prolongado com o fenômeno estudado.

Em uma pesquisa qualitativa, segundo Godoy (1995, p. 62), o pesquisador deve aprender a “usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados”. Ainda segundo o autor, o pesquisador qualitativo procura compreender como determinada situação se manifesta nas interações e atividades diárias, a partir da perspectiva dos participantes. O autor afirma que atualmente a pesquisa qualitativa é considerada uma forma absolutamente viável e promissora de pesquisar em ciências sociais.

A escolha desse tipo de pesquisa é coerente com uma postura de compreender a realidade não como algo que é dado, que está lá pronto para ser descoberto pelo pesquisador. Ao contrário, compreendo que a realidade é continuamente construída, inclusive na relação entre pesquisador e objeto de pesquisa. E que, devido à sua complexidade, às limitações dos sentidos e da compreensão, não é possível ser apreendida no todo. Até porque, esse todo sequer existe, uma vez que é constituída por alguns elementos, como os significados, que vão sendo produzidos à medida que os fenômenos vão se desenrolando.

O principal objetivo desta pesquisa foi estudar a relação de poder que se estabeleceu entre as rendeiras de bilro de Florianópolis e uma iniciativa de inclusão social que desenvolveu atividades de capacitação em empreendedorismo junto a elas. O que mais me atraiu nesse caso foi o possível contraste entre a governamentalidade, que conduz em direção a valores como profissionalização e empreendedorismo, e as características da atividade artesanal, que nesse caso envolve a arte e a cultura de tradição. É interessante notar que o objeto de pesquisa não são as rendeiras isoladamente, tampouco o projeto sozinho, mas a relação que se estabeleceu entre esses dois grupos.

As rendeiras de bilro são artesãs tradicionais na cidade de Florianópolis e cujo ofício envolve diversas técnicas de entrelaçamento de fios entre si apoiados sobre uma almofada e um cavalete. Trata-se de uma atividade artesanal complexa e trabalhosa na qual uma única peça

pode demorar dias, semanas ou até vários meses para ficar pronta. Em sua maioria, as rendeiras que conheci eram pessoas idosas, aposentadas ou pensionistas e que possuem pouca escolaridade. Elas estão distribuídas nos diversos bairros de Florianópolis, principalmente Armação, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ponta das Canas, Praia do Forte, Rio Vermelho e Sambaqui. Na maioria deles, as rendeiras do bairro realizam reuniões em um lugar fixo ao menos uma vez por semana para exercerem seus ofícios ou outras atividades. Além disso, diversas rendeiras exercem o ofício sozinhas, em suas casas.

O projeto de inclusão social procurou atuar de modo a contribuir na preservação da cultura e da atividade de renda de bilro em Florianópolis, por meio da sua transformação em uma atividade economicamente mais atrativa. Para isso, procura “empoderar as rendeiras através da capacitação em empreendedorismo”. O projeto iniciou as atividades em março de 2014 e encerrou em março de 2016.

Durante o período de 19 de março a 14 de setembro do ano de 2015 atuei como tutor no projeto e minhas principais atribuições eram: dar assistência às professoras durante as aulas que eram realizadas, como: coletar assinaturas na lista de presença, distribuir e recolher os crachás, controlar entrega de material didático e camisetas, organizar e ajudar no lanche, fazer relatórios das aulas, etc. Além das funções nos encontros, também dava suporte em outras atividades, como buscar materiais, acompanhar eventos, auxiliar as rendeiras a fazerem carteirinhas de artesãs, fazer pesquisa, etc. As principais aulas voltadas à capacitação das rendeiras se encerraram no dia 25 de julho de 2015. Depois dessa data, fiquei encarregado somente de realização de uma pesquisa/artigo científico.

A participação no projeto me inseriu no interior da relação de poder pesquisada. O projeto buscava uma interação com as rendeiras e eu, por meio da atuação como tutor, procurava fazer parte dessa relação. Eu era um participante no projeto e, consequentemente, um participante nas relações de poder. E isso me permitiu realizar uma observação participante.

De acordo com Minayo (2009), a observação participante é um processo no qual o pesquisador observa uma situação social estando em relação direta com os participantes, compartilhando o mesmo espaço e, na medida do possível, participando da vida social. Assim, o pesquisador passa a fazer parte da situação a qual observa, inclusive modificando o contexto, mas também sendo modificado pessoalmente pelo contexto. Wright (1994) evidencia a utilização da observação participante na área de estudos organizacionais desde a década de 1950.

Dividi esta pesquisa em três etapas: uma de pesquisa bibliográfica, uma de pesquisa de campo e uma de análise.

- *Pesquisa Bibliográfica:* nessa etapa, realizei pesquisa bibliográfica, entrando em contato com o referencial teórico da governamentalidade e buscando conhecer o estado da arte em relação à temática trabalhada. Também, procurei conhecer mais sobre a cultura da renda em Florianópolis;
- *Etapa de Campo:* consistiu da realização da coleta de dados por meio de observação participante, possibilitado pelo fato de eu ter atuado como tutor na iniciativa de inclusão social;
- *Análise:* envolveu a análise e discussão dos dados e a problematização da experiência vivida a partir da perspectiva do embasamento teórico.

Na etapa de campo, participei das aulas e outras atividades, como reuniões e um curso de design. Durante os encontros e atividades, também alimentei um diário de campo, onde fiz anotações durante as aulas e demais eventos, apenas quando apropriado e que não deixassem as pessoas desconfortáveis. Em geral, eram anotações rápidas, esquemática, alguns lembretes e, às vezes, alguns parágrafos mais ou menos estruturados. Essas anotações se referem tanto a descrições, quanto a algumas reflexões pessoais. Em algumas situações, não pude fazer uso das anotações, como nas conversas informais que aconteciam em diversos momentos, antes e após as aulas, durante os lanches ou em outras situações isoladas. Essas foram situações de grande importância tanto para a pesquisa, quanto para mim.

Foram nessas situações que pude me aproximar mais, conhecer melhor as pessoas e criar laços afetivos. Especificamente quanto à pesquisa, essas situações forneceram elementos importantes para a reflexão e problematização acerca das relações de poder que se estabeleceram. Ao final do dia ou alguns dias depois de cada atividade ou conjunto de atividades, geralmente logo após redigir o relatório que tinha que entregar ao projeto após cada aula, passava as anotações do

bloco para uma planilha em Excel, acrescentando maiores detalhes e outras informações e reflexões.

Além das anotações, realizei registros fotográficos e sonoros dos encontros e outros eventos. Tanto as fotos quanto os áudios foram registrados utilizando-se um celular *smartphone*. Essa coleta resultou em cento e noventa e dois (192) registros fotográficos.

Claro que, devido a ser um tutor do projeto, estive muito mais envolvido com o dia-a-dia do projeto que com o dia-a-dia das rendeiras. Em momento algum ocultei que estava realizando uma pesquisa, nem para as rendeiras nem para o projeto. Havia informado que meu objetivo era pesquisar as rendeiras e seu ofício, mesmo porque era o que eu acreditava que fosse meu objetivo. Apenas tardiamente percebi que o objeto de estudo era a relação estabelecida entre rendeiras e projeto.

A princípio, minha intenção era a de realizar a etapa de campo em duas partes: a primeira, uma observação participante enquanto integrante do projeto, concentrando-me, principalmente, nos encontros com as rendeiras. Como as aulas se encerrariam (e de fato se encerraram) em julho de 2015, tinha a intenção de realizar uma segunda etapa de observação em um dos polos, de forma independente ao projeto. Porém, depois que concluí a primeira parte de observação percebi que já havia coletado muito material para análise e, após escutar a opinião da banca de qualificação, optei por dar por encerrada a etapa de campo. Mesmo assim, ainda retornei a campo alguns meses depois e consegui realizar algumas poucas conversas informais com algumas rendeiras. E, também, com pessoas do projeto.

Na etapa de análise, realizei uma discussão entre a teoria e os dados coletados. Para isso, revisei o referencial teórico e os dados coletados e assim foi até a conclusão da terceira etapa, que foi marcada com idas ao referencial e voltas aos dados. A cada vez que revisava a teoria, me lembrava de algum detalhe que não havia sido anotado no diário de campo ou me fazia ver uma situação com outros olhos. Assim como a análise dos dados me trazia alguns questionamentos que me fizeram retornar diversas vezes à teoria.

*Pane no sistema, alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo*

*Parafuso e fluído em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado*

*Mas lá vem eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema*

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva*

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga*

*Não senhor, sim senhor
Não senhor, sim senhor*

(...)

(Adorável Chip Novo - Pitty)

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Gostaria de começar esse capítulo contando um pouco sobre como surgiu a definição da questão de pesquisa. Um acontecimento que marcou esse processo foi uma reunião que tive com Renê, há algum tempo, quando a pesquisa não era nada além de uma vontade de fazer algo que fosse pessoalmente instigante. Nessa tentativa de acharmos esse algo, assistimos a um curto documentário mostrando a ação de uma iniciativa de inclusão social realizada por alunas de um curso de graduação em Administração. A iniciativa tinha como principal estratégia a capacitação de artesãos em uma pequena comunidade por meio de uma ação voltada para a educação empreendedora, baseada em temas relacionados à administração empresarial, tais como estratégias de vendas e marketing.

O documentário apresentava os depoimentos das idealizadoras e também daqueles que eram os alvos da iniciativa de inclusão. Eles relataram, entre outras coisas, a forma como produziam e comercializavam o artesanato antes e depois do processo de capacitação. Esses relatos apontavam que os artesãos, antes da capacitação, não se preocupavam em aumentar as vendas, produzindo o artesanato baseados tão somente em suas vontades ou inspirações, não se importando com as “necessidades do cliente”. E que, depois do processo de capacitação, começaram a produzir o artesanato baseando-se, principalmente, em questões estratégicas e comerciais. Além disso, os artesãos afirmaram que, após o processo de capacitação, obtiveram uma melhora na qualidade de vida, percebida pelo fato de conseguirem adquirir produtos que nem pensavam em adquirir antes. Apesar de o documentário ter sido direcionado a mostrar bons exemplos de ações com intuito de colaborar para um mundo melhor e menos desigual, ele me marcou em outro sentido.

Mesmo compreendendo a importância da ação realizada, tive a sensação de que: aquilo que era chamado de capacitação, nada mais era do que uma adequação para a forma predominante de pensar e ver o mundo. Que a cultura e o conhecimento daqueles que eram considerados incluídos e, portanto, capacitados, haviam sido considerados os únicos verdadeiros, enquanto a cultura e conhecimentos dos chamados excluídos foram desconsiderados. E que, após o processo de capacitação e adequação à cultura e conhecimento predominante, os ex-excluídos/novos-incluídos passaram, eles mesmos, a promover a cultura e valores dos incluídos, inclusive em seus discursos.

Conversei sobre essas impressões que tive a respeito do vídeo com Renê, que sugeriu que eu procurasse conhecer um pouco sobre o conceito de governamentalidade de Michel Foucault, pois poderia lançar alguma luz sobre essa questão. Esse foi o momento que considero como um ponto de inflexão no desenvolvimento da pesquisa: o momento em que tive acesso aos pensamentos de Foucault. Alguns meses depois, após muita leitura e reflexão de livros e artigos relacionados ao pensamento foucaultiano, mais especificamente referentes ao segundo e, principalmente, ao terceiro (e último) Foucault¹¹, me senti preparado para começar a realizar um esboço da pesquisa.

No delineamento inicial, um dos principais objetivos da pesquisa era estudar a contribuição da administração, enquanto ciência e área do conhecimento, na manutenção e desenvolvimento da governamentalidade neoliberal, principalmente por meio da criação e promoção de um conjunto específico de saberes. É claro que isso não é exclusividade da administração, uma vez que cada ciência dá sua parcela de contribuição à governamentalidade, como o direito, a medicina, a psicologia, a economia, a pedagogia, etc. Mas percebo que a administração possui um papel privilegiado, afinal, na governamentalidade neoliberal o indivíduo age, decide e pensa como se fosse uma empresa, percebe-se como um portador de capital humano, como um capitalista de si, um empreendedor de si mesmo. E essas temáticas do empresário e do empreendedor estão diretamente vinculadas à administração.

Diversas iniciativas de inclusão social possuem algum tipo de ligação, seja direta ou indireta, com a administração e, muitas vezes, a principal estratégia utilizada por essas iniciativas é aquilo que se chama de capacitação. Na capacitação, o indivíduo não-incluído é percebido

¹¹ A obra de Foucault costuma ser dividida em três épocas, de modo a facilitar a compreensão. Ao primeiro Foucault ou fase arqueológica se atribuem os textos desde “Doença mental e personalidade” (1954) até “A ordem do Discurso” (1971). O segundo Foucault, que se concentra nas questões relativas ao poder, vai a partir daí até “História da Sexualidade” (1976). O terceiro Foucault ou último Foucault, vai daí em diante e se concentra na questão da subjetividade, pensando a filosofia mais como um estilo de vida e menos como uma busca da verdade (GOMES, 2012).

As principais obras de Foucault utilizadas nessa pesquisa são: “Segurança, território e população” (1977-1978), “Nascimento da biopolítica” (1979-1980) e “Microfísica do poder” (1979), todas do terceiro período.

como não possuidor das qualificações necessárias para “competir” na sociedade. Ou seja, como alguém que não está capacitado para tomar decisões eficientes em uma sociedade voltada para a concorrência, eficiência e para a liberdade de decisões. Em alguns casos, essa capacitação é direcionada, principalmente, para a educação empreendedora, de modo que são efetuados treinamentos voltados para temas típicos da administração empresarial, como finanças, marketing, vendas, etc., Portanto, me preocupa e instiga a importante participação da administração nesses processos, tanto como agente direto de inclusão, quanto como conjunto de saberes utilizado na capacitação de “excluídos”, principalmente por meio da educação empreendedora.

Ao longo desta pesquisa, uma questão me inquietou por diversas vezes: se essas iniciativas de inclusão social exercem esse tipo de dominação, normalizando os comportamentos, então seria melhor que elas não existissem? Durante bastante tempo, minha resposta a essa questão foi que não se trata de evitar essas iniciativas de inclusão, mas de incentivar que os agentes dessas iniciativas reflitam melhor sobre suas ações e sobre o regime de verdade que acabam impondo sem perceber. Atualmente, percebo que essa questão esconde uma armadilha, uma vez que propõe uma análise sob uma perspectiva binária do tipo sim/não.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, principalmente devido a sugestões de meu orientador, tentei evitar analisar a realidade observada através de um prisma dualístico de bom/ruim, certo/errado ou sim/não. Realmente, para ser coerente com o pensamento foucaultiano, uma abordagem não dualística era necessária. E isso se revelou um desafio intelectual que exigiu bastante reflexão e que gerou algumas análises incoerentes ao longo do percurso, que foram sendo continuamente revisadas. Essa dificuldade foi acentuada pelo meu posicionamento pessoal contrário às características da governamentalidade neoliberal, que acredito que sejam nocivas para a sociedade, conduzam a uma vida individualista e esvaziada de significado e que promovam a desigualdade.

É um dilema percorrer esse caminho do meio, no qual o pesquisador não se pressupõe neutro, tampouco parte para um posicionamento dualístico. Entendo que, com essa pesquisa defendendo uma posição, o que é inerente a todas as pesquisas (mesmo que, em muitas delas isso não seja explicitado), porém, procurei fazê-lo por meio de uma análise questionadora, de desconstrução. Ao longo da análise e discussão, evitei fazer avaliações maniqueísta do tipo bom/ruim, certo/errado. Por exemplo, não coloco em questão se seria a dominação

algo positivo ou negativo. Até porque, ela ocorre também na relação entre professor e aluno e, certamente, uma mãe exerce dominação sobre seus filhos. Não há que se pensar em termos de bom ou ruim.

Com isso não estou supondo minha neutralidade, assumindo uma visão positivista de um pesquisador neutro, mas apenas tento manter coerência com o referencial teórico, tentando evitar ceder à comodidade de aceitar as cargas pejorativas que alguns conceitos possam carregar. Finalmente, evito emitir juízos de valor porque quero focalizar na existência do discurso, na análise das relações e em tentar desvelar as relações de poder a partir das ferramentas fornecidas pelo referencial teórico. E, com isso, questionar as ações e, principalmente, as estratégias ocultas que se manifestam através dessas ações. Mas, por outro lado, não posso oferecer uma resposta para a questão. Acredito que a contribuição dessa pesquisa, a partir das ferramentas que utilizei, é colaborar para o aprofundamento da dúvida mais que para a resposta.

4.1. MINHA ENTRADA NO PROJETO

Aquele documentário que eu havia assistido me levou a pensar que provavelmente já teria havido alguma iniciativa voltada para a capacitação de artesãos em Florianópolis. Como as rendeiras de bilro são, provavelmente, as artesãs mais tradicionais no município, pensei que talvez elas já tivessem sido alvo de algum tipo de iniciativa de capacitação. Com essa suposição em mente, elaborei um primeiro delineamento da pesquisa para apresentar ao orientador no dia seguinte. O objeto de pesquisa seria as rendeiras de bilro e, a princípio, iria verificar se a Prefeitura, o SEBRAE ou alguma ONG já havia realizado algum tipo de capacitação em empreendedorismo junto a elas. Ainda não conhecia nenhuma iniciativa de capacitação e a estratégia, até aquele momento, era utilizar a metodologia de história de vida para analisar o impacto de ações de capacitação na vida das rendeiras. Esse era, basicamente, o delineamento da pesquisa que iria apresentar ao orientador no dia seguinte.

No entanto, no dia da reunião, recebi uma mensagem de e-mail a respeito de vagas para bolsistas em um “Projeto Social ligado ao Empreendedorismo Social com as Rendeiras da Ilha”, como constava no corpo da mensagem. Procuravam quatro pessoas para realizarem atividades de “tutoria, assessoria e pesquisa”. Ou seja, um projeto social, aparentemente com alguma relação com um curso de graduação em administração, voltado para o empreendedorismo e tendo como alvo, justamente, as rendeiras de Florianópolis. Mal acreditei no que estava

lendo! Poderia ser uma grande oportunidade de realizar a pesquisa a partir do interior de uma iniciativa social, onde poderia vivenciar diretamente a interação entre o projeto e as artesãs. Ao final da reunião com o orientador, havíamos decidido que poderia ser uma grande oportunidade se eu me candidatasse a uma das vagas.

Enviei meu currículo por e-mail e, quatro dias depois, recebi uma resposta me convocando para uma entrevista, que aconteceria dali a dois dias. Antes da entrevista, estava bastante nervoso por três motivos: primeiro, porque era uma entrevista de trabalho e estava sendo avaliado, segundo, porque estava depositando grandes esperanças nessa possibilidade e, finalmente, porque eu estava me sentindo um pouco dividido, uma vez que criticava esse tipo de iniciativa e, no entanto, estava querendo fazer parte de uma. Me senti em conflito. Me questionava se seria ético de minha parte. Por outro lado, entendia que meu papel como pesquisador era justamente o de investigar aquilo que suspeitava para contribuir criticamente para uma melhor compreensão do fenômeno. Atualmente percebo que foi uma decisão muito acertada.

Quatro dias depois da entrevista, recebi um e-mail parabenizando por ter sido aprovado no processo seletivo e passando instruções sobre a primeira reunião, que aconteceria no dia seguinte. Fiquei muito satisfeito e sou grato por essa oportunidade, que se mostrou uma experiência muito rica tanto pessoalmente quanto para a pesquisa.

4.2. O PROJETO

No dia seguinte, assim que cheguei no local estabelecido para a reunião, encontrei os outros novos tutores. No total seríamos quatro. Em seguida, a supervisora do projeto chegou e nos encaminhou a uma sala de aula, onde seria realizada a reunião. Na sala, os novos tutores nos sentamos um ao lado do outro nas carteiras da primeira fileira e a supervisora começou a fazer uma exposição sobre o projeto. Falou dos principais direcionamentos: “emancipação da mulher, inclusão social, empoderamento e o social”. Explicou que a estrutura do projeto era composta por duas coordenadoras (e idealizadoras), uma secretária, a supervisora, sete professoras e quatro tutores.

Informou que o projeto procura atuar de modo a contribuir na preservação da cultura e da atividade de renda de bilro em Florianópolis por meio da sua transformação em uma atividade economicamente mais

atrativa¹². E que, para isso, procura empoderar as rendeiras através da capacitação em empreendedorismo. Ou seja, a intenção explicitada pelo projeto era transformar artesãs em empreendedoras, capazes de decidir acertadamente e, com isso, conseguir tornar a atividade mais atrativa financeiramente, consequentemente, contribuindo para sua preservação e perenidade.

Informou que, para realizar esse objetivo, a principal estratégia de ação do projeto são os encontros voltados para a capacitação das rendeiras. Esses encontros, basicamente, eram compostos por aulas expositivas seguida de um lanche. Em cada aula, costumavam comparecer entre dez a vinte rendeiras e o total de rendeiras inscritas no projeto era em torno de duzentos. Ao todo, foram ministradas oito disciplinas, sempre conduzidas por uma professora específica. Cada disciplina era apresentada em duas aulas de duas horas cada uma, sendo que, nas primeiras, sempre acontecia a entrega de apostilas. As disciplinas ministradas foram:

- **Comportamento Empreendedor¹³;**
- **Gestão de Relacionamento Interpessoal;**
- **Introdução à Exportação;**
- **Introdução a Finanças;**
- **Introdução ao Marketing;**
- **Noções de Informática;**
- **Tópicos em Qualidade;**
- **Saúde da Mulher;**

Em seguida, foram informadas quais eram as funções que os tutores deveriam desempenhar, que eram: auxiliar as professoras, ajudar na arrumação do lanche (*coffe-break*) que era servido às rendeiras em cada encontro, servir as rendeiras no lanche, fazer os relatórios a cada encontro e distribuir e controlar a entrega de camisetas e apostilas. Além disso, foi reforçada a importância de identificar lideranças dentre as

¹² Realmente, devido à quantidade de horas despendidas na atividade, a rendeira, em geral, tem dificuldade de receber um valor considerado justo pelo seu trabalho, algumas vezes, recebendo menos de R\$ 1,00 por hora de trabalho.

¹³ Durante meu trabalho de campo, não estive presente em nenhuma aula das disciplinas de Comportamento Empreendedor e Gestão de Relacionamento Interpessoal, porque todas já tinham acontecido antes de meu ingresso no projeto.

rendeiras. Ou seja, identificar aquelas que lideravam cada polo, que tinham maior influência sobre as outras. Ainda, uma importante função do tutor era a realização de pesquisas que deveriam resultar em artigos científicos nas seguintes linhas de pesquisa: empreendedorismo social, inclusão social, comércio justo ou cultura.

Na sequência da reunião, foi explicado sobre os dias e horários dos encontros, que começavam sempre às 14:00hs, com a aula terminando por volta das 16:00/16:30hs, em seguida era realizado um lanche e o encontro terminava por volta das 16:30/17:00hs. Esses encontros eram distribuídos durante a semana da seguinte forma:

- **Segunda-Feira:** semanalmente, no campus da universidade, com as rendeiras da Lagoa da Conceição e Rio Vermelho;
- **Terça-Feira:** semanalmente, no bairro Rio Tavares, com alunas do ensino médio;
- **Quarta-Feira:** quinzenalmente, na sede da Associação dos Idosos de Ponta da Canas, com as rendeiras de Ponta das Canas;
- **Quinta-feira:** semanalmente, no Colégio Rio Tavares, com as alunas do ensino médio. Elas participavam de dois encontros semanais: terça e quinta-feira;
- **Sexta-Feira:** quinzenalmente, na sede da Associação de Bairro de Pântano do Sul, com as rendeiras de Pântano do Sul e Armação;
- **Sábado:** quinzenalmente, no casarão da Associação de Bairro de Sambaqui, com as rendeiras de Sambaqui e Praia do Forte.

Dando continuidade à reunião, foi informado que os tutores ficariam fixos nos polos para poderem criar vínculos afetivo com as rendeiras. Ou seja, já que as professoras mudavam a cada dois encontros, o tutor seria a parte estável que sempre estaria com as mesmas rendeiras, seriam a referência do projeto para elas. Assim, através de um processo no qual cada tutor foi se voluntariando para os dias que desejava, foi definido que eu ficaria encarregado dos polos Ponta das Canas nas quartas-feiras, Pântano do Sul nas sextas-feiras e Sambaqui aos sábados.

Para posicionar o leitor em relação a algumas datas, o projeto exerceu suas atividades no período de março de 2014 a março de 2016.

Atuei como tutor no projeto no período de 19 de março a 14 de setembro de 2015. Sendo que as aulas com as rendeiras se encerraram no dia 25 de julho de 2015. Depois dessa data, os tutores ficaram encarregados somente de realização de pesquisas, escrita de artigos científicos e outras atividades administrativas que foram concluídas até dezembro de 2015.

4.3. AS RENDEIRAS

A renda de bilro é uma atividade artesanal presente em diversos países e em muitos estados do Brasil. Com grande influência cultural dos imigrantes açorianos, que se instalaram na cidade a partir do século XVIII, Florianópolis é considerada um dos locais com maior concentração de rendeiras no sul do país. A cidade conta com diversas homenagens a essa atividade e suas artesãs, como uma menção no hino municipal e um monumento no centro da cidade. Tradicionalmente era, e ainda é, uma atividade exercida principalmente pelas mulheres, geralmente ensinadas de mãe para filha. Mas, assim como acontece em outras cidades, nas últimas décadas, a cultura da renda de bilro perdeu força, fazendo com que o número de artesãs fosse reduzido.

A atividade é realizada através de diversas técnicas de entrelaçamento de fios entre si, formando um desenho previamente demarcado em um molde de papelão, chamado pique. Para prender o fio, utilizam-se alfinetes. Os fios são desenrolados a partir de uma pequena bobina cilíndrica de madeira, chamada bilro, cuja quantidade varia muito de acordo com o desenho e técnica utilizados, podendo ser menos de uma dezena ou mais de uma centena. O pique é preso a uma almofada cilíndrica que serve de suporte. E essa é apoiada sobre um cavalete de madeira. A rendeira faz sua atividade sentada em uma cadeira ou banco. Trata-se de uma atividade artesanal complexa e trabalhosa. Dependendo do tamanho e grau de complexidade, um único objeto pode demorar algumas horas, semanas ou vários meses para ficar pronto.

As rendeiras de bilro são artesãs tradicionais na cidade de Florianópolis. E a maioria daquelas com quem tive contato eram pessoas idosas, aposentadas ou pensionistas e que possuíam pouca escolaridade. A maioria delas relatou ter iniciado a render em torno dos sete anos de idade incentivadas, em muitos casos obrigadas, pelas suas mães. Geralmente, afirmam que sentem satisfação com a atividade e muitas a consideram como uma forma de terapia ou lazer.

Fotografia 1: Rendeiras e seus instrumentos



Fonte: Fotografia do autor

Existem rendeiras em diversos bairros do município de Florianópolis, sendo esses os mais numerosos: Armação, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ponta das Canas, Praia do Forte, Rio Vermelho e Sambaqui. Na maioria deles, as rendeiras do bairro realizam reuniões em um lugar fixo, como associação de bairro, associação dos idosos ou algum outro espaço cedido. Em alguns bairros, como Pântano do Sul, elas se encontram todos os dias. Em outros bairros, como Ponta das Canas, costumam se reunir uma vez por semana. Geralmente, se reúnem para rendar. Na verdade, muitas dizem que o rendar é apenas uma desculpa para ficar juntas das amigas e conversar.

4.4. PEQUENOS PODERES EM AÇÃO¹⁴

Durante o período em que estive no campo e posteriormente, enquanto revia e refletia novamente, pude perceber algumas das diversas relações de poder estabelecidas na realidade observada. As ferramentas fornecidas pelo referencial teórico ofereceram uma lente apurada para perceber esse tipo de relações. O exercício de poder era mais claro quando partia do projeto em relação às rendeiras, mas pude perceber também, poder e resistência sendo exercidos pelas rendeiras. É claro que poderes são exercidos das formas mais variadas, através de manifestações quase imperceptíveis, mas também através de ações mais claras e diretas, como as que vou descrever a seguir.

Segundo relatos a que tive acesso, durante o período de implantação do projeto, foi negociado com as rendeiras de cada polo o estabelecimento dos dias da semana e horários dos encontros de acordo com o que seria melhor e mais cômodo para elas participarem. Os dias da semana foram sendo negociados polo a polo considerando a limitação imposta pelo projeto de oferecer aula em apenas um único polo por dia. Quanto ao horário, com exceção de Sambaqui, cujas aulas eram realizadas na manhã de sábado, os demais polos preferiram que as aulas fossem realizadas no período da tarde, até as 17:00hs. E assim foram definidos os dias e horários para a atuação do projeto.

¹⁴ Apesar de Foucault utilizar o termo micropoderes, optei por adotar a expressão “pequenos poderes” para iniciar essa seção. Além de uma simples escolha estética, faço aqui uma referência à afirmação de Veynus (2008, p. 101): “há poder na família, entre dois amantes, no escritório, no atelier e nas ruas [...]. Milhões de **pequenos poderes** formam a trama da sociedade da qual os indivíduos constituem o liço”.

A relação de poder que se estabeleceu naquele momento possibilitou às rendeiras exercerem o poder de escolher e, até certo ponto, impor os dias e horários que melhor lhes conviessem. Caso o projeto não respeitasse esses horários, correria o risco de não conseguir reunir as rendeiras para os encontros, que talvez se tornassem inviáveis em alguns polos. Uma imposição de horário por parte do projeto poderia ter incitado maior resistência por parte das rendeiras. A negociação, ao contrário, contornou as objeções e possibilitou uma via de ação.

As rendeiras exerceram poder por meio da escolha dos melhores horários para elas. Por outro lado, isso também permitiu ao projeto conseguir um maior número de rendeiras presentes nos encontros. Ou seja, ainda que as rendeiras tenham exercido poder na escolha do horário, essa escolha já estava inserida nas estratégias de ação do projeto. Como um jogador de xadrez que oferece seu peão, esse poder exercido pelas rendeiras é decorrente de uma ação por parte do projeto e está, de certa forma, subordinado a uma estratégia na qual essa liberdade de decisão já estava prevista. De acordo com o referencial teórico: o poder negocia e não faz uso da força (VEIGA-NETO; LOPES, 2012). E a escolha do horário era uma negociação, o que é primordial para o exercício do poder, sendo o meio pelo qual ele pode contornar ou evitar a resistência e se legitimar. Assim é o poder, ele sempre negocia.

Além disso, ao escolherem o horário que desejam, deixam de lado a questão a respeito de se desejam ou não ter aulas. Ao escolher o horário, estão aceitando que terão as aulas. O importante a observar é que a escolha dos horários pelas rendeiras pode ser compreendida como uma resistência contra o poder que determinou a implantação das aulas. Por outro lado, essa resistência não se opõe realmente ao poder, mas se conforma a ele. Utilizando-me de uma metáfora, se o poder fosse um veículo se locomovendo em linha reta, essa resistência não iria tentar parar o veículo, mas apenas mudar levemente sua trajetória. Mesmo porque, em geral, as rendeiras pareciam ver a presença do projeto e a existência das aulas como algo positivo e benéfico para elas. E por diversas vezes expressaram isso afirmando que estavam satisfeitas em participar das atividades do projeto.

Pude observar no polo de Pântano do Sul outro exemplo de poder exercido pelas rendeiras, cujos encontros eram realizados no casarão da associação de moradores. Esse foi, provavelmente, o polo que exerceu maior resistência ao projeto. Nesse polo, as rendeiras se negavam a parar de rendar durante a realização das aulas. Assim, a professora lecionava enquanto as rendeiras exerciam seus ofícios. Mas ao contrário do que possa parecer, elas prestavam atenção e participavam, apenas

não paravam suas atividades. E assim aconteceu em todos os encontros, elas permaneceram com suas atividades enquanto a aula acontecia na frente delas.

A não interrupção de seus ofícios era possível porque, nesse polo, diferentemente dos demais, as rendeiras não se reuniam especificamente para o encontro do projeto. Ao contrário, todos os dias elas se encontravam no casarão para fazer suas rendas. E o projeto aproveitava que elas já estavam reunidas e realizava o encontro no local.

De certa forma, essa foi uma condição imposta pelas rendeiras desse polo para que as aulas pudessem ser realizadas ali. Esse polo recebia também as rendeiras do bairro vizinho: Armação do Pântano do Sul. Essas eram levadas até lá por meio de transporte fornecido pelo projeto e iam exclusivamente para participar dos encontros e, diferentemente das anfitriãs, não faziam renda durante as aulas e eram mais dóceis em relação ao projeto.

Ainda em relação à resistência ao poder, a partir de determinado momento, nos últimos encontros que aconteceram, as rendeiras desse mesmo polo de Pântano do Sul promoveram um boicote ao projeto: negaram-se a participar de uma das reuniões e algumas evitavam ir ao casarão quando sabiam que haveria encontro. Essa resistência foi iniciada por causa de um sentimento de injustiça experimentado pelas rendeiras desse polo, que consideraram que algumas das ações do projeto, principalmente no sorteio de uma viagem, foram injustas, favorecendo rendeiras de outros polos. Explico a seguir:

Além das aulas, uma das atividades do projeto durante sua vigência foi realizar algumas viagens de intercâmbio nas quais as rendeiras participaram de feiras dedicadas à renda de bilro na Espanha e em Portugal e feiras de artesanato no Brasil. As despesas da viagem foram pagas pelo projeto e, para cada uma das viagens para o exterior, foram escolhidas duas rendeiras por meio de sorteio. Porém, para a viagem a Portugal, tivemos que insistir muito para conseguir com que algumas poucas aceitassem se inscrever para o sorteio¹⁵. Além disso, dois dos cinco polos já haviam sido contemplados para a viagem anterior e não estariam concorrendo nesse sorteio. Portanto, sabia-se que quem se inscrevesse no sorteio teria grande chance de ser contemplada.

¹⁵ Em relação ao sorteio para participar das viagens, houve um comportamento interessante por parte das rendeiras e que, para mim, foi inesperado: elas não demonstraram o menor interesse em participar dos sorteios das viagens.

Fotografia 2: Rendeiras de Pântano do Sul não param de render para assistir às aulas



Fonte: Fotografia do autor

Ao total, eram apenas três ou quatro pessoas concorrendo para duas vagas.

No polo de Pântano do Sul, apenas uma pessoa se inscreveu para o sorteio e era um homem, um rendeiro. Mas o projeto decidiu descartar sua candidatura alegando que não poderia pagar sua viagem caso ganhasse devido ao fato de os objetivos do projeto serem voltados para a emancipação da mulher rendeira. Ele foi avisado dessa decisão no dia anterior ao sorteio, por telefone. Sem outras opções, acabaram sendo sorteadas duas rendeiras de um mesmo polo, de Armação, que é justamente o polo vizinho a Pântano do Sul, cuja inscrição havia sido descartada. Como vimos anteriormente, as rendeiras desses dois polos tinham aulas juntas, que eram realizadas em Pântano do Sul.

Na aula que aconteceu no dia seguinte ao sorteio, ao chegarmos no polo, encontramos apenas quatro rendeiras do bairro no casarão. A maioria das rendeiras do bairro e todas as do bairro vizinho (Armação), optaram por não comparecerem ao encontro. Além disso, a mesa central, onde as peças do polo costumavam ficar expostas estava vazia. As poucas que estavam presentes informaram que se sentiram injustiçadas por causa do sorteio, que romperam relações com as rendeiras de Armação e que optaram por esconder suas peças por receio de que as rendeiras do polo vizinho bagunçassem e copiassem suas peças. Na fotografia 3 é possível ver a mesa vazia. Além do conflito com as rendeiras do outro polo, as rendeiras de Pântano do Sul passaram também a promover uma espécie de boicote ao projeto, deixando de participar de encontros e outras reuniões.

Alguns tutores criticaram a decisão de excluir a candidatura do rendeiro. Mas, em geral, do ponto de vista das pessoas do projeto, esse comportamento das rendeiras do polo acabou servindo como uma ratificação do discurso presente no projeto de que as rendeiras, em geral, eram carentes, ciumentas e se comportavam como crianças. Em relação a esse polo, o comportamento serviu para reiterar a ideia presente entre as pessoas do projeto de que esse era um polo complicado de lidar. Como esse conflito ocorreu nas últimas aulas no polo, não consegui acompanhar seus desdobramentos posteriores.

Outro exemplo de ação que expressa resistência por parte das rendeiras ocorreu durante os encontros nos quais a professora calculou os custos, lucro e valor do ganho por hora dedicada à atividade da renda de bilro. Algumas rendeiras se manifestaram contrárias à ideia de considerar seu ofício como um negócio. A reação variou em cada polo, tendo sido mais contundente no polo de Pântano do Sul. Mas em todos houve manifestações contrárias à abordagem da professora. Alguns

Fotografia 3: Mesa vazia e sala esvaziada em Pântano do Sul



Fonte: Fotografia do autor

comentários que se destacaram foram, por exemplo, o da rendeira que afirmou que a professora deveria adicionar nas contas os valores referentes às consultas médicas e aquisição de medicamentos que elas deixam de precisar justamente por estarem fazendo renda, uma atividade que traz satisfação pessoal a elas. Outras disseram que a renda era um prazer e que se pensassem assim, em termos de lucro, deixariam de fazer renda e optariam por outra atividade que proporcionasse um maior ganho financeiro.

É interessante observar que a percepção das rendeiras sobre as características de trabalho ou de lazer de sua atividade é bastante variada e não deve ser generalizada. A percepção da maioria das rendeiras é de que a atividade se trata de um lazer, um passatempo. Por outro lado, também se expressam em relação à atividade como um ofício, como uma profissão e, portanto, como um trabalho. Além disso, essas percepções variam de rendeira para rendeira e de polo para polo. Por exemplo, em Pântano do Sul a percepção da atividade como um lazer é mais clara. Enquanto que para as rendeiras de Praia do Forte, que se reúnem no interior da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, um ponto turístico do município, a percepção da atividade como trabalho parece prevalecer. Por outro lado, no polo de Ponta das Canas, no qual as rendeiras se reúnem na associação de idosos do bairro, há um certo equilíbrio nas duas características, com a percepção variando bastante de acordo com cada rendeira.

Além disso, alguns comentários das rendeiras evidenciam que antigamente, quando eram crianças, a atividade era voltada principalmente para a obtenção de rendimentos. Se é um trabalho ou um lazer é difícil de determinar e impossível de generalizar, mas ela certamente não é expressada como uma atividade unicamente comercial. Ao contrário, parece evidente a existência de significado na própria confecção da peça mais que em sua simples comercialização, característica do ofício de um artífice, como descrito por Sennett (2009).

Além desses casos, depois que deixei o projeto, ainda retornei a campo mais uma vez, quando pude conversar informalmente com algumas rendeiras de diferentes polos. Informei que havia deixado o projeto e algumas rendeiras expressaram algumas insatisfações e questionamentos em relação a algumas ações do projeto. Principalmente em relação à tentativa de convencer as rendeiras a deixarem de fazer a renda da forma tradicional, com peças inteiramente feitas de renda. Na qual o projeto propôs substituir por uma produção mais otimizada, na qual as rendeiras produziriam peças menores e mais rápidas, para serem aplicadas como detalhes em peças de tecido, como roupas e toalhas de

mesa. Essa estratégia será analisada mais profundamente à frente. Esses episódios relatados servem apenas para evidenciar que as relações de poder entre o projeto e as rendeiras existiu e foram complexas, não havendo um único lado ativo, o opressor, e nem um outro lado oprimido totalmente passivo e submisso.

4.5. TUTELA: SUPERIORIDADE¹⁶ E NEUTRALIDADE

Apesar desses exemplos, em geral a relação de poder que presenciei entre o projeto e as rendeiras foi bastante desigual. Primeiro, porque o projeto era quem tomava a maioria das iniciativas de contato, que estavam, em grande parte, sob o seu controle. Por exemplo, foi o projeto que teve a iniciativa de definir quais ações seriam realizadas, como se daria a relação com as rendeiras, o formato das aulas, reuniões e demais atividades e os temas abordados nesses encontros.

Além disso, e ainda mais importante, havia na relação de poder que foi estabelecida entre o projeto e as rendeiras duas características implícitas que reforçavam essa desigualdade/assimetria e que possibilitou um ambiente bastante favorável para o exercício de poder por parte do projeto. A primeira característica é a suposta superioridade do projeto sobre as rendeiras, uma superioridade do conhecimento possuído e transmitido pelo projeto, personificado nos seus agentes, em relação aos conhecimentos que as rendeiras possuíam. Essa superioridade também estava expressa no próprio objetivo do projeto de capacitar as rendeiras, que eram, portanto, consideradas incapazes. A segunda característica é a suposta neutralidade do projeto. Uma vez que esse se posiciona como detentor de um objetivo nobre (superior), de ajudar, fortalecer e desenvolver as rendeiras, sua neutralidade passa a

¹⁶ Aqui, abordo as condições para o estabelecimento da relação de tutela adjetivando aquele que domina, por isso utilizo o termo ‘superioridade’, ao contrário de Lopes (2011 apud Veiga Neto e Lopes, 2012), que optou por adjetivar o dominado, por isso cita características como a percepção do outro “como um indivíduo incompleto, incapaz de decidir por si mesmo e até mesmo, muitas vezes, de compreender minimamente o mundo”. Mas as duas abordagens são compatíveis. Após ter evidenciado que a característica implícita da superioridade emergiu dos dados, retornei à teoria e percebi que a autora citada já a havia mencionado, mas optei por manter da forma como a percebi: a partir da superioridade do projeto, ao invés da incapacidade das rendeiras. A neutralidade implícita na relação de tutela também já havia sido evidenciada por Lopes (2011) apud Veiga Neto e Lopes (2012).

estar subentendida, não sendo questionada. A seguir, vou analisar um pouco dessas duas características que estavam implícitas, subentendidas na relação de poder.

O projeto possuía uma relação com o meio universitário. Além disso, seus participantes (professoras, tutores, coordenadoras) eram pessoas que possuíam o que se pode considerar uma boa educação formal, com curso superior e pós-graduação. As rendeiras, em sua maioria, não possuíam muitos anos de escolaridade e muitas delas sequer completaram o ensino fundamental. Talvez essa diferença no nível de educação formal das pessoas envolvidas tenha feito com que o projeto, por meio das pessoas que o representavam perante as rendeiras, detivesse o status de “detentor do conhecimento”. Obviamente, em geral, isso não era expressado claramente, mas de modo subjetivo e indireto, era algo subentendido. Mas esse pressuposto da superioridade chegou a ser expresso em alguns discursos, que vou relatar rapidamente a seguir:

Por diversas vezes, presenciei rendeiras de praticamente todos os polos agradecerem a professoras, outros tutores e a mim por, segundo elas, estarmos indo até lá levar conhecimento, algo que, ainda segundo elas, não possuíam. Quando argumentei que elas tinham, sim, conhecimento, a resposta era que não, porque não tiveram oportunidade de estudar. Ao citar a renda como exemplo de conhecimento que elas possuíam e eu não, algumas vezes obtive respostas que desqualificavam o saber envolvido no ofício de rendeira como um tipo de conhecimento.

Certa ocasião, o projeto preparou uma reunião com as rendeiras de todos os polos com o objetivo de repassar informações obtidas a partir da participação na feira de renda de bilro na Espanha. À frente, em um telão, eram exibidas diversas fotos que haviam sido tiradas durante a feira. Em determinado momento, surgiu no telão uma foto na qual apareciam as coordenadoras do projeto sentadas em frente a um cavalete e almofada de renda, como se estivessem fazendo renda. As pessoas presentes riram, por acharem a foto engraçada. Na minha percepção, a graça estava na incompatibilidade entre o status superior do indivíduo com o status inferior da atividade. O contrário talvez não ocorresse: creio que se uma rendeira sentada na cadeira da professora ou à mesa da coordenadora não teria a mesma graça, talvez fosse até visto como um comportamento ultrajante.

Em outra ocasião, um professor afirmou que as rendeiras podiam se orgulhar porque, uma vez que o projeto era vinculado à universidade, no momento em que elas, rendeiras, estavam presentes nas aulas do projeto, era como se elas estivessem, de certa forma, em um curso da

Fotografia 4: Encontro em Sambaqui



Fonte: Fotografia do autor

universidade. E que isso, por si só, deveria ser um motivo de orgulho para elas. Claramente, o professor tentava transferir o valor e o status atribuídos à universidade ou a um curso universitário para o curso de capacitação realizado pelo projeto. E, aparentemente, conseguiu realizar essa transferência ao menos em parte, já que as rendeiras pareceram emocionadas com a afirmação do professor. Uma vez que elas devem se orgulhar de receberem a capacitação do projeto, isso implica que o projeto é maior que as rendeiras, portanto, superior a elas.

Mas talvez o sinal mais claro do pressuposto da superioridade do projeto emitido pelos participantes tenha sido um discurso repetido diversas vezes, por diversas pessoas, desde minha primeira reunião como tutor. Um discurso que comparava as rendeiras a crianças. Por diversas vezes ouvi pessoas do projeto afirmando que as rendeiras eram como crianças ou que pareciam crianças, que eram ciumentas, carentes, etc. É possível que essa comparação seja fruto da percepção que a sociedade possui acerca da pessoa idosa. Mas, de qualquer forma, essa percepção está presente na relação de poder observada. As rendeiras eram percebidas pelos agentes do projeto como pessoas cujo comportamento se assemelha à de uma criança, o que implica, nesse caso, em serem consideradas como incapazes ou incapacitadas.

Aqui não se trata de julgar se o fato de entrar em uma universidade é ou não motivo de orgulho ou se o trabalho intelectual deve ou não ser considerado mais relevante que o trabalho manual ou se as rendeiras e o idoso deve ou não ser comparado a uma criança. Por mais que esses questionamentos possam ser relevantes, fogem ao escopo desta pesquisa. Apenas relato esses discursos para evidenciar as subjetividades e os pressupostos presentes na realidade que observei e da qual fiz parte.

Como já citado anteriormente, além desse pressuposto da superioridade do projeto em relação às rendeiras, havia um outro que acentuava ainda mais o desequilíbrio das relações de poder, que era o pressuposto da neutralidade do projeto, que será analisado a partir de agora. Alguns dos objetivos do projeto, expressos em sua página na internet, materiais de divulgação e nos discursos presentes tanto em seu interior, quanto em sua relação com o meio externo, eram promover a inclusão social, emancipação e capacitação das rendeiras. Em outras palavras, os discursos iam no sentido de que seus objetivos principais eram direcionados a “ajudar” as rendeiras de alguma forma. E isso era muito bem aceito pelos participantes do projeto, pelas rendeiras e, até onde pude perceber, pelas demais pessoas com quem conversei. A percepção geral era a de que o projeto existia para ajudar as rendeiras,

uma vez que a inclusão e capacitação eram percebidos como formas de auxílio, de colaboração. Obviamente, o projeto atende a diversos objetivos, mas segundo o discurso predominante, seu foco principal de atuação era expresso e percebido como uma tentativa de “ajudar” as rendeiras, como tendo “boas intenções”. Essa percepção era bastante nítida.

Como estava disseminada a percepção de que o projeto tinha por objetivo colaborar com as rendeiras, suas ações não eram questionadas, pois eram percebidas como se fossem direcionadas a atender esse suposto objetivo. Ou seja, o projeto é percebido pelos envolvidos como possuidor de “boa intenção”, assim, suas ações eram vistas como sendo direcionadas para o benefício das rendeiras. Daí decorre que os objetivos e interesses do projeto não eram questionados, não eram colocados em pauta, como se o projeto não tivesse objetivos e interesses próprios que diferissem dos objetivos e interesses das rendeiras. Suas ações eram percebidas como desvinculadas de outros objetivos concorrentes. Dessa forma, havia uma suposta neutralidade do projeto na relação com as rendeiras ou, em outras palavras, todas as ações do projeto, eram consideradas a priori como tendo por objetivo beneficiar as rendeiras. A neutralidade do projeto e de suas ações era assumida a priori, era uma característica subentendida. Como uma realidade complexa, esses pressupostos implícitos eram mais ou menos acentuados e alguns indivíduos podem os ter contrariado em determinados momentos. Mas, em geral, pude observá-los sendo assumido como dados, como inquestionáveis, na realidade pesquisada.

Esses discursos e suas características subentendidas eram, a todo tempo, parte de processos de subjetivação, tanto das rendeiras, quanto dos representantes do projeto. Eles ajudavam a compor o sujeito “rendeira” e o sujeito “representante do projeto” no interior daquela relação de poder. Os participantes do projeto iam se construindo, se percebendo e se conduzindo como superiores, como protagonistas, como colaboradores, como neutros, como tutores. Enquanto que as rendeiras iam se constituindo como inferiores, como passivas, como incapazes, como tuteladas.

Os papéis foram distribuídos e o espaço e as possibilidades de ação demarcados. E esse processo de subjetivação, nos moldes como foi realizado, desequilibra a relação de poder em favor do projeto. Devido a esse processo de subjetivação, por meio da qual cada um é colocado em um lugar delimitado, o projeto estava em uma condição muito mais favorável de influenciar as decisões das rendeiras do que o contrário. E é disso que se trata o poder, de conduzir as condutas dos outros.

A partir dos dois pressupostos presentes na relação: da superioridade e da neutralidade do projeto em relação às rendeiras, constituiu-se uma relação que se assemelhou a uma relação de tutela. Dentro da relação que se estabeleceu, de modo muito sutil, mas presente, as rendeiras eram consideradas inferiores, incapazes e o projeto era considerado superior e neutro.

De acordo com Lopes (2011 apud Veiga Neto e Lopes 2012), a relação de tutela se caracteriza por ser uma relação na qual o tutor pode conduzir o tutelado sem que esse ofereça qualquer resistência, pois pressupõe que o caminho indicado pelo tutor é o caminho correto, que deve ser seguido. Em certa ocasião, uma professora afirmou que o projeto estava fazendo todas aquelas ações pelas rendeiras, mas que, no futuro, elas deveriam passar a “andar com as próprias pernas”, dando continuidade às ações implementadas pelo projeto. Essa afirmação ilustra muito bem a relação de tutela que se estabeleceu entre projeto e rendeiras.

A relação de tutela que estava presente na realidade estudada foi manifestada tanto de modo mais explícito, como nos exemplos abaixo, quanto nas entrelinhas dos discursos e nas sutilezas dos comportamentos. Foi manifestada nas interações entre as rendeiras e o projeto, nas quais esse conduzia as aulas e definia o conteúdo e as datas. Na relação que se estabeleceu, as rendeiras eram consideradas incapazes e o projeto era uma espécie de tutor, que decidia por elas a respeito daquilo que precisavam aprender para poder ser consideradas emancipadas. Realmente, a relação foi forjada de tal forma que, ainda que as rendeiras percebessem uma ação como não benéfica, ainda assim o projeto não teria sua neutralidade questionada. Afinal, o pressuposto era de que, por serem incapazes, como crianças, as rendeiras não teriam condições de saber o que seria benéfico ou não para si mesmas, cabendo ao projeto decidir por elas.

Segundo Veiga-Neto e Lopes (2012), diferentemente do poder, a tutela não negocia. Porém, observei algo diferente na realidade estudada, pois, pude observar resistência ou negociação no interior da relação de tutela, como já mencionei em parágrafos anteriores. Mas isso não contradiz o referencial, uma vez que a relação observada não era unicamente de tutela, mas na qual estavam presentes relações tanto de tutela, quanto de poder, simultaneamente. De fato, isso é coerente com o referencial teórico e o poder realmente coexiste na maioria das relações de tutela, afinal, um tipo de relação não exclui a outra.

Portanto, a realidade observada possui elementos de uma relação de tutela, mas onde a relação de poder também está presente. A tutela

foi claramente manifestada na escolha dos temas abordados e do formato das aulas que foram realizadas, por exemplo. O poder, manifestado na negociação e resistência que puderam ser observadas. De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2012), a tutela, o poder e a violência são formas de dominação. Na realidade observada, não foi percebida a violência¹⁷ no sentido adotado no referencial teórico, ou seja, uma forma de condução por meio da ação física e forçada sobre os corpos, mas apenas tutela e poder.

4.6. DOMINAÇÃO

A dominação, ainda segundo Veiga-Neto e Lopes (2012), é a ação de trazer o outro para o meu domínio, para a minha morada. Mas, acima de tudo, é importante observar que, além de conduzir o outro para o meu domínio, uma relação de tutela ou poder não se limita a conduzir o comportamento imediato, no presente, daqueles que são alvo de suas ações, mas, principalmente, é direcionada a moldar seus comportamentos futuros. Por isso o poder se caracteriza como uma condução de condutas, uma vez que molda o comportamento do alvo quando o poder não está mais agindo direta ou visivelmente sobre ele. Ou seja, repetindo a frase da professora, esperava-se que depois que o projeto se afastasse (ou encerrasse suas atividades) as rendeiras deveriam passar a andar com as próprias pernas. Obviamente, na direção desejada pelo projeto. Ou seja, o poder e a tutela atuam sobre como o outro se conduz, como se comporta, “quando ninguém está olhando”,

¹⁷ Mas nem por isso, outras formas de violência deixaram de estar presentes. Por exemplo, por meio de ações do projeto nos quais os valores das rendeiras foram completamente ignorados enquanto novos valores eram propostos de forma bastante incisiva. Por exemplo, quando as rendeiras eram consideradas como empreendedoras e seus ofícios considerados atividades empresariais ou predominantemente comerciais. Também nas aulas nas quais foram calculados os custos envolvidos na atividade rendeira e aulas nas quais tentou-se moldar o comportamento das rendeiras frente a um possível comprador de seus artigos. Ambas as aulas serão descritas melhor mais à frente nesta análise. A sensação que tive nesses momentos que participei foi de que as rendeiras estavam sofrendo realmente alguma forma de violência, não por meio de ações sobre seus corpos, mas um tipo de violência simbólica sobre seus valores.

quando aquela relação de poder que moldou a conduta deixa de estar presente.

Como mencionado antes, em alguns poucos momentos, os conflitos entre a percepção ou visão das rendeiras e as do projeto estavam bastante visíveis, como no caso da análise financeira da atividade rendeira, que comentei. Tratam-se de dois regimes de verdade distintos que, no momento em que ocorre a relação entre projeto e rendeiras, se confrontam, travando uma disputa pela permanência ou sobrevivência, o que ocorre mediado pelas relações de poder/tutela. E nesse embate específico entre duas verdades, ambos tentam dominar uns aos outros: as rendeiras ao projeto e o projeto às rendeiras. Porém, como mencionado, devido às características dessa relação de poder o projeto estava em condições muito superiores de sobrepor a sua verdade, de fazer com que ela prevalecesse.

Os momentos citados refletem apenas algumas das inúmeras verdades, costumes, características culturais presentes nos dois grupos que travavam disputas no interior da relação de poder. E assim como aconteceu nesses casos específicos, certamente ocorreu o mesmo também com outras verdades, muitas delas implícitas e não expressadas tão claramente como as citadas. E a cada uma dessas verdades houve um conflito para trazer a verdade do outro para mais próximo da sua.

A partir da contribuição de Veiga-Neto e Lopes (2012), podemos fazer uma analogia com a geometria e pensar no conjunto de regimes de verdade e demais características sociais e culturais de cada grupo como superfícies ou planos em um espaço de três dimensões. E que, na relação de poder/tutela, um grupo procura conduzir o outro para o seu próprio plano, de modo que ambos os grupos terminem por compartilhar o mesmo plano, o daquele que se sobressaiu ao outro. A dominação é, portanto, a efetivação mais ou menos imperfeita desse rebatimento. Cada característica, representada como um ponto no sistema cartesiano, é trazida do plano do outro para as coordenadas do meu plano.

É claro que não se trata de um rebatimento perfeito e tampouco permanece um dos planos inalterado. Não é somente o dominado que tem seu plano rebatido, ambos irão se encontrar em algum lugar no meio do caminho entre um e outro, dependendo do desequilíbrio da relação de poder. No caso observado, esse plano estará, provavelmente, muito mais próximo do plano do projeto que do das rendeiras.

Com a presença das características implícitas da superioridade e da neutralidade do projeto, que compõem uma relação de tutela na qual o projeto toma as iniciativas para si. Na qual o projeto conduz as rendeiras para o seu próprio regime de verdade. E de modo que elas

acabavam por não perceber que estavam sendo conduzidas ou de modo a serem conduzidas com seus próprios avais. Assim, o projeto esteve em condições muito mais favoráveis para conseguir trazer o plano das rendeiras para rebater sobre o seu próprio. Em outras palavras, o projeto estava em melhores condições para exercer sua dominação sobre as rendeiras do que o contrário. A partir das ferramentas fornecidas pelo referencial teórico, identifiquei alguns dos pontos desses planos em que o poder/tutela se exerceu e o plano do outro foi mais ou menos rebatido. Vou apresentar alguns deles agora¹⁸:

PONTO 1

Em um dos encontros, a professora explicou o processo operacional para se realizar exportações e comentou que o projeto já estava buscando compradores para os artigos das rendeiras. E que para isso confeccionou um catálogo de produtos, que foi apresentado a elas. Explicou que o projeto não ganharia nada com essa intermediação à exportação e que as rendeiras deveriam aprender a realizar esse tipo de operação sozinhas depois que o projeto fosse encerrado. A professora explicou que, para realizar a exportação, era fundamental que cada polo nomeasse uma líder, que seria a responsável pelas exportações do grupo. A maioria das rendeiras não se mostrou interessada na perspectiva da venda de seus artigos no exterior. Chegaram a afirmar que já fazem isso, porque muitos de seus artigos acabam sendo comprados por turistas estrangeiros.

Com o catálogo em mãos, a professora foi perguntando às rendeiras sobre o preço de venda e o tempo necessário para confeccionar cada uma das peças que constava no catálogo. Enquanto isso, fui anotando esses números, pois seriam utilizados posteriormente pelo projeto para determinar o preço pelo qual cada peça deveria ser vendida de acordo com o tempo necessário para se fazê-la. Então, a professora explicou às rendeiras que o preço do produto precisa ser calculado de acordo com o tempo necessário para a sua produção. E que uma peça que demande mais tempo para ser confeccionada não pode custar menos que uma que demore menos.

¹⁸ Os casos apresentados aconteceram durante as aulas. Como cada aula acontecia em todos os polos de forma bastante semelhante, optei por narrar os acontecimentos da mesma aula (mesmo conteúdo) em todos os polos de uma só vez, como se fosse um único caso.

Percebemos que existiam diversos itens em que isso acontecia: peças que levavam mais tempo para serem produzidas custavam menos que outras que eram confeccionadas mais rápido. A lógica utilizada por elas para a determinação do preço de venda não era somente a da máxima eficiência. Confesso que não consegui entender bem como elas determinavam o preço de cada peça, talvez considerassem a satisfação que tinham ao produzir cada peça, talvez fosse outro fator que tenha me escapado. Mas uma coisa era certa: a forma como as pessoas do projeto pensavam era considerada a forma correta de se determinar o preço. Afinal, detinham o poder-saber empresarial.

O modo mais eficiente, por meio da qual poderiam obter o maior retorno por hora trabalhada era considerada a única forma correta. A isso estavam atreladas ao menos duas afirmações implícitas por parte do projeto, em que uma é consequência da outra: **a primeiro é a de que a rendeira pode e deve ser comparada a uma empresa, como se fosse uma microindústria. E a segunda é a de que a busca pela máxima eficiência e pelo maior ganho financeiro é o modo como elas devem pensar e agir, uma vez que são consideradas empresas.** Essas são duas afirmações implícitas que o projeto se utiliza para moldar sua relação com as rendeiras.

PONTO 2

Em outro encontro, uma professora explicou como as rendeiras poderiam efetuar o cálculo dos custos e do retorno financeiro da atividade. Para exemplificar, realizou os cálculos dos custos, lucro e lucro por hora trabalhada para quatro diferentes peças de renda. Com a participação das rendeiras, fez o levantamento das quantidades de cada material gasto na produção de cada peça e seus custos de aquisição. Em seguida, afirmou que o preço mínimo de venda para cada peça deveria ser o seu custo de produção.

As rendeiras enfrentaram grande dificuldade para mensurarem a quantidade de material e de horas despendidos na produção das peças. Auxiliei nessa mensuração, incentivando algumas comparações entre as peças e também na realização das operações matemáticas. Em seguida, com base nos preços de venda, calculamos o lucro de cada uma das quatro peças e o lucro por cada hora de trabalho. Em todos os produtos, os valores obtidos foram muito baixo, em geral, abaixo de um real por hora trabalhada.

Durante quase todo o período da aula, mas principalmente a partir do momento em que foi calculado o retorno por hora da atividade, as rendeiras estiveram bastante inquietas, falando muito mais que o

Fotografia 5: Catálogo para Exportação em Sambaqui



Fonte: Fotografia do autor

habitual. E, algumas delas expressaram suas opiniões, que descrevo a seguir a título de ilustração¹⁹:

“Fazer renda é pra distrair.”

“Por isso o pessoal deixou de fazer renda, fazer faxina ganha cem reais por dia.”

“Então vale mais a pena fazer faxina do que fazer renda!”

“A gente faz porque gosta, é uma distração.”

“Ninguém ganha dinheiro atualmente para pagar contas, é mais como um passatempo.”

“[Não ganha dinheiro,] mas pelo menos não fica doente, conversa com as pessoas...”

“Tem que incluir [nas contas] o que economizou de médico”

“Se tiver pensando: vou fazer renda pra viver, então nem vem. Nós é porque somos aposentadas.”

“É mais uma diversão, né? E continuidade da cultura...”

“Ninguém mais compra [renda], quem compra leva pra fora do país. Porque aqui...”

“Igual às costureiras, a maioria [das pessoas] prefere comprar roupa pronta, ao invés de ir na costureira”

Ao final dos cálculos, a professora foi comparando as peças duas a duas e questionando: “qual é a melhor peça para fazer? Peixe ou porta-copos? O peixe, porque dá mais por hora que o porta-copos.”. Ou seja, a professora afirma que a decisão a respeito de qual peça confeccionar deve ser baseada a partir de um cálculo utilitário voltado a obter a máxima eficiência. Novamente, foi passado o recado de que a forma correta de se decidir é pela busca da máxima eficiência, do maior lucro.

Interessante observar que esse questionamento foi feito de forma muito parecida em todos os polos. Mas apenas em um polo específico a professora afirmou que seria necessário levar outros fatores em consideração, como a satisfação que a rendeira tinha em fazer cada peça. Isso me fez pensar se esse detalhe não poderia ter sido uma concessão da professora devido ao poder exercido pelas rendeiras? Acredito que

¹⁹ Transcrevi os trechos para uma linguagem próxima ao utilizado no restante deste documento.

realmente seja o caso, uma vez que o polo em que isso aconteceu foi do Pântano do Sul, aquele cujas rendeiras exerceram maior resistência. Pode ter sido apenas uma coincidência, mas tendo sido mesmo uma concessão por parte da professora, isso traz uma implicação ainda mais interessante: nesse caso, a professora sabia, talvez inconscientemente, talvez não com muita clareza, mas sabia que existia ali uma relação de poder, um conflito entre regimes de verdades. E sabia que o que estava prestes a declarar ia contra o regime de verdade das rendeiras, de modo que optou por fazer uma pequena concessão naquele momento.

No encontro seguinte, foram calculados os custos fixos da ‘empresa-rendeira’ e a professora explicou que, para uma melhor avaliação dos custos, as rendeiras deveriam adicionar também as despesas fixas aos valores calculados no encontro passado. E que essas despesas fixas deveriam ser calculadas mesmo para aquelas que fazem suas rendas em casa. Nesse cálculo, foram incluídas despesas desde energia elétrica, passando pelas agulhas e alfinetes até o papel higiênico do banheiro, o pó de café e a alimentação das ‘trabalhadoras-empresárias’. Ainda, explicou que “as vendas precisam cobrir todos os custos e ainda tem que sobrar”. Porque, segundo ela, “ninguém trabalha de graça”.

A professora chegou a afirmar que rendeiras que produzem suas rendas em casa à noite deveriam incluir a energia elétrica do cômodo onde ficam trabalhando à noite. Fiquei espantado ao ver que foram incluídas até mesmo despesas com a comida e o papel higiênico. Portanto, até mesmo as atividades mais básicas da vida do ser-humano passam a estar sujeitas à precificação e, assim, são objetificadas. Atividades como a alimentação e a produção de renda podem, com isso, perder seus significados. Podem deixar de ter um fim em si mesmas, deixar de ter uma finalidade de satisfação pessoal ou social. E tornarem-se apenas um meio para se obter algo por meio de um cálculo utilitário de consequências cuja principal proposição é que quanto menor a despesa em alimentação, maior será o retorno financeiro obtido.

Novamente, as rendeiras foram equiparadas a empresas, a detentoras de capital. Mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, são elas mesmas as trabalhadoras. Portanto, é evidente que o “capital” que detêm é o chamado “capital-humano”: sua própria força de trabalho, seus conhecimentos e habilidades.

Além disso, como já comentei antes, é evidente que para a maioria delas a renda não é exatamente um trabalho, ou talvez não seja

apenas um trabalho, mas um lazer, um passatempo, ao menos atualmente. Mas o ofício da rendeira era quase sempre abordado pelos representantes do projeto como um trabalho ou, mais precisamente, como uma atividade empresarial. E as rendeiras eram quase sempre compreendidas como empresas, independentemente da percepção das próprias rendeiras. E é no reforço dessa compreensão específica que atua o processo de subjetivação observado. Por outro lado, esses encontros que abordaram acerca do cálculo de custos foram os que pude perceber a maior resistência por parte das rendeiras.

PONTO 3

Em outro encontro, uma professora explicou sobre qualidade no atendimento a clientes. Para ilustrar, apresentou alguns pequenos relatos de atendimentos. Ao final da leitura de cada relato, realizava duas perguntas a algumas rendeiras que eram escolhidas por ela. As perguntas eram as seguintes: “você acha que esse foi um bom ou um mal atendimento?” e, em seguida, “você voltaria a comprar lá?”

Após ler alguns relatos, a professora passou a solicitar que as rendeiras, individualmente, apresentassem algum exemplo no qual teriam recebido um mal atendimento. Ao final de cada relato, a professora repetia as mesmas perguntas da etapa anterior, cujas respostas eram sempre: “mal” e “não”, respectivamente. A professora dava uma maior ênfase à segunda pergunta: “você voltaria a comprar lá?” ou “você vai voltar a comprar lá?”. Algumas rendeiras respondiam enfaticamente que não. Outras pareciam ficar na dúvida, mas acabavam por dar a mesma resposta. Depois de alguns relatos, as respostas foram ficando cada vez mais contundentes: “não voltaria!” ou “não volto!”.

A mensagem passada estava clara: em caso de mal atendimento, você não deve voltar a comprar no local. Em outras palavras, em caso de mal atendimento, um cliente não deve voltar a comprar no local. **Além disso, simultaneamente também transmitia a mensagem de que o sujeito está no controle da situação e pode exercer plenamente sua liberdade de escolhas, que devem ser absolutamente racionais.**

PONTO 4

Em seguida, na mesma aula, a professora solicitou que as rendeiras relatassem alguns casos de quando estavam, elas mesmas, atendendo a clientes. Ao contrário da situação anterior, agora não estavam mais tão à vontade e não haviam muitos casos relatados. Muitas disseram que não atendiam clientes, que não vendiam.

Nesse momento, a professora afirmou que elas atendiam clientes sim. E explicou o que era ‘o cliente’: afirmou que todas as pessoas atendem ‘o cliente’ e que é necessário atender às necessidades dele. Ela ilustrou com o seguinte exemplo: uma mãe, ao chegar em casa, possui um cliente para atender: o próprio filho. Segundo a professora, com o intuito principal de satisfazer as necessidades do cliente, a mãe prepara uma comida saborosa, regula a temperatura da água para o banho ou a temperatura da mamadeira, etc. Tudo isso, segundo ela, para que o cliente fique satisfeito. Além do filho, afirmou ainda que também o marido seria um cliente, que precisa estar satisfeito para não procurar a “concorrência”. E, com essa última afirmação, arrancou risos das rendeiras.

Pelo que pude perceber, as rendeiras, em sua maioria, não reconheciam as pessoas que compravam suas peças como clientes. Além disso, nenhuma rendeira comentou a respeito de fazer algo com o intuito de obter aumento nas vendas ou sequer comentou algo a respeito da comercialização. Em geral, realizaram seus relatos a partir de uma perspectiva pessoal e não comercial/profissional. Pareciam manter uma relação muito mais pessoal com os compradores, diferentemente da relação impessoal que geralmente caracteriza uma relação vendedor-cliente.

A maioria afirmou que, quando mostra suas peças para alguém, não procura convencer a pessoa a comprar nada. Realmente, posso afirmar que em todas as vezes nas quais me mostraram alguma renda, nunca me pareceu que estivesse em uma relação comercial. Em geral, me pareceu que estavam apenas mostrando alguma peça que julgavam bonita, um bom trabalho ou algum ponto de renda específico. Mas talvez isso se devesse a eu ser parte do projeto. Por outro lado, quando tive a oportunidade de vê-las atendendo a outras pessoas, pude presenciar um comportamento muito parecido.

O discurso a respeito de todos atenderem clientes parte do pressuposto e, ao mesmo tempo, transmite a mensagem de que todo e cada indivíduo seria uma empresa, por isso todos atenderiam clientes. Caracteriza a mãe e a esposa como uma empresa, que precisariam atender às necessidades do cliente. Afirma que somos todos cidadãos-empresas e amplia esse universo às rendeiras, que também seriam empresas, como todas as pessoas. Assim, esse discurso contribui para o processo de subjetivação da rendeira como uma empresa. **O pressuposto e a mensagem repassada são que cada indivíduo é uma empresa, somos todos indivíduos-empresas, inclusive as rendeiras, é claro.**

Fotografia 7: Rendeiras de Ponta das Canas



Fonte: Fotografia do autor

PONTO 5

Ainda na mesma aula, que avalio como a de maior agressividade simbólica sobre as rendeiras, em determinado momento a professora apresentou novos exemplos para debate: “imagine que chegue um ‘cliente’ irritado em sua ‘loja’, sendo grosseiro. O que você faz nesse caso?” Algumas responderam que não aceitavam pessoas irritadas, que iriam ignorar ou que iriam ficar irritadas também. Algumas responderam que iriam tentar acalmar a pessoa. Outras disseram que talvez tivesse acontecido algo com a pessoa e que era preciso ajudá-la a se acalmar.

Nesse momento, a professora interveio afirmando que responderam corretamente: nesse caso, é realmente necessário tentar acalmar o cliente porque, segundo ela, “se você ficar nervosa também, ele pode não querer voltar mais”. Além de que, ainda segundo a professora, “se conseguir acalmar o cliente, ele pode acabar comprando alguma coisa. Mesmo que não seja naquela hora, pode voltar outro dia e comprar alguma coisa”.

Na sequência, a professora continuou apresentando outros exemplos: o cliente que não quer comprar nada, só quer ver, o que você faz? Ou, um cliente chega reclamando de alguma peça, o que você faz? Em todos os casos, a resposta das rendeiras, em geral, eram de que deveriam tratar bem a pessoa, ser educada, manter a calma, etc. Ao que a professora respondia que estavam corretas, mas sempre complementava explicando um motivo, uma explicação para o comportamento descrito. Explicação que via de regra concluía com a afirmação: “porque o cliente pode comprar algo, se não naquela hora, talvez depois”.

Nesses dois casos, o projeto reafirma o pressuposto de que as decisões devem ser tomadas de forma racional, de acordo com um cálculo utilitário de consequências, além de estimular um comportamento manipulador, interesseiro e cínico. As decisões das rendeiras parecem se basear em aspectos morais e a professora apresenta um modo de decidir cínico, que não se envergonha de se basear em interesses estritamente comerciais. E, em ambos os casos, me pareceu que havia uma certa estratégia de persuasão: a professora reafirmava as sentenças consideradas verdadeiras e com as quais a maioria das rendeiras concordava e, na sequência, apresentava uma explicação nova, que, aparentemente, não fazia parte do regime de verdades delas. Ou seja, o comportamento considerado correto era o esperado pelas rendeiras, mas o motivo ou explicação para aquele

comportamento é que era modificado e transfigurado de modo bastante sutil. E assim os pontos do plano foram sendo alterados.

4.7. INCLUSÃO

Nas diversas interações entre o projeto e as rendeiras estavam presentes relações de poder que procuravam reposicionar os pontos dos planos, que contêm os pressupostos, verdades e características sociais e culturais, de um grupo em favor do outro. Em grande parte, a diferença entre esses planos está concentrada na característica de as rendeiras não se perceberem tanto como cidadãs-empresas. Ao contrário dos participantes do projeto que não só as percebem como empresas, como a si mesmos e as demais pessoas. Provavelmente, é justamente o fato de não pensarem e agirem como se fossem empresas que fez com que as rendeiras fossem percebidas pelo projeto como pessoas incapazes que necessitavam de uma iniciativa voltada para sua capacitação. Afinal, a partir dessa abordagem, elas não possuem as qualificações necessárias para competir e fazer as melhores escolhas em um mundo no qual todos são percebidos como empresas. As rendeiras são consideradas como não possuindo tais capacidades. Talvez seja daí que decorra a comparação com crianças, pois essas também são consideradas incapazes e não aptas a tomarem escolhas conscientes nesse mundo de escolhas individuais e racionais. Está presente nesse aspecto a percepção de que “elas ficaram para trás” e não estão preparadas para “os novos tempos”, surgindo daí o discurso da necessidade de capacitação, justificando, assim, a existência do projeto em questão.

Um dos objetivos principais declarados pelo projeto é a “inclusão” das rendeiras. Esse objetivo se apoia sobre duas afirmações subentendidas: a primeira é que as rendeiras estão, de alguma forma, excluídas socialmente; e a segunda é que o projeto ou seus participantes estão, ao contrário, incluídos. Mas, estão incluídos e excluídas em que sentido?

Vejamos, quando aponto o outro como excluído, simultaneamente crio um grupo de incluídos, do qual faço parte. E posiciono o outro do lado de fora desse grupo. Mas, de quem é composto esse grupo de incluídos? No momento em que aponto o outro como excluído, poderia considerar várias diferenças que nos separam, nos diferenciam. Poderia utilizar inúmeras especificidades para delimitar nossas diferenças, mas em qualquer caso existirá algo em comum: o pressuposto sobre o qual me apoio ao apontar o outro como

excluído é que o conjunto do qual faço parte, os incluídos, é a referência para todos. É o grupo considerado normal.

Além disso, com a percepção e/ou declaração do outro como excluído, acabo por fazer a normalização dos anormais. Ou seja, a existência do anormal passa a ser algo normal e, por isso, controlável. Portanto, em outras palavras, ao declarar o outro como excluído, crio um grupo de incluídos ou normais, do qual faço parte e um grupo dos anormais, do qual o excluído faz parte. Simultaneamente, a existência dos excluídos ou anormais passa a ser normal dentro desse sistema e, sendo assim, é algo possível de se trabalhar, dominar.

Com a inclusão, procuro trazer o outro para o meu grupo, dos incluídos. Para isso, tento modificar o anormal de modo que ele possa ser “aceito” como parte do grupo dos normais, do qual faço parte. É claro que a inclusão engloba também os regimes de verdade e outras características menos explícitas. A inclusão é realizada por meio de um processo de subjetivação do outro, trazendo-o àquilo que considero como normalidade, ao meu grupo, à minha morada. A inclusão é, portanto, um processo de dominação do outro. Nesse caso, se faz necessário um processo de subjetivação do anormal, é preciso que ele aprenda um novo regime de verdade, uma vez que está presente a percepção de que imperativo que ele seja convertido em normal. Talvez por isso, não seja raro iniciativas de inclusão se utilizarem de atividades educacionais em sua estratégia de inclusão/dominação. A educação é, por si só, um mecanismo de dominação que geralmente se apoia sobre uma relação de tutela.

4.8. GOVERNAMENTALIDADE

Na realidade observada, as principais ações do projeto de inclusão social foram direcionadas para a educação empreendedora, por meio da qual procurou-se capacitar as rendeiras como empresárias de si. Essas ações representam um regime de verdades específico que reforça a individualidade, a tomada de decisão, a liberdade de escolhas, a competição, a formalidade, a racionalidade, o cinismo, enfim, o sujeito como empresário de si mesmo. Portanto, uma das principais estratégias e objetivos do projeto foi o de transmitir essas verdades, características e saberes para as rendeiras. O conjunto de verdades defendidas pelo projeto não foi em momento algum contestado. Ao contrário, foi considerado como um conhecimento neutro, como sendo o único possível. Eram verdades consideradas “normais”, alinhadas ao regime de verdades daqueles que consideram a si mesmos como incluídos.

Essas verdades mencionadas: a individualidade, a tomada de decisão, a liberdade de escolhas, a competição, a formalidade, a racionalidade, o cinismo, o sujeito como empresário de si mesmo são algumas das principais características da governamentalidade neoliberal. E isso faz muito sentido do ponto de vista do referencial teórico. Uma vez que essas são verdades já interiorizadas por cada um e que já são percebidas como verdadeiras a priori, uma vez que passaram(mos) por processos de subjetivação conduzidos pela governamentalidade. E o projeto, ao anunciar um objetivo de inclusão das rendeiras, procurou transmitir essas verdades, de modo que as rendeiras se tornassem incluídas. Novamente, retorno à pergunta: mas, incluídas em que? Anteriormente, respondi que a tentativa era de incluí-las no grupo dos considerados normais. Seguindo um pouco adiante, a estratégia utilizada para a inclusão das rendeiras e os valores e verdades transmitidos sugerem que esse grupo dos considerados normais refira-se àqueles indivíduos que foram capturados mais plena e profundamente pela governamentalidade. E que, portanto, acabam por atuar como promotores ou recrutadores desse tipo de poder.

A inclusão das rendeiras se dá no sentido de incluí-las na governamentalidade de modo mais pleno e eficaz, de modo que tenham suas subjetividades capturadas por essa arte de governo. Essas ações estão inseridas no interior de uma estratégia voltada para ampliar a população sobre a qual atua a governamentalidade. Como afirma Foucault (2008-b), na governamentalidade o jogo da economia deve possuir algumas regras para garantir que seja jogado pelo maior número de pessoas. Daí a regra de que *ninguém deve ficar fora do jogo* ou que ninguém pode estar excluído. Como nos lembra Lopes (2009), isso implica na regra de que “todos devem estar incluídos”. Não quero dizer com isso que as rendeiras estivessem isoladas, inalcançáveis por essa arte de governo. Ao contrário, as rendeiras vivem em uma sociedade que está submetida à governamentalidade neoliberal e elas certamente não estavam alheias a essa arte de governo antes da ação do projeto. Porém, é evidente que suas subjetividades possuíam uma vinculação mais superficial com as características e verdades a partir das quais a governamentalidade opera. E, por isso, provavelmente não podiam ser tão eficientemente conduzidas, pois não estavam plenamente capturadas.

Lembrando que a governamentalidade atua a partir de processos de subjetivação dos indivíduos. Por isso, para que as subjetividades das rendeiras pudessem ser eficientemente capturadas e ter suas condutas mais eficientemente conduzidas pela governamentalidade, se fazia

necessário que fossem submetidas a um processo de subjetivação. Dessa forma, podem adquirir as características e verdades através das quais a governamentalidade consegue operar, que são justamente aquelas características que o projeto prioritariamente buscou transmitir às rendeiras por meio de suas ações.

O processo de subjetivação que o projeto buscou aplicar às rendeiras teve por objetivo a transmissão ou o reforço de características muito caras à governamentalidade e por meio das quais ela tem operado contemporaneamente sobre a população. O projeto exerceu esse processo de subjetivação de forma bastante consciente. Parece ter havido intencionalidade na tentativa de moldar o comportamento das rendeiras, adaptando-as ao que se considera “os novos tempos”, tornando-as capacitadas. E essa intencionalidade parece estar atrelada ao fato de o projeto possuir um conhecimento específico, o empreendedorismo. Para Foucault, todo saber está atrelado a um poder e vice-versa. Saber e poder andam juntos e estão interligados de modo que não existem isoladamente, mas apenas como a dualidade saber-poder.

No caso da realidade observada, o saber denominado como “empreendedorismo” parece ser o que possibilitou ao projeto o exercício de poder manifestado através da ação sobre as rendeiras a partir de uma posição de suposta superioridade e neutralidade. Assim como o saber da pedagogia permite agir sobre as crianças, o saber da medicina permite agir sobre o corpo dos pacientes, o do direito sobre os criminosos, os saberes sob a égide do empreendedorismo parecem possibilitar uma ação sobre os empresários de si mesmo, que ideal e/ou potencialmente, é toda a população.

O saber do empreendedorismo requer um regime de verdade específico. Provavelmente, não faria muito sentido falar em empreendedorismo fora de uma governamentalidade neoliberal, em outra época ou lugar, apoiado sobre outro conjunto de verdades. Ele requer um tipo específico de sujeito, que compartilhe um determinado regime de verdade. E o sujeito, de acordo com a lente teórica que utilizamos, não possui uma essência, nunca está pronto, mas é transformado ao submeter-se a sucessivos processos de subjetivação, processos de constituição do sujeito, de si mesmo. E, ao fim e ao cabo, é o sujeito que conduz sua própria conduta apoiando-se sobre um regime de verdade que delimita suas opções de pensamentos e condutas. Realmente, não podemos pensar e fazer qualquer coisa, estamos todos aprisionados a um regime de verdade sem que possamos nos aperceber desses limites. E, de acordo com Veyne (2008) obedecemos à verdade, ou seja, àquilo que julgamos verdadeiro. Conduzimos a nós mesmos e

aos outros nos orientando por essas verdades e, no processo, novas verdades e saberes vão sendo criados. Como afirma Veyne (2008), aquilo que é considerado verdadeiro acaba por se fazer obedecer.

Na realidade observada, as rendeiras e o projeto compartilham um certo conjunto de verdades, como aquelas inerentes à época e o país em que vivem, por exemplo. Por outro lado, as duas partes estão também vinculadas a conjuntos de verdades conflitantes, que ficam mais evidentes nas situações de resistência descritas anteriormente. São verdades por meio das quais as pessoas do projeto e as rendeiras conduzem as suas próprias condutas e as dos outros. E, durante o processo de inclusão/rebatimento, as verdades do projeto estavam em melhores condições de se sobreporem às das rendeiras. Durante esse período, o projeto priorizou as verdades vinculadas ao saber do empreendedorismo, que foi o saber que possibilitou que o projeto pudesse atuar sobre as rendeiras. E, como vimos anteriormente, trata-se de um conjunto de verdades muito caras à governamentalidade.

Novamente, de acordo com o referencial teórico, a governamentalidade atua na população por meio de processos de subjetivação, através dos quais indivíduos controlam uns aos outros, mas, principalmente se auto controlam, com base em um regime de verdades específico. Na governamentalidade neoliberal, essas verdades são a percepção do indivíduo como empresa, a liberdade, o autocontrole, a individualidade, as escolhas racionais, a flexibilidade, etc. E é esse conjunto de verdades que permitem à governamentalidade atuar sobre a população.

Na realidade observada, o projeto procurou defender e promover justamente essas verdades. E, a partir de um pressuposto de neutralidade, essas puderam ser subentendidas como neutras, como a forma correta de se pensar e/ou agir. Do ponto de vista do projeto, as rendeiras, que não compartilham essas verdades no mesmo nível que as pessoas do projeto, eram consideradas incapazes e por isso precisavam sofrer uma intervenção. Deveriam ser ensinadas, conduzidas a aceitar esse mesmo regime de verdades, que é “o modo correto” de pensar e agir.

A atuação do projeto se pautou nessa direção: de reforçar um regime de verdades junto às rendeiras, por meio do qual pudessem ter suas condutas mais eficientemente controladas. Ou, em outras palavras, por meio da qual a governamentalidade pudesse atuar mais eficientemente sobre elas. O que percebo é que a estratégia de ação do projeto é bastante favorável à governamentalidade. Mais precisamente, me parece que a estratégia do projeto é a própria estratégia da

governamentalidade. Essa arte de governo procura incluir o máximo de pessoas no jogo. Daí surge a necessidade da inclusão, de modo que todos possam fazer parte do jogo da governamentalidade, para que possam exercer suas liberdades de escolhas e investir em seus capitais humanos. A inclusão é, ela mesma, uma estratégia utilizada pela governamentalidade. Afinal, segundo Foucault (2008-b), ninguém pode estar excluído do jogo econômico. Todos devem participar mesmo que nunca tenham pedido ou desejado isso.

Quanto mais fortemente aquele regime de verdade tiver sido inoculado no âmago do indivíduo, quanto mais eficiente for conduzido o processo de subjetivação, mais controlável será o sujeito pela governamentalidade e mais condições ele terá de agir em favor e em defesa dessa arte de governo. Uma vez inoculado, o indivíduo está em condições de contribuir para as estratégias da governamentalidade por meio de suas pequenas estratégias individuais, nas relações de poder corriqueiras de seu dia-a-dia.

Segundo o referencial teórico, a estratégia da governamentalidade é produzida a partir dessas pequenas estratégias ordinárias da população, as estratégias adotadas por cada pessoa para lidar com o mundo, sobre a qual apoiam suas decisões, condutas e relações de poder. E a interação entre as diversas estratégias individuais acabam por produzir uma estratégia final bastante coerente e eficaz de controle da população. Na realidade observada, o projeto adotou, predominantemente, a estratégia de inclusão das rendeiras através da capacitação em empreendedorismo, tentando replicar verdades características da governamentalidade sobre elas. Concomitantemente, procuraram transformar o ofício das rendeiras em uma atividade empresarial, voltado para a busca da máxima eficiência. E as pessoas do projeto, que já tinham suas subjetividades capturadas pela governamentalidade, estavam aptas a desenvolver e refinar eficientes estratégias para essa arte de governar, como a que apresento a seguir.

4.9. NASCIMENTO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA

A partir de certo momento, pude perceber outra estratégia surgir. Tornou-se mais clara após a viagem para a Espanha, na qual o projeto levou duas rendeiras para participarem de uma feira dedicada exclusivamente à renda de bilro e que contou com participantes de diversos países. Algumas semanas após a viagem, o projeto realizou um grande encontro com a participação das rendeiras de todos os polos. Nesse encontro, após uma longa exposição por meio da qual as

coordenadoras procuraram evidenciar a importância do projeto, foi passada a palavra para as duas rendeiras que haviam participado da viagem. A proposta era que elas comentassem sobre as diversas fotos da viagem que iam sendo projetadas no telão. E assim o fizeram: comentaram e deram explicações sobre as fotos.

Em geral, comentaram sobre as rendas e sobre as rendeiras que conheceram e as dificuldades do idioma. Comentaram que a renda delas, brasileiras, se destacou das demais por ser colorida, já que a das demais geralmente eram brancas. Também comentaram que as rendeiras de outros países ficaram impressionadas com a agilidade e técnica empregada pelas brasileiras na manipulação dos bilros, que eram operados acima da almofada, diferentemente das estrangeiras. Ainda comentaram sobre a diferença no tipo de suporte ou almofada que elas utilizavam.

Em alguns momentos, as coordenadoras do projeto interviram nas falas das duas rendeiras para acrescentar alguns comentários. Por exemplo, que a renda na Espanha ou na cidade que sediou o evento era ensinada nas escolas, que as rendas das estrangeiras acompanhavam a tendência da moda, que eram mais refinadas, que eram produzidas com fio mais fino. Também comentaram que lá as rendas eram utilizadas apenas como um detalhe em uma peça ou acessório de vestuário. Eram utilizadas, segundo uma delas, como um “detalhe de sofisticação”. As rendeiras de Florianópolis, ao contrário, costumavam produzir peças inteiramente de renda. As coordenadoras afirmaram que, produzindo a renda apenas como um pequeno detalhe em uma peça maior, as rendeiras poderiam aumentar o valor-agregado do produto ao mesmo tempo que conseguiriam ser mais eficientes, produzindo mais peças em um menor tempo. Poderiam aumentar o valor ganho por hora trabalhada.

Após o encontro, os discursos das duas rendeiras não pareceram trazer grandes repercussões. Mas, no sentido oposto, o discurso das coordenadoras do projeto foi sendo repetido ao longo dos encontros seguintes, nos polos. Eram empregados como sugestão de mudança para as rendeiras, concentrando-se principalmente em duas das características observadas lá fora: renda produzida utilizando-se fio mais fino e renda confeccionada apenas como um detalhe em uma peça maior.

Apesar de terem mencionado que achavam a renda com fio fino muito bonita, a ideia de utilizarem esse tipo de fio foi rechaçada pelas rendeiras de todos os polos. Diversos foram os motivos alegados: gostavam de usar o fio mais grosso, achavam a renda assim mais bonita ou porque simplesmente não queriam mudar a forma como estavam

acostumadas a fazer a renda. Algumas afirmaram que essa era a característica que diferenciava suas rendas das outras e que, se mudassem, abandonariam a tradição. Aqui percebe-se novamente a resistência por parte das rendeiras. E novamente contra uma investida que partiu do projeto, que era quem tomava todas as iniciativas.

A outra sugestão, de substituir a produção de peças inteiramente de renda pela produção de pequenas peças que pudessem ser aplicadas em peças maiores de tecido, como toalhas ou roupas, também recebeu resistência por parte das rendeiras. As principais insatisfações eram que teriam que deixar de rendar para exercerem outras atividades e que não sabiam costurar ou fazer outros ofícios necessários para juntar as peças de renda e de tecido. Porém, talvez por terem resistido de modo menos enfático que no caso anterior ou devido a essa ser uma característica que interessasse mais ao projeto, o fato é que essa ideia foi ganhando força dentro da relação de poder observada.

Os participantes do projeto aceitaram a ideia rapidamente porque isso permitiria um maior lucro por peça para as rendeiras e possibilitaria um grande ganho de escala. Já as rendeiras, apesar de não se demonstrarem animadas, com o passar do tempo, muitas foram aceitando também. Aqui se evidencia novamente a negociação por meio da qual o poder é exercido. Quando acabaram as aulas e deixei o projeto, a estratégia de produzir peças pequenas para serem usadas como detalhes em peças de tecido tinha ganhado força e as ações futuras do projeto previam o desenvolvimento e implementação dessa estratégia, que não era mais tão contestada. Começava a consolidar suas verdades.

É interessante observar que, se cada rendeira exercendo seu ofício durante uma hora representa uma rendeira-hora, podemos dizer que, nos últimos anos, houve uma redução na grandeza rendeiras-horas na cidade de Florianópolis. E a estratégia mencionada no parágrafo anterior, da forma como estava sendo desenvolvida, contribuiria para a reduzir ainda mais essa grandeza, uma vez que divide o tempo das rendeiras entre rendar e fazer outras atividades acessórias. Por outro lado, essas atividades poderiam ser realizadas por terceiros.

Também é interessante observar que, ao longo dos últimos anos, a renda parece ter perdido espaço e importância. E essa estratégia também parece contribuir para intensificar isso, uma vez que a renda passa a ser apenas uma fração da peça final. Finalmente, é uma estratégia que estimula a racionalidade, a percepção do sujeito como empresa e estimula a transição do ofício artesanal da rendeira para uma atividade caracterizada como uma das etapas de um processo de montagem. Ou seja, essa é uma estratégia que surgiu para orientar as

ações do projeto, mas que se alinha e contribui para a continuação de um movimento maior em curso e está subordinada a uma estratégia maior, também em curso.

Enfim, as estratégias executadas pelo projeto estão alinhadas à estratégia da governamentalidade e, portanto, as ações do projeto podem ser consideradas como a própria governamentalidade em ação, executando suas estratégias através do projeto. O projeto colabora ativamente para a governamentalidade e é capaz de contribuir com a criação de novas estratégias para essa arte de governo porque é composto por pessoas que compartilham em grau mais ou menos desenvolvido o regime de verdades da governamentalidade. Talvez por terem sido expostos ao sistema educacional e/ou por outros sistemas de controle, como a própria família, por exemplo, a partir dos quais foram sendo continuamente subjetivados de modo que a governamentalidade pode agir por meio deles/nós. São como soldados recrutados pela governamentalidade, mas que, apesar de obedientes, são também ativos e contribuem ativamente para as estratégias dessa arte de governo.

Após recrutados, esses saem em busca de novos soldados por meio de iniciativas como a estudada, que realiza uma dominação de seus alvos por meio da capacitação em empreendedorismo, rebatendo seus regimes de verdade. Outros sistemas de controle e dominação agem sobre o mesmo alvo, fazendo com que, ao fim e ao cabo, tornem-se também parte da governamentalidade, cada vez mais capazes de controlar aos outros e a si mesmos de acordo com essa arte de governo, agindo e elaborando suas pequenas estratégias do dia-a-dia de forma que contribuam para a governamentalidade.

*So, so you think you can tell Heaven from Hell
Blue skies from pain
Can you tell a green field from a cold steel rail?
A smile from a veil?
Do you think you can tell?*

*And did they get you trade your heroes for
ghosts?
Hot ashes for trees? Hot air for a cool breeze?
Cold comfort for change? And did you exchange
A walk on part in the war for a lead role in a
cage?*

*How I wish, how I wish you were here
We're just two lost souls swimming in a fish bowl
Year after year
Running over the same old ground. What have we
found?
The same old fears
Wish you were here*

(Wish You Were Here – Pink Floyd)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi realizar uma análise crítica e uma problematização sobre como ocorre o processo de dominação no interior de uma ação de inclusão social que atua por meio da educação empreendedora. Para isso, utilizei o referencial teórico de Michel Foucault e os aportes de Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes. A hipótese inicial de trabalho era que a educação empreendedora na iniciativa de inclusão social operava por meio de uma relação de tutela, atuando como um mecanismo da governamentalidade. Para verificar a aceitação ou não dessa hipótese a pesquisa foi realizada em três etapas:

Na primeira etapa, realizei uma pesquisa bibliográfica visando conhecer o referencial teórico e as principais pesquisas no campo de estudo, bem como aprofundar-me nas principais ideias e conceitos. Na verdade, o aprofundamento no estudo do referencial teórico perdurou até a conclusão da pesquisa, devido à complexidade do pensamento foucaultiano, à curiosidade que ele provocou em mim e às perspectivas de análise da realidade para além da pesquisa.

Uma característica do pensamento de Foucault é a utilização de palavras em sentidos específicos, diferente dos quais são utilizadas habitualmente, como é o caso das palavras ‘poder’ e ‘governo’. Também se caracteriza pela utilização de neologismos, como a palavra ‘governamentalidade’. Para que pudesse analisar a realidade empírica a partir do referencial teórico, apresentei uma revisão com os conceitos foucaultianos mais pertinentes ao caso, como poder, governo e governamentalidade, complementados por alguns conceitos trabalhados por Veiga-Neto e Lopes, como dominação e tutela.

Na segunda etapa, realizei uma pesquisa de campo por aproximadamente seis meses, na qual utilizei uma estratégia metodológica do tipo qualitativo, por meio da observação participante. O objeto de estudo foi a relação que se estabeleceu entre as rendeiras do município de Florianópolis e uma iniciativa de inclusão social cuja ação foi voltada para a educação empreendedora. A oportunidade singular de realizar a observação participante foi possibilitada pela minha atuação como membro da iniciativa de inclusão social na função de tutor.

Na terceira etapa, realizei a análise e discussão dos resultados a partir do referencial teórico. Essa foi, provavelmente, a parte mais desafiadora da pesquisa. Meu contato com a abordagem de pesquisa qualitativa foi algo relativamente recente e o fato de não possuir dados quantitativos sobre os quais me debruçar para sustentar as minhas

análises foi um pouco desconfortável para mim. Mas também sabia, desde o início da pesquisa, que isso seria algo realmente desafiador.

A realidade observada ofereceu um rico ambiente empírico para o estudo que propus realizar. Pude observar, por exemplo, uma variedade de relações de poder expressadas das mais diversas maneiras. Algumas mais evidentes e outras nem tanto. Pude perceber o exercício de pequenos poderes, tanto por parte do projeto, quanto por parte das rendeiras. De modo que não havia um único lado ativo, opressor e um outro lado passivo, oprimido. Como previsto no referencial teórico, a negociação estava presente no exercício de poder e os papéis não eram estáveis e, muitas vezes, se invertiam. Por outro lado, a relação de poder foi constituída de modo bastante desigual.

Primeiramente, porque, geralmente, era apenas o projeto que detinha a prerrogativa de tomar a iniciativa das ações no interior da relação de poder/tutela entre ele e as rendeiras. Isso diferenciava as posições do projeto e das rendeiras e o colocava em vantagem em relação a elas. Mas, além disso, duas características implícitas possibilitaram que o projeto tivesse melhores condições de influenciar a conduta das rendeiras do que o contrário: a superioridade e a neutralidade do projeto. O primeiro, posicionava o projeto como sendo possuidor de um status superior ao das rendeiras; e, o segundo, imprimia às ações do projeto uma chancela de neutralidade.

Essas características implícitas possibilitaram o estabelecimento de uma relação de tutela entre o projeto e as rendeiras, bem como participaram diretamente no processo de subjetivação dos membros do projeto e das rendeiras. Os participantes do projeto constituíam suas subjetividades em torno de determinados sentidos e significados, por meio da representação de suas ações como protagonistas, colaboradores, neutros e tutores. Bem como imprimiam uma visão de superioridade em relação às rendeiras. Enquanto que as rendeiras iam se constituindo como inferiores, como passivas, como incapazes, como tuteladas. Observei que a realidade apresentava características de uma relação de tutela, mas também de uma relação de poder.

Analisei a dominação do projeto sobre as rendeiras a partir da ideia de rebatimento de planos e apresentei o que considerei alguns exemplos de pontos de interação entre os dois planos. Esses pontos evidenciaram que o projeto atuava a partir dos pressupostos de que as rendeiras podiam ser consideradas como empresas, assim como de que a racionalidade baseada no cálculo utilitário e a busca pela máxima eficiência era o modo correto de pensar e agir. E, no caminho, reforçava características como individualidade, culto à tomada de decisão e a

liberdade de escolhas, a competição, a formalidade, a racionalidade, etc. Características essas tão caras à governamentalidade.

Discuti que o projeto, ao promover a inclusão das rendeiras, o fazia no sentido de capturar suas subjetividades mais profundamente no interior da governamentalidade. Desse modo, procurava fazer com que fossem subjetivadas a partir das características e verdades por meio das quais a governamentalidade poderia operar sobre elas. E o empreendedorismo foi o principal saber-poder que possibilitou ao projeto estabelecer uma relação de poder/tutela a partir de uma posição de supostas superioridade e neutralidade.

Além disso, pude observar ao menos uma estratégia mais elaborada e que contribui para um movimento maior em andamento. É um fato curioso que essa estratégia tenha surgido em uma iniciativa voltada, supostamente, a ajudar as rendeiras. Por se tratar de uma estratégia que, aparentemente, contribui justamente para aumentar os efeitos os quais supostamente buscava combater.

A realidade observada se mostrou muito complexa e a vivência em campo permitiu um aprofundamento e melhor compreensão do referencial teórico. Também alimentou questionamentos teóricos. Ao mesmo tempo, o referencial permitiu observar o campo para além do óbvio e claramente visível. Mas, como mencionei antes, acredito que tenha contribuído mais para o aprofundamento da dúvida do que para a afirmação de certezas.

Com essa pesquisa, me propus a observar uma realidade a partir de uma determinada lente teórica. E isso implica em certas limitações. O fato de possuir um referencial teórico de antemão certamente me levou a valorizar determinadas características em detrimento de outras. Lembrando que ainda existem as possíveis limitações relativas ao próprio referencial teórico utilizado.

Além disso, existem limitações relativas à delimitação e enfoque da pesquisa. Desse modo, surgem possibilidades para a realização de novas pesquisas complementares. Por exemplo, seria interessante estudar as possíveis influências que a relação entre o projeto e as rendeiras causou no comportamento, saberes e outras características tanto nas rendeiras quanto nos agentes do projeto. Estudar a relação das rendeiras com sua atividade no que se refere à tensão trabalho-lazer. Ou estudar outras iniciativas que possuem as rendeiras como alvo de suas ações. Seria interessante estudar as relações de poder e os efeitos da loja disponibilizada recentemente às rendeiras no Mercado Público de Florianópolis. Ainda, estudar como se deu o desenvolvimento da ‘capacitação em empreendedorismo’ ou a ‘educação empreendedora’ a

partir da utilização da genealogia enquanto método de pesquisa. E, é claro, estudar outras iniciativas voltadas para a capacitação de outros artesãos utilizando a mesma lente teórica, analisando as relações de poder e os processos de subjetivação, inclusão e dominação.

Com esta pesquisa, procurei contribuir para o campo dos estudos organizacionais por meio do aprofundamento do debate crítico a respeito das relações de poder e dominação. Esta é, portanto, uma abordagem teórica que, segundo Faria (2009), se diferencia tanto dos estudos da teoria crítica frankfurtiana, quanto da teoria crítica em estudos organizacionais (TCEO), e também do *critical management studies* (CMS). De acordo com a classificação do autor, devido à abordagem teórica utilizada, esta pesquisa se caracteriza como uma ‘análise crítica em estudos organizacionais’ e não mantém proximidade com os desdobramentos da teoria crítica citados ou tampouco com o CMS. Portanto, procurei propor uma interessante alternativa teórica para aqueles pesquisadores que pretendem trabalhar na linha crítica das organizações e estudar o poder e a dominação a partir de uma perspectiva analítica distinta da teoria crítica em suas respectivas variações.

Para finalizar, gostaria de comentar que o mestrado é, ele próprio, um processo de subjetivação e de dominação. A subjetivação como pesquisador implica também em um amadurecimento intelectual. E todo esse processo é doloroso, afinal é um processo de perda de alguma parte da identidade. Mas, por outro lado, também é bastante enriquecedor, a partir da constituição de uma nova subjetividade, diferente em muitos aspectos daquela que iniciou o mestrado há alguns anos atrás. Foi um processo que, com todos os desafios, certamente foi muito gratificante do ponto de vista pessoal. Nesse período, pude construir e moldar uma pesquisa, mas, com isso, acabei demolindo e reconstruindo meu próprio sujeito. Ao me dedicar à pesquisa, procurando contribuir de alguma forma para uma mudança na sociedade, acabei por fazer uma profunda mudança sobre mim mesmo.

*Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão*

*Há um passado no meu presente
Um sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão*

*E me fala de coisas bonitas
Que eu acredito
Que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito
Caráter, bondade alegria e amor
Pois não posso
Não devo
Não quero
Viver como toda essa gente
Insiste em viver
E não posso aceitar sossegado
Qualquer sacanagem ser coisa normal
(...)*

(Bola de Meia, Bola de Gude – Milton Nascimento)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, R. Dinâmicas de poder nas organizações: a contribuição da governamentalidade. *Revista Comportamento Organizacional e Gestão*, v. 14, n. 1, p. 97-114, 2008.

ALCADIPANI, R.; TONELLI, M. J. Governamentalidade e a teoria das organizações. Em: ENANPAD, 28, 2004, Curitiba. *Trabalhos apresentados*. Curitiba, 2004.

CLEGG, S. R. Debates teóricos e contextos internacionais. In: _____. *As organizações modernas*. Oeiras: Celta Editora, 1998a. p. 1-27.

_____. As organizações e a modernização do mundo. In: _____. *As organizações modernas*. Oeiras: Celta Editora, 1998b. p. 29-56; 207-244.

DEAN, M. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage, p. 16-30, 1999.

DREYFUS, H. RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.br*, v. 7, n. 3, p. 510-515, Set. 2009.

_____. Burocracia, poder e ideologia: a antevisão da empresa contemporânea em Tragtenberg. In: VALVERDE, A. J. R. (Org.). *Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento*. São Paulo: Editora PUC-SP, 2011. p. 53-73.

FIGUEIREDO, W. (Org.) *Desde o tempo da pomboca: renda de bilro em Florianópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2014. 164p.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, p. 35-56, 2009.

FOUCAULT, M. Governmentality. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Ed.) *The Foucault effects: studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 87-104.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos e Escritos, vol. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Microfísica do poder*. 24ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). 18ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008-a.

_____. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008-b.

GALLO, S. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, v.42, n. 145, p. 48-65, 2012.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *ERA*, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar-abr 1995.

GOMES, D. O. O último Foucault e o retorno transversal aos gregos. *Archai*, n. 9, p. 37-44, jul-dez 2012.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, p. 153-169, mai/ago 2009.

LOPEZ-RUIZ, O. J. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. 2004. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2004.

MINAYO, M. C. S.(org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.61-77.

MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 39, n. 2, Set. 2004.

PAES DE PAULA, A. P. P. D. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 1, p. 127 a 144, 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARAIVA, K.; LOPES, M. C. Educação, inclusão e reclusão. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 14-33, jan/jun 2011.

SENNET, R. *O artífice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, R. A. A exaustão de Sísifo: articulação entre toyotismo, neoliberalismo e teoria do capital humano. *Revista Mediações Londrinhas*, v. 11, n. 1, p. 147-162, 2006.

SILVA, R. R. D.; FABRIS, E. T. H. O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, 2010.

SIMONS, M.; MASSCHELEIN, J. Sociedade da aprendizagem e governamentalidade: uma introdução. *Currículo sem fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 121-136, 2011.

TENÓRIO, F. G. A modernidade e a pós-modernidade servidas em dois jantares. *Cadernos EBAPE*, v. 7, n. 3, p. 473 a 491, 2009.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p.179-217.

_____. Governo ou governo. *Currículo sem Fronteiras*, v.5, n.2, p.79-85, 2005.

_____. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In Rago, M. e Veiga Neto, A. (org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-38.

_____; LOPES, M. C. A inclusão como dominação do outro pelo mesmo. *Pedagogia y Saberes*, n. 36, p. 57-68, 2012.

_____; RECH, T. L. Esquecer Foucault?. *Pro-Posições*, v. 25, n. 2 (74), p. 67-82, 2014.

_____; SARAIVA, K. Educar como arte de governar. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.1, p.5-13, 2011.

_____; TRAVERSINI, C. Apresentação da Seção Temática: Por que Governamentalidade e Educação?. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, p. 13-19, 2011.

VEYNE, P. *Foucault, o pensamento a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009. 155 p.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *RAE*, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. 230 p.

WRIGHT, S. Culture in anthropology and organizational studies. In: WRIGHT, S. (org.). *Anthropology of organizations*. London : Routledge, 1994.